



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Elite Política Parlamentar Portuguesa: Caracterização, Cristalização e Circulação (2005- 2011)

Manuel Domingos Ramalho Pereira Nunes

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - UL

Orientador: Professor Doutor Pedro Miguel Moreira da
Fonseca

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Ciência Política

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Elite Política Parlamentar Portuguesa: Caracterização, Cristalização e Circulação (2005-2011)

Manuel Domingos Ramalho Pereira Nunes

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - UL

Orientador: Professor Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Ciência Política

Lisboa
2015

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.LISBOA.PT

NOME: Manuel Domingos Ramalho Pereira Nunes

MESTRADO EM: Ciência Política

ORIENTADOR: Professor Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

DATA: 9 de Novembro de 2015

TÍTULO DA TESE: A Elite Política Parlamentar Portuguesa: Caracterização, Cristalização e Circulação (2005-2011)

RESUMO

A dissertação centra-se no estudo das elites políticas e procura dar continuidade ao estudo de Teixeira (2009) sobre o período entre 1990 e 2003, concentrando-se em caracterizar através de vários indicadores a elite parlamentar portuguesa entre 2005 e 2011, período ao longo do qual se realizaram três eleições legislativas em Portugal (2005, 2009 e 2011), bem como debater os fenómenos de cristalização e circulação dessa mesma elite. Além disso, a investigação procurou também estabelecer comparações entre os resultados obtidos referentes ao período 2005-2011 com as conclusões obtidas por Teixeira (2009) sobre o período 1990-2003. A dissertação estabeleceu a seguinte pergunta de partida: existem alterações significativas em termos de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1990-2003 analisado por Teixeira (2009)? A investigação utilizou diversos indicadores (género, idade, profissão, vínculo partidário, reeleição e renovação) para analisar e caracterizar os candidatos e os eleitos à Assembleia da República dos partidos com representação parlamentar. A investigação concluiu que a elite parlamentar portuguesa é homogénea e, não obstante sua evolução em aspectos muito específicos, não existem alterações significativas de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1990-2003 analisado por Teixeira (2009).

Palavras-Chave: Elites Políticas; Recrutamento Político; Cristalização e Circulação das Elites; Partidos Políticos; Eleições; Elite Parlamentar Portuguesa.

The Portuguese Parliamentary Elite: characterization, crystallization and circulation (2005-2011)

ABSTRACT

The master thesis focuses on the study of political elites and seeks to continue the study of Teixeira (2009) about the period between 1990 and 2003, focusing on characterization through various indicators the Portuguese parliamentary elite between 2005 and 2011, a period over which took place three legislative elections in Portugal (2005, 2009 and 2011), as well as to discuss the crystallization and the circulation of Portuguese parliamentary elite. In addition, the research also sought to draw comparisons between the results obtained by Teixeira (2009). The dissertation has established the following question: are there significant changes in terms of characterization, crystallization and circulation of the Portuguese parliamentary elite over the period 2005-2011 compared to the 1990-2003 period analyzed by Teixeira (2009)? The research used various indicators (gender, age, occupation, party ties, re-election and renewal) to analyze and characterize the Portuguese parliamentary elite and concluded that the Portuguese parliamentary elite is homogeneous and, despite its evolution in very specific aspects, there are no significant changes in characterization, crystallization and circulation of the Portuguese parliamentary elite over the period 2005-2011 compared to the 1990-2003 period analyzed by Teixeira (2009).

Keywords: Political Elites; Political Recruitment; Crystallization and Circulation of the Elites; Political Parties; Elections; Portuguese Parliamentary Elite.

Índice Geral

1.Introdução	1
1.1. Enquadramento Geral do Tema	1
1.2. Objectivos do Estudo, Pergunta de Partida e Hipótese de Investigação ...	3
1.3. Metodologia.....	3
2. Enquadramento Teórico	6
2.1. Teoria das Elites	6
2.1.1. Identificação e Formação das Elites	6
2.1.2. Elites e legitimidade.....	12
2.1.3. Circulação e renovação das elites	15
2.2. Recrutamento.....	17
2.2.1. Recrutamento político e recrutamento parlamentar	17
2.2.2. Processos e métodos de recrutamento e selecção	22
2.2.3. Avaliação dos processos e métodos de recrutamento	31
2.2.4. Consequências dos processos e métodos de recrutamento	36
3. Elite Política Parlamentar Portuguesa de 2005 a 2011: Caracterização e Recrutamento	43
3.1. O Sistema Eleitoral Português	43
3.2. O Recrutamento e a Elite Política Parlamentar Portuguesa.....	49
3.2.1. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: o género.....	49
3.2.2. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: a idade.....	63
3.2.3. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: a profissão.....	72
3.2.4. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: o vínculo partidário....	84
3.2.5. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: a reeleição e renovação	87
4. Discussão dos Resultados	97

5. Conclusões	104
6. Bibliografia	107

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Princípios de Representação e Fórmulas Eleitorais.....	45
Tabela 2 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República, por partido político e por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	49
Tabela 3 - Idade dos Deputados à Assembleia da República, por partido político, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	64
Tabela 4 - Profissão dos Deputados à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	72
Tabela 5 - Profissão dos Deputados da CDU à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	76
Tabela 6 - Profissão dos Deputados do BE à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	78
Tabela 7 - Profissão dos Deputados do CDS-PP à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	79
Tabela 8 - Profissão dos Deputados do PPD-PSD à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	81
Tabela 9 - Profissão dos Deputados do PS à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	83
Tabela 10 - Vínculos Partidários dos Candidatos à Assembleia da República, por partido e por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	85
Tabela 11 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, para o conjunto dos deputados, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	88

Tabela 12 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do CDS-PP, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	89
Tabela 13 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do PPD-PSD, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	91
Tabela 14 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do PS, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	92
Tabela 15 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados da CDU, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	94
Tabela 16 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do BE, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	95

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	50
Gráfico 2 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do CDS-PP, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	51
Gráfico 3 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do PPD-PSD, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	52
Gráfico 4 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do PS, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	52
Gráfico 5 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República da CDU, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	53
Gráfico 6 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do BE, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	53
Gráfico 7 - Candidatos do BE à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	55
Gráfico 8 - Candidatos da CDU à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	56
Gráfico 9 - Candidatos do PS à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	57
Gráfico 10 - Candidatos do PSD à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	58
Gráfico 11 - Candidatos do CDS-PP à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais).....	59

Gráfico 12 - Idade para o conjunto dos Deputados à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	65
Gráfico 13 - Idade dos Deputados do CDS-PP à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	66
Gráfico 14 - Idade dos Deputados do PPD-PSD à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	67
Gráfico 15 - Idade dos Deputados do PS à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	68
Gráfico 16 - Idade dos Deputados da CDU à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	69
Gráfico 17 - Idade dos Deputados do BE à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)	70
Gráfico 18 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição em 2009 e 2011 (valores percentuais)	88
Gráfico 19 - Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no CDS-PP (valores percentuais)	90
Gráfico 20 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no PPD-PSD (valores percentuais)	91
Gráfico 21 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no PS (valores percentuais)	93
Gráfico 22 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 na CDU (valores percentuais)	94
Gráfico 23 - Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no BE (valores percentuais)	96

1. Introdução

1.1. Enquadramento Geral do Tema

As elites podem ser consideradas pequenos grupos de pessoas que exercem um poder e uma influência desproporcional nos diferentes domínios sociais. Assim, a elite política, que é aquela que se relaciona directamente com o tema que nos mobiliza, são os grupos de pessoas que ocupam posições nas instituições políticas, nas organizações e nos movimentos que têm capacidade para influenciar ou mesmo determinar os *outputs* do sistema político. Autores como Pareto, Mosca e Michels são quase unanimemente considerados clássicos no estudo das elites políticas. Na sua visão, exposta na transição do século XIX para o século XX, o poder político e os recursos para influenciar e determinar as decisões políticas demonstra-se persistentemente e de forma crescente concentrados numa pequena elite, pelo que um sistema democrático genuíno é impossível de alcançar. Desta maneira, estes autores centraram a sua atenção em conhecer de que forma os vários aspectos da elite política, como a sua formação, a sua caracterização, a sua autonomia, a sua estrutura e a sua transformação, afectam os regimes políticos e decisões políticas (Higley 2011, pp.759-760; Pakulski 2011, pp.492-493).

A dissertação que agora se apresenta resulta da importância e relevância do estudo das elites políticas na área científica da Ciência Política, com uma produção científica que vai desde as teorias clássicas até às suas interpretações liberais e às críticas mais contemporâneas. A este respeito, refira-se que o estudo das elites recebeu importantes contributos clássicos de autores fundamentais como Pareto, Ostrogorski, Mosca e Michels. Adicionalmente, importa considerar que o próprio estudo científico das elites políticas, da sua formação, composição, relevância e caracterização, tem também sido objecto de estudo privilegiado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, desde logo através dos contributos de Bessa (1993; 1997), Balão (2001), Martins (2004), Teixeira (2009).

Em boa verdade, a investigação desenvolvida procura, em diversos aspectos, dar continuidade ao estudo da Professora Conceição Pequito Teixeira (Teixeira, 2009), o qual

foi realizado com base nas eleições legislativas ocorridas entre 1990 e 2003, e procura debater os fenómenos de cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa entre 2005 e 2011, período ao longo do qual se realizaram três eleições legislativas (2005, 2009 e 2011), bem como caracterizar através de vários indicadores essa mesma elite. Consequentemente, dedicaremos especial atenção ao processo de recrutamento parlamentar, processo esse que é o principal responsável pela formação e composição dessa elite política. A importância do recrutamento parlamentar é aqui fundamental para podermos compreender os fenómenos de cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa, bem como para proceder à sua caracterização, tendo por base os dados relativos às eleições legislativas já referidas. O fenómeno das elites políticas, no caso da presente dissertação especialmente focado na elite parlamentar portuguesa, é aqui observado com particular interesse, isto devido à falta de estudos específicos sobre o período temporal por nós analisado (2005-2011), sendo este um dos motivos que levou à realização desta investigação.

O estudo das elites políticas e da elite parlamentar, aqui especificamente, é fundamental para ser possível compreender e analisar como são compostas e como tem vindo a evoluir a elite parlamentar portuguesa, debruçando-se este trabalho na observação de várias características sociodemográficas da elite parlamentar portuguesa, para que seja assim possível caracterizar a sua evolução entre 2005 e 2011. A análise será realizada transversalmente entre todos os candidatos e deputados, mas também partido a partido, procurando com isto perceber se existem ou não diferenças entre estes (Freire 2001, pp. 9-10).

É então com base nas considerações teóricas de vários autores e na análise de dados que iremos tentar dar resposta ao nosso objecto de estudo, que nesta dissertação se prenderá essencialmente com a análise da caracterização da elite política e do fenómeno da cristalização e ou da circulação dessa elite, focando-nos nas listas de candidatos à Assembleia da República entre 2005 e 2011 e nas características da elite parlamentar portuguesa durante o mesmo período temporal.

1.2. Objectivos do Estudo, Pergunta de Partida e Hipótese de Investigação

Feitas as considerações anteriores, foram definidos para a investigação que agora se apresenta os seguintes objectivos: 1) caracterizar a elite parlamentar portuguesa e a sua evolução ao longo do período 2005-2011; 2) avaliar os fenómenos de circulação e cristalização da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011; (3) estabelecer comparações entre os resultados obtidos referentes ao período 2005-2011 com as conclusões obtidas por Teixeira (2009) sobre o período 1990-2003.

Com vista a prosseguir os objectivos enunciados, estabelecemos a seguinte pergunta de partida: Existem alterações significativas em termos de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1990-2003 analisado por Teixeira (2009)? Com vista a atingir os objectivos propostos e responder à pergunta formulada, serão utilizados diversos indicadores (género, idade, profissão, vínculo partidário, reeleição e renovação) para analisar e caracterizar os candidatos e os eleitos à Assembleia da República dos partidos com representação parlamentar. Além disso, os resultados obtidos através da nossa análise serão sistematicamente comparados com os resultados obtidos por Teixeira (2009). Em face dos objectivos propostos e da pergunta enunciada identificámos a seguinte hipótese de investigação em torno da qual estruturaremos a nossa análise: não existem alterações significativas em termos de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1991-2002 analisado por Teixeira (2009).

1.3. Metodologia

Os dados analisados no presente estudo foram recolhidos em documentos oficiais, como sejam as fichas de candidatura dos candidatos às eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011 depositadas na Comissão Nacional de Eleições (CNE). Visto que nenhum destes dados estava compilado e tratado, foi necessário um laborioso e demorado trabalho que realizámos na CNE ao longo de quase dois meses. O resultado final foi a elaboração de uma base de dados onde constam os vários indicadores de relevo para a análise que

realizámos na presente dissertação, a saber: género, idade, profissão, vínculo partidário, reeleição e renovação. Além disso, a página electrónica oficial da Assembleia da República foi também preciosa visto que possibilitou o acesso aos registos biográficos dos deputados da X, XI e XII legislaturas, as quais correspondem ao período em análise no nosso estudo.

O estudo restringiu a análise dos candidatos e deputados dos Partidos Políticos e/ou Coligações que obtiveram representação parlamentar, neste caso o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD), Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), Partido Comunista (PCP), o qual concorre às eleições Legislativas liderando a Coligação Democrática Unitária (CDU) e, finalmente, o Bloco de Esquerda (BE). Tal opção adequa-se aos objectivos da nossa investigação na medida em que ela se centra na elite parlamentar, a qual é constituída pelos candidatos à Assembleia da República e deputados que obtiveram um mandato parlamentar através das eleições legislativas.

A elite política parlamentar de Portugal é aqui analisada e caracterizada com base nos dados fornecidos pelas eleições legislativas realizadas em 2005, 2009 e 2011, o que também permite compreender de que forma essa elite, os candidatos ao parlamento, vêm a sua confiança política renovada. Serão então usados vários indicadores, como o sexo, a profissão, o vínculo partidário, a idade e a taxa de reeleição e de renovação, sendo este o modelo de análise, já anteriormente utilizado por Teixeira (2009) no seu estudo, que iremos adoptar para tentarmos dar uma resposta válida à hipótese que mobiliza a investigação.

Em termos metodológicos, será utilizada uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, através do uso de vários indicadores (género, idade, profissão, vínculo partidário, reeleição e renovação), isto para ser possível caracterizar a elite parlamentar portuguesa, mensurar e qualificar a cristalização ou a circulação dessa mesma elite e, finalmente, estabelecer comparações com o estudo desenvolvido por Teixeira (2009). A propósito da cristalização (continuidade) ou circulação (renovação) da elite parlamentar, a Comissão Europeia (2009, p.7) estima que quando cerca de dois terços dos membros do parlamento são reeleitos em cada acto eleitoral existem limitadas oportunidades para o surgimento de novas pessoas eleitas e, por consequência, para a renovação da elite. A opção pela abordagem mista deve-se ao facto de ambos os métodos, quantitativo e

qualitativo, assentarem numa lógica inferencial e também devido aos vários indicadores que pretendemos analisar. Assim sendo, iremos utilizar o método quantitativo para analisar os vários indicadores (como o sexo, a idade e as taxas de reeleição e de renovação, etc.), assumindo estes um conjunto de valores, que posteriormente serão analisados com referências ao contexto político e comparados com os valores obtidos por Teixeira (2009) numa análise qualitativa. A caracterização desta elite política e a sua evolução será então o objecto de estudo transversal a todo este projecto (Manheim e Rich 1998; Santo 2010).

A investigação avança, em primeiro lugar, com um enquadramento teórico sobre a teoria das elites e sobre recrutamento político. Neste primeiro momento procedemos a um desenvolvimento teórico e revisão da literatura sobre as referidas temáticas, bem como aclaramos conceitos que se revelam importantes para a investigação. Posteriormente, e em segundo lugar, introduzimos o nosso estudo de caso e procederemos à análise do recrutamento da elite parlamentar portuguesa e à sua caracterização. Paralelamente iremos, como anteriormente referido, estabelecer comparações entre os resultados por nós obtidos e as conclusões de Teixeira (2009). Finalmente procederemos à discussão dos resultados obtidos e apresentaremos as principais conclusões.

2. Enquadramento Teórico

2.1. Teoria das Elites

2.1.1. Identificação e Formação das Elites

O estudo das elites políticas e das elites parlamentares, aqui especificamente, é fundamental para ser possível compreender e analisar como são compostas e como vão evoluindo estas elites, debruçando-se este trabalho na observação de várias características sociodemográficas da elite parlamentar portuguesa, para que seja assim possível caracterizar esta mesma elite. A caracterização e a análise da evolução da composição social e política da elite parlamentar portuguesa entre 2005 e 2011 será realizada transversalmente entre todos os candidatos e deputados, mas também partido a partido, procurando com isto perceber se existem ou não diferenças entre estes (Freire 2001, pp.9-10).

A teoria das elites foi particularmente desenvolvida na área da Ciência Política pelos estudos desenvolvidos por Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, os quais defendem a existência numa determinada sociedade de um grupo de indivíduos, uma minoria, que detém o poder político. Assim, o poder político está concentrado nesse grupo minoritário de pessoas que o impõe à maioria.

Pareto (1968) mencionou a importância das várias elites, concentrando-se principalmente na elite política, a qual dividiu em dois grandes grupos: os leões e as raposas. Para Pareto o poder político nunca saía das elites e, assim sendo, os leões seriam aqueles que faziam o uso da força para governar e as raposas seriam os políticos sagazes, que se serviam da sua astúcia com o mesmo fim. Pareto fazia ainda a divisão entre a elite governante e não governante, dizendo que, apesar da “hereditariedade directa” na elite governante ter praticamente desaparecido, ainda se mantém uma certa “hereditariedade indirecta” através da riqueza, dos contactos e dos relacionamentos (Pareto 1968, p.1298).

Outro dos pioneiros da teoria das elites foi Gaetano Mosca que declarava a existência de duas classes de pessoas: os que governam e os que são governados. Os que governam são em menor número e têm as regalias do poder político e da sua posse. Os governados, a maioria, são “dirigidos e controlados” através de uma forma “mais ou

menos legal” e “mais ou menos arbitrária e violenta”, sendo estes fundamentais para o dinamismo da máquina política, pois “proporcionam os meios materiais de subsistência e [...] os instrumentos” necessários para a tal à classe governante (Mosca 1980, p.50).

Segundo Higley (2011, pp.762-763) as elites são pequenos grupos de pessoas que exercem poder e influência em vários domínios sociais. As elites políticas distinguem-se das restantes devido ao seu posicionamento em organizações e instituições que permitem definir ou influenciar situações e resultados políticos. Assim, é usual identificar as elites definindo quem detém as posições formais mais importantes na sociedade, quem tem uma reputação em termos de influência e de poder político ou em quem participa na feitura de políticas e na tomada de decisões-chave. Higley considera que cada uma destas formas de identificar as elites - a saber: 1) quem detém posições formais de importância na sociedade; 2) quem possui uma reputação em termos de influência e de poder político; 3) quem participa na feitura de políticas e na tomada de decisões-chave - irá produzir uma configuração de elite diferente. Por um lado, se tomarmos em conta a posição iremos destacar as elites por sectores como a política, negócios, etc. Se nos focarmos no critério da reputação iremos realçar uma “pequena e coesa elite do poder” transversal a vários sectores, e se dermos destaque a quem participa nas decisões e na implementação de políticas-chave estaremos a olhar para toda uma série de elites especializadas. Ora, para se superar estas dificuldades e diferenças de identificação das elites, os investigadores utilizam mais do que um método e combinam os seus resultados (Higley 2011, pp.765-766).

Higley (2011, pp.765-766) afirma que foram feitos vários esforços para “capturar diferentes tipos de elites nacionais quando consideradas como um todo”, esforços esses que, apesar de simplistas, são necessários para uma compreensão e tipologia mais alargada do estudo comparativo das elites. As tipologias já existentes concentram-se principalmente na extensão da integração estrutural e na extensão do consenso de valores, referindo-se a primeira à “inclusividade formal e informal das redes de comunicação e a influência entre membros da elite.” A extensão do consenso de valores refere-se ao “acordo relativo ao valor das instituições políticas existentes e a um código de comportamento político.” Higley (2011, pp.766-767) afirma que, comparando elites nacionais de acordo com estas dimensões (a extensão da integração estrutural e a extensão do consenso de valores) podemos distinguir um tipo desunido e dois tipos de

elites unidas. O tipo de elite desunida caracteriza-se por um desacordo relativamente ao valor das instituições políticas e pela não adesão a nenhum código de comportamento. Higley (2011, pp.766-767) considera que este tipo de elite desunida é o mais comum no mundo moderno e pode ser associado a regimes autoritários e a democracias não liberais, tendo este tipo de elite desunida a sua origem principalmente em processos de formação de estados nacionais. Um dos tipos unidos de elites são as que estão “centralizadas numa facção teocrática ou num estado etno-nacionalista”. Nestes casos, existe uma “ideologia secular, uma doutrina religiosa ou uma crença etno-nacionalista que é definida pelos líderes políticos mais importantes e que é professada publicamente por todos ou quase todos os membros da elite.” Consequentemente, este tipo de elite unida, designada de elite unida ideologicamente, e a elite desunida são, segundo Higley (2011, pp.767-768), claramente incompatíveis com democracias liberais estáveis. Finalmente o segundo tipo de elite unida acima referida, apelidada de elite unida consensualmente, é tida como uma pré-condição fundamental para tais regimes. A elite unida consensualmente é caracterizada por uma estrutura de redes formais e informais de influência que se intensificam dentro dos seus próprios sectores funcionais, mas que se “sobrepõem e interligam para formarem redes de trabalho [...] através das quais as elites dos vários sectores estão ligadas e assim obtêm acesso a decisores-chave na política”. Esta elite partilha entre si um consenso sobre as normas e práticas políticas, algo que Higley (2011, pp.766-768) considera ser um factor para a restrição da competição política.

Com vista a melhor examinar, no campo da Ciência Política, a questão das elites temos que definir que grupo ou quais os grupos que detém o poder num determinado sistema social, podendo ser este problema perspectivado através de três perspectivas teóricas diferentes: o Elitismo; o Pluralismo e o Marxismo. Primeiramente, o Elitismo define-se como sendo uma perspectiva que afirma que o poder se encontra numa elite unida. Por outro lado, o Pluralismo caracteriza-se por afirmar que não existe apenas uma elite governante com o poder, mas sim uma pluralidade destas que alternam entre a cooperação e o confronto. Finalmente, a perspectiva Marxista considera que o poder nas sociedades capitalistas está concentrado numa classe dominante (burguesia) (Mathiot e Gervais 2011, p.3).

Num artigo em que pretende definir as elites e as suas origens, Keller (1963, pp.65-75) afirma que as elites proliferam devido a vários processos sociais que têm dado forma ao

mundo, sendo quatro os principais processos sociais a considerar: (1) o aumento da população; (2) o aumento da especialização profissional; (3) o aumento da organização formal ou burocracia; (4) o aumento da diversidade moral.

A autora afirma que, com o desenvolvimento e operacionalidade destes processos sociais, as elites têm-se tornado mais “numerosas, variadas e autónomas”. O aumento da população trouxe consigo comunidades mais heterogéneas e complexas, que necessitam assim de mais organização formal e de “métodos indirectos de gestão e supervisão”. Esta complexidade gerada pelo aumento da população resultou no aumento da especialização profissional e da divisão do trabalho, (sendo as sociedades agora marcadas pela diferenciação ocupacional), levando a que grupos especializados emergissem e estejam encarregues das antigas tarefas desempenhadas pelos membros das comunidades. Esta divisão do trabalho acarretou consigo uma concentração de indivíduos num dado território, sendo seguida pela multiplicação de relações sociais dentro da própria comunidade e pelo aparecimento de diversos líderes em cada grupo. A divisão e especialização das tarefas fizeram com que as elites se tornassem mais “autónomas e independentes”, apresentando menor coesão e uma menor probabilidade de uma única elite “exercer um poder absoluto e arbitrário”. O aumento da organização e burocracia foi também fruto da complexidade das comunidades, que necessitavam de uma maior formalidade, planeamento e coordenação nas suas relações e actividades.

Quando as comunidades se começaram a organizar e a transformarem-se em sociedades, as elites estratégicas (que deveriam actuar em prol dos variados aspectos sociais) ficaram cada vez mais dissociadas dos membros que as seleccionavam, existindo uma clivagem entre estas, trazendo isto consequências das suas acções para a sociedade. O aumento da diversidade moral veio também da disparidade face às tradições e costumes de tempos longínquos, em que o homem preservava e “defendia (a terra) com o seu sangue”. As sociedades actuais têm pouco em comum com o mundo onde foram criados os primeiros códigos morais, resistindo ainda apenas alguns costumes do passado. As diferentes ocupações e especializações criaram também, segundo Keller (1963, pp.65-75), diferentes objectivos e morais, existindo uma “lacuna entre os valores fundamentais de uma sociedade e os valores pessoais dos seus membros individuais”, sendo o papel das várias elites o da “preservação dos ideais e das práticas” existentes nas suas sociedades (Keller 1963, p.65-75). Keller (1963, p.78) refere também que as elites são minorias em

vários sentidos distintos, como no seu número; nas posições e funções que desempenham; nos atributos que as tornam em elites (sabedoria, coragem, capacidades); nas suas responsabilidades sociais e nas suas recompensas (tendo proporcionalmente um maior acesso às “coisas boas da vida”).

William Domhoff (2002, pp.4-5, 46), no seu estudo sobre quem governava na América, distinguiu duas dimensões diferentes do conceito de classe. A primeira refere-se a uma “relação económica e de poder interligada” entre dois ou mais grupos de pessoas que desempenham determinados papéis no sistema económico, dando o autor como exemplo os donos de negócios e os seus respectivos empregados. A outra dimensão alude a uma categoria referente às “instituições, relações sociais e estilos de vida dos vários grupos económicos, clubes, bairros e actividades de lazer e recreação”, onde existe uma tendência para uma maior interacção entre indivíduos pertencentes à mesma classe. Domhoff (2002, pp.4-5, 46) aponta aqui a importância destas relações sociais e contactos entre membros da mesma classe, relações essas determinadas pelas “afiliações entre determinadas organizações, escolas privadas e pela participação em clubes sociais”. São estes contactos e interacções entre membros da mesma classe que garantem o acesso ao poder, identificando Domhoff (2002, pp.4-5, 46) a relevância da educação em escolas privadas e a participação em clubes sociais. No que diz respeito à importância dos relacionamentos, Domhoff (2002, pp.9-10) menciona o conceito de poder como a “capacidade de obter os resultados sociais desejados”, sendo aqui importante a forma como um “grupo ou classe tem sucesso no conflito com outros grupos e classes”, sustentando de novo que as ligações e contactos privilegiados entre membros de determinadas empresas e entre várias empresas são fundamentais para o aumento do poder e influência destas. A este respeito, Balão (2001, p.20) também se refere às ligações e relacionamentos entre “indivíduos dotados de diferentes graus de poder, influência, prestígio e riqueza”, funcionando estes relacionamentos como uma “teia” na “vida político-social”.

Apesar dos contributos anteriormente referidos, Dahl (1958, p.464) considera que uma classe dominante é um grupo formado por um número menor do que a maioria e que não é produto das regras democráticas. Dahl refere que a classe dominante é um grupo minoritário de indivíduos em que as suas preferências em casos políticos-chave prevalecem em situações em que existem preferências divergentes (Dahl 1958, p.464).

Dahl afirma também que é quase impossível refutar as teorias sobre as classes dominantes, isto devido à forma das suas hipóteses serem construídas e também pela “maleabilidade” destas. As teorias da existência de uma classe dominante são também criticadas por Dahl, devido a estas possuírem o argumento de que quando os líderes não constituem uma elite é porque existe uma classe dominante “encoberta” formada por outros líderes. Robert Dahl menciona que a forma de provar e testar a existência de uma classe dominante deveria estar e ser dada pelos seus próprios teóricos e não pelos seus críticos, devendo existir critérios claros, propostos pelos teóricos das elites, segundo os quais a teoria poderia ser refutada (Dahl 1958, p.463).

Robert Dahl refere que existe uma confusão entre elites e grupos que têm mais potencial para ser dominantes devido às suas características, mencionando que para existir um domínio tem também de existir unidade. Outra das confusões apontadas por Dahl é a de existem grupos que têm bastante influência num determinado âmbito mas não a têm noutros, sendo estes confundidos com uma classe dominante, referindo que é “falacioso assumir que a ausência de igualdade política prova a existência de uma classe dominante.” Dahl propõe então a sua forma de testar a existência de uma classe dominante, sendo que para tal tem de se verificar três critérios: (1) a classe dominante “hipotética” tem de ser um grupo bem definido; (2) têm de existir vários casos envolvendo decisões políticas-chave em que as preferências da “hipotética” classe dominante vão contra as de outro grupo qualquer; neste caso referido anteriormente, (3) as preferências da classe dominante prevalecem (Dahl 1958, pp.465-466).

No seu livro “Quem Governa? - Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite”, Marques Bessa elabora um precioso contributo da génese do pensamento das elites, examinando os demais autores de relevo e apreciando os seus contributos para a questão central que é tratada no livro. Bessa afirma que a “reflexão utópica deve ser considerada, e com razão, a primeira aproximação ao tema da elite, isto é, da minoria dirigente.” (Bessa 1993. p.176), referindo que a utopia “implantou desde Platão a noção de um governo de melhores, ou seja, de uma meritocracia, conduzindo, por conseguinte, uma crítica ao real.” A utopia era assim usada como uma crítica ao estabelecido e como “instrumento positivo de análise social”, levada a cabo pelos demais utopistas que procuravam definir a composição da melhor elite, bem como as suas características, aspirando com isto à felicidade humana (Bessa 1993, pp.177-178).

Ainda neste ponto, Bessa refere que o “longo estudo do modelo comunista e das vertentes da sua crise, nos diversos planos em que ela se manifestava, orientava-se para mostrar que mesmo a utopia mais etérea não se pode furtar ao cancro da organização e às consequências aludidas por Michels.” Bessa menciona também que o desejo igualitário levado a cabo através da abolição de hierarquias e aliado a uma programação apertada faz com que daí sobressaíssem os órgãos directivos, ou seja, a minoria dirigente e acrescenta ainda que “a experiência soviética é rica em ensinamentos, mas aquele que mais nos interessa é a confirmação de que no seio da utopia mais igualitária, programaticamente empenhada na realização da fraternidade e na destruição dos aparelhos de coerção, se desenvolve paradoxalmente tudo quanto se conhece ser característico dos Estados vulgares e das organizações: um grupo dirigente e uma maioria dirigida, com a particularidade dos primeiros recorrerem a brutalidades sem paralelo para manterem a sua direcção sobre toda a sociedade” (Bessa 1993, pp.81-482).

2.1.2. Elites e legitimidade

As elites raramente gozam de uma autonomia, sendo necessário o apoio de uma não elite para que possam levar a cabo as suas acções e manter o seu poder. Para conseguirem esse apoio as elites definem e evocam apelos que vão de encontro aos interesses e ideologias das não elites, sendo estes interesses e ideologias das não elites activados através de apelos bem formulados pelas elites. Se esses apelos não forem eficazes e não existir um apoio por parte das não elites, as elites ficam diminuídas na sua eficácia e na manutenção do seu poder. As elites têm assim ao seu dispor um vasto leque de formas para conquistar o apoio das não elites, desde oporem-se ou não a outras elites durante uma crise política, abraçar ou simular práticas democráticas em períodos de transição para a democracia, ou ainda prometer resultados que sabem que são impossíveis de obter, recorrendo também a explicações pouco claras que lhes permitam evitar as responsabilidades pelos acontecimentos, isto em democracias consolidadas (Higley 2011, pp.765-766).

Vilfredo Pareto mencionava ainda a importância das acções humanas, afirmando que estas advêm da “mistura de elementos”, dividindo-as em acções lógicas e acções não lógicas e considerando que as acções não lógicas não significam o mesmo de

ilógicas. As acções lógicas seriam assim aquelas em que existiria uma adequação racional entre os meios aplicados e os fins que se pretendem atingir. Já as não lógicas seriam as acções em que os meios utilizados não obedecem a princípios racionais. Referindo-se ainda a estas acções, lógicas e não lógicas, Pareto (1968, pp.66-68) menciona que todos os fenómenos sociais podem ser considerados como objectivos, tal como o são na realidade, ou subjectivos, tal como se apresentam no espírito de alguns homens. Tendo isto em referência, o autor classifica assim as acções lógicas como aquelas em que o fim objectivo é idêntico ao fim subjectivo e as acções não lógicas como aquelas em que o fim objectivo difere do fim subjectivo. Pareto (1968, pp.806-817,1533) refere os “resíduos”, os comportamentos com um significado político, que podem ser observados e que se mantêm inalterados. Os “resíduos” são assim responsáveis pela imutabilidade humana, pois diferem dos sentimentos e dos instintos, sendo condicionantes das acções e classificados em vários tipos, sendo para este caso importante a “persistência dos agregados”, que se opõem contra as “tendências prejudiciais dos interesses individuais”, o que explica assim o domínio da elite, através de instintos conservadores, apáticos, de resistência à mudança e de aceitação do estabelecido pelas massas.

Robert Michels, outro teórico elitista clássico, estudou por sua vez a estrutura do Partido Social Democrata Alemão, um partido de massas, no qual denotou a sua organização e a necessidade desta para o funcionamento do partido, também reparando que a profissionalização da política estava a criar uma “elite operária”, afastando cada vez mais os chefes das massas e considerando que tal fenómeno marcava o início do fim da democracia. Michels afirmava que seria mais “fácil dominar a massa do que um pequeno auditório”, pois esta, uma vez sugerida estaria mais aberta ao “pânico ou ao entusiasmo irreflectido”, ao contrário de um pequeno grupo em que os seus membros pudessem discutir e reflectir entre si. (Michels 1982, p.17) Constatando então esta facilidade de domínio das massas, Michels afirmava que estas necessitavam de chefes que as liderassem e que as guiassem, estando particularmente predispostas para tal e falando assim nessa necessidade que levava também a um “culto dos chefes” (Michels 1982, p.35). Estes chefes deveriam ter determinadas características que os fizessem sobressair e ganhar assim a confiança das massas, sendo o dom da oratória a principal característica referida por Michels, dizendo que a “beleza do discurso sugestiona a massa”. O autor considerava que a multidão anulava o próprio indivíduo, retirando-lhe assim a sua personalidade e

responsabilidade. Segundo Michels, embora a organização fosse uma condição fundamental para a democracia e para o funcionamento dos partidos, esta iria resultar inevitavelmente no que ele classificou de oligarquia, dizendo que a organização ia sempre gerar oligarquia, isto devido à organização dividir qualquer instituição em uma “minoría dirigente” e uma “maioría dirigida”. Assim, todos os partidos traíam os seus ideais democráticos pois degeneravam para organizações oligárquicas, afirmando Michels que “toda a organização de partido representa uma potência oligárquica repousada sobre uma base democrática”. Isto tal como as classes dominantes se substituíam umas às outras, as quais são fundamentais para a subsistência da vida em sociedade (Michels 1982, pp.238, 225-228). Esta teoria foi assim denominada por Michels como Lei de Ferro da Oligarquia.

Por seu lado, Mosca (1980, p.53) referia que o domínio da classe governante advinha da sua composição e unificação face aos governados, devido também ao seu pequeno número, o que permitia um mais fácil entendimento. No que diz respeito aos governados, sendo um maior número, teriam tendência a estarem mais desorganizados, o que favorecia a classe governante, pois quanto maior fosse a classe governada mais difícil seria de se organizar e gerar uma reacção contra a classe governante. Referindo-se ainda à classe governante, Mosca (1980, pp.70-71) fala na “fórmula política”, o princípio ou a base legal e moral onde se encontra a justificação do poder da classe governante, diferindo essa fórmula quase sempre de sociedade para sociedade e sendo baseada em crenças sobrenaturais e conceitos que aparentam ser racionais, mas nunca correspondendo a “verdades científicas”. Balão (2001, p.125) menciona neste sentido que “o isolamento do indivíduo em relação às várias vertentes da sua vida em sociedade [...] pouco ou nada contribuiria para o tão esperado desenvolvimento da personalidade e consciência individual de cada indivíduo [...]. Tal situação seria benéfica [...] para o desenvolvimento das máquinas político-partidárias que se aproveitavam das condições precárias de participação social dos indivíduos [...] para se fortalecerem”. Balão (2001, p.125) afirma assim que “em troca de falsas promessas de defesa dos eleitores e recorrendo a uma fórmula política actual e sonante, (as máquinas político-partidárias) iam angariando os votos necessários para a aquisição, exercício e manutenção do poder político.”

Nesta matéria, Marques Bessa refere-se à democracia como um projecto utópico, tanto para as massas submetidas a elites, como para os povos pobres e subdesenvolvidos, afirmando que ambas “associam as riquezas pressentidas nas

sociedades do Ocidente ao respectivo modelo político” (Bessa 1993, p. 590). O autor acrescenta ainda que a democracia pode ser uma utopia em dois diferentes sentidos: a democracia real e a democracia ideal. A primeira forma reporta-se à democracia presente no Ocidente que serve de referência e de padrão para o exterior. Já a democracia ideal assume-se como uma utopia, qualitativamente superior à democracia real. Referindo-se à compatibilidade entre elite e democracia, Marques Bessa afirma que “a democracia surge como um processo legitimador da dominação de uma elite política, sendo ao mesmo tempo uma fórmula de fórmulas” e que “as elites [...] continuam a ter as iniciativas, cabendo ao povo pronunciar-se sobre as fracções e as fórmulas que lhe são apresentadas, terminando depois disso a sua função. Os eleitores rejeitam ou aceitam. A elite governa” (Bessa 1993, p.591).

Como nos diz Marques Bessa, “os pensadores democráticos manifestaram sempre uma persistente resistência às teorias que dessem um papel importante à liderança, pois viam aí uma ofensa directa à tese da igualdade”, e cita o historiador Arthur Schlesinger, que afirma que “o governo através da história humana foi sempre um governo de minorias - ou seja, de elites. Esta afirmação é tão verdadeira para os Estados democráticos e comunistas da actualidade como para as monarquias medievais e tribos primitivas. As massas de povo são estruturalmente incapazes de se governarem directamente” (Bessa 1993, p.22).

2.1.3. Circulação e renovação das elites

Os processos de circulação e transformação das elites também variam de acordo com o tipo de elite existente numa sociedade, pois onde existem elites desunidas podem existir “deslocamentos repentinos e violentos” de franjas desta. Elites desunidas também podem sofrer com vários processos e transformarem-se em elites ideológicas; o mesmo pode ocorrer inversamente, quando elites unidas ideologicamente se transformam em elites desunidas, isto quando a “ideologia oficial ou imposta” se torna inoportável ou em desacordo com a sociedade e com os seus desenvolvimentos, levando ao colapso dessa mesma elite (Higley 2011, pp.768-769).

Ainda sobre Pareto, este refere-se à “circulação das elites” como o fenómeno em que são considerados dois grupos, a elite e o resto da população, e onde existe uma passagem de um grupo para outro, em que estes elementos que fazem a passagem trazem muitas vezes atitudes e sentimentos dos seus grupos de origem (Pareto 1968, p.1299). O autor considera também de interesse ver qual a “velocidade da circulação” da elite, visto que esta difere devido à “oferta e procura” de determinados elementos (Pareto 1968, p.1300). Pareto referia também a existência de uma alternância no poder entre a elite governante e não governante, pois para ele o poder nunca saía das elites (Pareto 1968, p.1298).

Mosca apontava também a “renovação” das elites por cooptação, sendo essa renovação fundamentada na hereditariedade do poder, mas alegando ainda que essa renovação na elite deveria resultar tanto da cooptação do poder de pais para filhos, bem como das novas forças políticas que desafiassem o estabelecido e que emergissem de estratos mais baixos até às posições mais altas na escala social, isto para poder existir um suposto equilíbrio entre os vícios e qualidades de ambas (Mosca 1980, pp.61-66). Ainda sobre a renovação da elite, Mosca afirmava que tal como na natureza, em que o ar tem tanto tendência para deslocar-se como para estar imóvel, as sociedades humanas também têm esta tendência, ora produzindo elites “fechadas e cristalizadas”, ou havendo uma renovação mais ou menos rápida dessa elite (Mosca 1980, p.66). Gaetano Mosca refere também que este fenómeno de “cristalização” ocorre sobretudo nas sociedades envelhecidas, em que as crenças religiosas e o conhecimento científico não têm sofrido grandes alterações ao longo dos tempos, o que leva a um poder que é incontestado, “perpetuado e imóvel” e concentrado em determinadas famílias (Mosca 1980, p.66).

Michels referia também que a renovação das elites se faria apenas por cooptação, sendo o papel das massas inexistente ou meramente secundário, e que no partido por ele estudado as autoridades dirigentes superiores gozavam de uma “real imobilidade”, apesar de nos estatutos do partido estar estipulado a renovação anual do seu comité de direcção. Ainda sobre os partidos, Michels afirmava também que os partidos eram na verdade “organizações metódicas das massas eleitorais”, tendo sempre interesse em ganhar mais votos e novos membros, pois a perda de membros e de votos debilitava o seu “prestígio político” (Michels 1982, pp.63, 220).

2.2. Recrutamento

2.2.1. Recrutamento político e recrutamento parlamentar

Uma das funções clássicas dos partidos políticos é a de assegurar a selecção de candidatos para todos os níveis de cargos políticos electivos e não electivos, não sendo o recrutamento político somente um modo de seleccionar representantes políticos desde o nível local até ao nível nacional, mas também uma forma de preencher uma vasta gama de cargos públicos através do poder das nomeações. Pippa Norris exemplifica esta rede de nomeações referindo as nomeações dos partidos para as organizações não-governamentais no Reino Unido; as muitas posições em ramos da administração e em agências federais alocadas pela nomeação do futuro presidente americano e as relações entre “patrões” e “clientes” no Brasil. Estes processos de recrutamento para cargos políticos electivos e não electivos são considerados como uma das funções residuais mais importantes dos partidos, tendo consequências para o grau de conflito intrapartidário, para a composição dos parlamentos e dos governos e para a responsabilização política dos eleitos (Norris 2006, p. 89).

Norris e Lovenduski (1995, pp.1-2) salientam que o recrutamento funciona para qualquer tipo de cargo, sendo o recrutamento legislativo o “passo decisivo em que os indivíduos se movem de níveis inferiores para carreiras parlamentares”. Norris e Lovenduski (1995, pp.1-2) também referem a importância dos estudos sociológicos sobre as elites, em particular de Mosca, Pareto e Michels, que já demonstravam interesse no processo de recrutamento político e nas suas consequências políticas. Outro dos pontos importantes mencionados no início do seu estudo afirma que é necessário compreender a organização e o funcionamento dos partidos, bem como a composição das elites políticas, para podermos perceber verdadeiramente o recrutamento, sendo isto importante para responder às seguintes questões: quem selecciona e como? E, quem é seleccionado e porquê?

O recrutamento parlamentar pode ser definido como “as regras e os procedimentos formais e informais através dos quais são escolhidos os membros da classe política parlamentar no interior das organizações partidárias”. Este é um processo

integrante da vida dos partidos sendo aqui importante verificar em que medida os “processos e procedimentos formais e estabelecidos pelos partidos” e ao alcance do conhecimento geral coincidem realmente com os processos levados a cabo na prática na escolha dos candidatos ao parlamento (Teixeira 2009, pp.7-8).

Sobre a matéria da selecção de candidatos também se destacam os estudos de Reuven Hazan e Gideon Rahat, que afirmam que “quaisquer que sejam as formas eleitorais usadas nas eleições, a selecção de candidatos é uma das primeiras coisas que os partidos políticos têm de fazer antes das mesmas ocorrerem.” Hazan e Rahat salientam a importância desta escolha feita pelos partidos, muito devido ao serem os candidatos escolhidos aqueles que irão determinar como o partido vai ser visto e conhecido e aquilo que irá fazer. Esta será também uma escolha a um longo prazo, já que os resultados desta irão ter consequências depois do fim das eleições (Hazan e Rahat 2006, p.109).

Os partidos podem então determinar a sua organização interna sem grandes ingerências exteriores, excluindo-se aqui as que são impostas por lei. Teixeira considera o recrutamento parlamentar “um processo extremamente complexo, pelo número de actores e também fugidio, pela falta de transparência, ou não fosse na escolha dos deputados à Assembleia da República que os partidos procuram esconder do escrutínio público as práticas clientelares, o tráfico de influências e o carreirismo político” (Teixeira 2009, p. 360).

Reuven Hazan e Gideon Rahat esclarecem também a diferença entre a selecção de candidatos e o recrutamento legislativo (parlamentar), explicando que o recrutamento legislativo engloba a selecção de candidatos. Embora a selecção de candidatos seja uma “etapa chave” no recrutamento legislativo, esta selecção toma lugar, quase na sua totalidade, dentro dos próprios partidos, enquanto que o recrutamento legislativo inclui vários aspectos do sistema político, como as normas legais, eleitorais e normas do partido. Este processo de selecção dos candidatos “deve assim ser visto como um aspecto particular e importante do recrutamento legislativo que toma lugar dentro do partido e é predominantemente extra-legal.” Hazan e Rahat referem que este processo de selecção dos candidatos é determinado pelos partidos políticos na maioria dos países, sendo estes que estabelecem “as regras do jogo”, por oposição a países como a Alemanha, Finlândia,

Noruega e Estados Unidos em que o sistema legal contém e prevê vários critérios para a selecção de candidatos (Hazan e Rahat 2006, p.109).

Teixeira refere que no caso português “nem a Constituição, nem a Lei dos Partidos Políticos, nem a Lei Eleitoral para a Assembleia da República estabelecem regras formais sobre como se deve processar a selecção dos candidatos parlamentares”, ficando esta assim delegada ao quase total discernimento dos partidos, ainda que, existam procedimentos contidos nos estatutos dos partidos (Teixeira 2009, p.353).

A exclusividade do direito de apresentação de candidaturas às eleições legislativas em Portugal cabe aos partidos políticos, o que circunscreve as opções de voto a um grupo de candidatos previamente decidido pelos partidos e que impede assim os cidadãos de “exercerem livremente e [de forma] autónoma a sua capacidade eleitoral” (Teixeira 2009, p.364). Pode então ser afirmado que “existe assim um monopólio das organizações partidárias em matéria de representação política”, pois tanto a Constituição como a Lei Eleitoral não admitem as candidaturas de listas de cidadãos independentes à eleição à Assembleia da República, embora permitam que os partidos indiquem listas que incluam cidadãos independentes para além dos seus membros filiados (Teixeira 2009, p.365).

Teixeira considera que as eleições têm também uma vertente aristocrática pois fazem uma “clara distinção entre eleitos e eleitores”, sendo da responsabilidade dos partidos a definição de quais os candidatos que irão disputar o voto, definição esta feita através de “procedimentos fechados, pouco inclusivos e de natureza elitista”, remetendo para os eleitores apenas uma ratificação das “escolhas feitas pelos partidos” (Teixeira 2009, p.689). Balão (2001, p.25) confirma também esta ideia, afirmando que “os candidatos que nos são apresentados não são escolhidos por nós, mas por uma minoria que em nosso nome exerce essa função, apresentando ao eleitorado candidatos cuja escolha, legitimada pelas eleições, garante a salvaguarda dos seus interesses.”

As eleições constituem também um processo de recrutamento político, isto devido aos partidos terem de apresentar um conjunto de pessoas para preencher as listas que irão posteriormente ser sujeitas à voz dos eleitores. Assim sendo, os actos eleitorais podem aqui ser considerados como um processo de recrutamento político, pois os partidos

têm de se sujeitar às “exigências legais em termos” da apresentação de listas de candidaturas (Martins 2008, p.142).

Considerando o ponto anterior, os estudos de Moisei Ostrogorski sobre o funcionamento da democracia real e dos partidos políticos publicados no seu livro “Democracia e a Organização dos Partidos Políticos” são também aqui importantes para compreendermos o funcionamento e comportamentos destes. Ostrogorski afirma que dedica o seu estudo às forças políticas, que aqui se entendem como sendo os partidos políticos (Balão 2001, pp.45-46).

Centrando os seus estudos na Inglaterra e nos Estados Unidos, Ostrogorski refere as várias reformas importantes como a que levou à quebra do domínio da aristocracia que até então dominava o sistema político e a um alargamento do corpo eleitoral, ainda que não abrangesse as massas na totalidade e se baseasse em critérios censitários, isto em 1832. Outra das reformas importantes, referida também por Ostrogorski foi a de 1867, em que foram introduzidas medidas para o alargamento do corpo eleitoral, isto com vista a uma maior competição política e equilíbrio eleitoral, trazendo as massas para o eleitorado. Este alargamento do corpo eleitoral, bem como a forma de organização do partido liberal foram factores que levaram à criação do Caucus, uma “organização eleitoral permanente destinada a lutar as batalhas das maiorias sob o comando do partido liberal”, sendo esta uma organização extraparlamentar com a tarefa de organizar as massas eleitorais (Ostrogorski 1993, p.73-84; Bessa 1993, pp.258-260; Balão 2001, pp.83, 150).

Balão (2001, p.173) menciona aqui que não importava qual era a orientação ideológica do partido, visto que a estrutura do Caucus “fundamentava-se nos mesmos princípios organizacionais, estendendo a teia das suas influências até conseguir manipular o maior número possível de eleitores no sentido de alcançar o objectivo máximo: assegurar ao seu partido a conquista, exercício e manutenção do poder político.” O Caucus era assim um “terceiro elemento entre os representantes e o eleitorado” pois impunha aos primeiros que dessem uma resposta aos seus interesses, e fazia com que os eleitores se exprimissem “através de canais formais.” (Balão 2001, p.178).

Ostrogorski preocupou-se em analisar a importância e a efectiva função das diversas organizações de massas, organizações estas que estavam na sua origem destinadas a tentar enquadrar e a auxiliar a participação eleitoral do povo na eleição dos seus representantes, tentando com isto contribuir para a “efectiva democratização das sociedades”, não se confirmando estes interesses na realidade (Balão 2001, p.100).

Os estudos de Ostrogorski são também de relevo para a matéria do recrutamento político, principalmente devido ao autor denotar que a classe dirigente era seleccionada pela sua fidelidade e servilismo à máquina partidária, estando assim totalmente dependente desta. Sobre este ponto, Bessa (1993, p.261) e Balão (2001, pp.178-179) afirmam que “a selecção da classe política dirigente caiu nas mãos de organizações partidárias cujo objectivo inicial se circunscrevia ao recenseamento e ao arrebanhamento de votos. Os seleccionados eram indivíduos necessariamente fiéis ao partido e obedientes à organização [...]”. Referindo-se ainda a Ostrogorski, Balão (2001, p.187) aponta que “a Máquina do partido era a responsável pela selecção dos candidatos e era nesta instância que se verificava a mais poderosa das perversões: a Máquina só promovia os obedientes, os servis, os covardes, os ignorantes. Estava-se perante o sistema que premiava a mediocridade dos partidos e o clientelismo político.”

Moisei Ostrogorski nota também a corrupção e compra de votos que se verificava, sendo algo frequente e comum nas práticas dos partidos, tendo estes várias organizações intermediárias que os apoiavam neste processo tão fundamental para o acesso ao poder através dos votos. Ostrogorski refere ainda a relevância do denominado whip, fundamental para este processo devido ao seu papel. O whip era assim alguém que actuava na sombra, sendo desconhecido pelo corpo eleitoral, cabendo-lhe o negócio da compra de votos e de aliciamento de eleitores, bem como de suporte aos líderes dos partidos, através da comunicação do que se passava internamente no partido (Ostrogorski 1993, pp.90-93; Balão 2001, pp.239-241; Bessa 1993, pp.259-261). Ostrogorski refere ainda que o regime do Caucus não conseguiu, nem permitiu o partido de conseguir executar as suas funções legítimas, tanto na ordem constitucional como na ordem extraconstitucional, mencionando este como um instrumento puramente organizacional, sem nenhuma razão de existência, para além da de servir os seus próprios fins. Outra nota importante aludida pelo autor é que apesar de todas as reformas eleitorais e da criação dos vários movimentos sociais, com vista a equilibrar o peso da aristocracia e a

dar maior voz às massas, tal não se verificou, resultando numa desigualdade ainda maior e no aparecimento de uma nova elite do capital, “o que levou a um caminho rápido para a plutocracia” (Ostrogorski 1993, p.634; Balão 2001, pp.173-180).

Balão (2001, pp.172-173) refere-se também ao ponto anterior, afirmando que “na prática, a sociedade inglesa nada tinha evoluído: todo o sistema institucional, baseado nas relações sociais de classe, tradicionais, permanecia inalterado e tão atualizado como sempre. A massa de indivíduos que constituía a sociedade permanecia perfeitamente subjugada à vontade da elite constituída pela minoria dirigente: rica e aristocrática.”

2.2.2. Processos e métodos de recrutamento e selecção

Pippa Norris sugere um modelo que identifica os factores preponderantes no processo de recrutamento parlamentar, indicando três estágios sucessivos que operam neste processo. A “Certificação”, em que estão contidas as leis eleitorais, as normas do partido e as normas sociais informais que definem a elegibilidade do candidato; a “Nomeação”, que envolve a oferta dos que são elegíveis para cargos e a procura de quem selecciona quando decidem quem irá ser nomeado e, a “Eleição”, onde é determinado quais dos nomeados ganham os mandatos. Norris compara estes estágios a um jogo das cadeiras, onde “muitos são elegíveis, poucos são nomeados e ainda menos são bem sucedidos” na eleição (Norris 2006, p.89).

Acerca dos três estágios, no estágio da Certificação, Norris refere que para além dos requisitos legais para a elegibilidade outros a ter em conta são as regras internas e os estatutos dos partidos, onde é comum estar estipulado que a militância no partido por um determinado período de tempo antes da candidatura à eleição é obrigatória, isto para assegurar a lealdade e o conhecimento das políticas do partido. Ainda assim, Norris aponta medidas mais restritivas, levadas a cabo há várias décadas atrás pelo partido socialista Belga, onde para ser considerado elegível era necessário ser membro do partido há pelo menos cinco anos antes da eleição primária; ter feito um mínimo de compras anuais na cooperativa socialista; ser um subscritor regular do jornal do partido; ter colocado os filhos em escolas estaduais em vez de escolas católicas; ter a mulher e os

filhos envolvidos nas organizações de mulheres e da juventude apropriadas (Norris 2006, p.91).

Uma característica importante do estágio da Certificação é que este é influenciado em larga medida pelos valores culturais e pelas normas sociais informais de cada país, que irão definir as percepções para os candidatos apropriados, como são disso exemplo o tipo de experiência e o *background* mais adequado para uma carreira legislativa. Norris dá neste ponto o exemplo de pessoas que estão mais propensas a candidatarem-se, como os profissionais com formação jurídica, profissionais com experiência em “think-tanks” políticos ou profissionais do jornalismo e da administração local, por considerar que estes possuem competências e experiência importante para cargos políticos, isto devido à sua área de actuação profissional, e que “reflectem a composição típica actual das elites legislativas” (Norris 2006, p.91). Ainda sobre a Certificação, a autora menciona que os candidatos independentes que reúnem os requisitos para se candidatarem mas que não têm qualquer tipo de apoio partidário raramente conseguem ser eleitos, isto por ser quase impossível ser eleito devido a não ter a assistência financeira, apoio e uma rede organizada de recursos que os partidos proporcionam. Norris afirma ainda que os partidos políticos “moldam” a oferta de potenciais candidatos, isto através da promoção de uma rede de contactos, treino político, competências cívicas e experiências organizacionais que são preciosas para a conquista destes cargos electivos. Após serem apontados pelo partido, os candidatos são colocados sob o escrutínio do sistema eleitoral, onde se desenrola a fase final e determinante de acesso ao parlamento. O sucesso eleitoral dos candidatos é também determinado, segundo Norris, por elementos não políticos, como o tipo de cobertura, apoio e publicidade dos meios de comunicação; o apoio financeiro de alguma organização e o apoio da campanha eleitoral por voluntários e por grupos como sindicatos e organizações profissionais e da comunidade. Norris refere que estas formas de apoio são especialmente importantes quando os partidos não proporcionam “estruturas organizacionais” fortes nem “recursos institucionais” e dá aqui o exemplo das eleições primárias nos Estados Unidos (Norris 2006, pp.91-92).

Na tentativa de classificar os métodos de selecção de candidatos, Hazan e Rahat desenvolveram uma forma de análise baseada em quatro critérios: quem selecciona os candidatos; quem é elegível; descentralização e votação *versus* nomeação. Quem

selecciona os candidatos, o designado *selectorate*, é um actor importante neste processo de recrutamento, que pode ser composto por apenas uma pessoa ou por várias, indo até ao “eleitorado total de uma determinada nação”. Os autores pretendem saber e avaliar neste ponto o quão inclusivo ou exclusivo é o *selectorate*, afirmando para isso que este é o mais inclusivo quando todo o eleitorado tem o direito de votar, e, por outro lado, é o mais exclusivo quando é composto por apenas um líder. No critério da elegibilidade, Hazan e Rahat voltam a falar nas questões de inclusão e exclusão, referindo que este critério é o mais inclusivo quando qualquer eleitor pode também ser um candidato, e sendo bastante exclusivo quando existem um conjunto de medidas restritivas à elegibilidade, como já vimos no caso do partido socialista Belga. No critério da descentralização os autores declaram que é um erro comum nos estudos sobre a selecção de candidatos existir uma confusão entre os conceitos de descentralização e inclusividade e nos seus opostos, centralização e exclusividade. Referem então que descentralização pode significar apenas que o “controlo da selecção de candidatos passou de uma oligarquia nacional para uma oligarquia local” e acrescentam também que a descentralização pode ser territorial, como já vimos, ou funcional, “assegurando uma representação para representantes de determinados grupos como sindicatos, mulheres ou minorias” existindo para esta descentralização funcional vários mecanismos complexos sendo um dos exemplos a criação de quotas para as mulheres. No último critério, da votação *versus* nomeação, Hazan e Rahat consideram que é habitual o uso da nomeação em *selectorates* mais pequenos e exclusivos, enquanto *selectorates* de maior dimensão normalmente votam de forma a escolherem os seus candidatos (Hazan e Rahat 2006, pp.110-114).

Estas dimensões de análise são facilmente aplicáveis na avaliação de processos simples, uniformes, onde todos os candidatos são submetidos às mesmas restrições, escolhidos pelo mesmo *selectorate* e onde é aplicado o mesmo método de escolha a todos os candidatos. Ainda assim, Hazan e Rahat referem que empiricamente existem métodos de selecção mais complexos, nos quais são definidos requisitos diferentes para posições diferentes na lista; onde as escolhas são feitas por vários *selectorates*; onde estes *selectorates* usam diferentes métodos de selecção; e onde alguns candidatos são escolhidos em tipos de locais diferentes, “definidos territorialmente e ou funcionalmente”. Hazan e Rahat distinguem assim dois tipos diferentes de complexidade: o sistema misto

de selecção de candidatos e o método de selecção de candidatos de múltiplas etapas. No primeiro sistema os diferentes potenciais candidatos são submetidos a diferentes restrições, ou “os diferentes candidatos são seleccionados por diferentes *selectorates*, em localizações diferentes, ou de acordo com sistemas de escolha diferentes.” Já no método de selecção de candidatos de múltiplas etapas os mesmos candidatos têm de enfrentar vários *selectorates* diferentes durante o processo de selecção, processo esse onde estes *selectorates* poderão usar vários métodos diferentes para a escolha dos candidatos. Estes métodos complexos têm, segundo os autores, várias diferenças e dificuldades de análise, pois no sistema misto de selecção de candidatos deverão ser analisados separadamente cada *selectorate*, a localização destes e a sua forma de escolha. No método de selecção de candidatos de múltiplas etapas os autores afirmam que primeiramente deve ser feita uma análise separada de cada etapa, “definindo o *selectorate*, a sua localização e a sua forma de escolha”; e em segundo lugar deve ser tomada em consideração a importância de cada etapa, não considerando as que se apresentam como meras formalidades, tendo apenas em conta as etapas que têm impacto na composição das listas de candidatos (Hazan e Rahat 2001, pp.299-300).

Num outro estudo, desta vez realizado sobre o caso Belga, os autores Stefaan Fiers e Jean-Benoit Pilet interessaram-se pelas matérias da selecção de candidatos principalmente devido a repararem na tendência Belga, tendência esta contrária à democratização que se denotava na maioria dos partidos ocidentais. Ao invés do que se passava na maioria dos partidos ocidentais, em que a participação dos membros dos partidos nos processos de selecção de candidatos era cada vez maior, os partidos Belgas desviavam-se desta evolução. Embora os autores refiram que os partidos Belgas eram democráticos e tinham processos de selecção de candidatos relativamente abertos desde bastante cedo, quando esta democratização se espalhou pelos restantes partidos europeus, os partidos Belgas inverteram esse caminho e reduziram consideravelmente a intervenção dos seus membros desde 1960 em diante. Ainda assim, no final dos anos noventa a participação foi de novo alargada aos membros dos partidos, mas sendo considerado pelos autores que o sistema não é verdadeiramente aberto, pois a maioria dos partidos introduziu regras adicionais para assegurar o controlo dos líderes nacionais na elaboração das listas eleitorais. Fiers e Pilet consideram que neste sentido devemos falar numa “democracia

guiada” quando nos referimos à selecção de candidatos na Bélgica (Fiers e Pilet 2006, p.2).

Os autores dividem a história Belga da selecção de candidatos em quatro fases: democracia intrapartidária com a soberania dos membros (até à Segunda Guerra Mundial); democracia guiada (1950-1965); oligarquia (1965-1990); democracia guiada (1990 em diante). Até ao período da Segunda Guerra Mundial os membros do partido possuíam a soberania na selecção dos candidatos, sendo estes procedimentos inclusivos adoptados no século XIX. Na primeira democracia guiada, iniciada em 1950, os líderes dos partidos introduziram várias regras para definir a selecção de candidatos pelos membros dos partidos, isto com o objectivo de reduzir o poder dos membros dos partidos, proporcionando assim um maior controlo na selecção dos candidatos pelos líderes do partido. Nos finais dos anos sessenta os partidos aumentaram ainda mais a exclusividade dos processos de selecção de candidatos, estando a elaboração das listas, em todos os partidos, controlada apenas pelos líderes partidários, uma oligarquia. A quarta fase chega apenas com a criação dos partidos verdes na Bélgica, os quais optaram por sistemas onde a soberania recaía nos membros para a elaboração das listas. Os restantes partidos decidem assim seguir este exemplo e os seus membros voltam a ter o direito de ter uma palavra a dizer na selecção dos candidatos. Ainda assim, a soberania na selecção de candidatos não se encontra nos membros dos partidos, sendo aqui os partidos verdes a única excepção, na maioria dos casos os líderes partidários apresentam uma lista que será depois submetida aos membros do partido para a aprovação ou não desta. É devido a este procedimento que os autores afirmam que o actual modelo Belga de selecção de candidatos é um modelo de “democracia guiada” (Fiers e Pilet 2006, pp.6-9).

Num estudo comparativo sobre os processos de recrutamento levados a cabo pelos partidos britânicos, Norris e Lovenduski reparam que estes têm várias características comuns como a sua formalidade e o seguimento de linhas de orientação e de regras estabelecidas em vários documentos dos partidos, regras essas que definem a totalidade do processo de recrutamento, transformando este num programa aplicado por fases. Outros dos traços comuns nos seus processos de recrutamento é a sua democracia e localidade, pois os membros de base dos partidos têm a última palavra na escolha dos candidatos do seu círculo eleitoral, sendo que, quando existe uma escolha a ser feita esta compete à

decisão dos membros através do sistema de “um membro um voto” (Norris e Lovenduski 1995, p.90).

Neste estudo sobre o recrutamento político, realizado por Pippa Norris e por Joni Lovenduski com as questões de género, raça e classe no parlamento britânico como foco central, é elaborado um trabalho extensivo de recolha, análise de dados e de entrevistas, com o objectivo de perceber como é que alguns políticos conseguem ser bem-sucedidos no seu percurso, desde membros de base do partido até chegarem a membros do parlamento. Este estudo revela ao pormenor as várias fases e processos de recrutamento dos vários partidos com assento no parlamento britânico e concede também dados sobre as atitudes, experiência, motivações e expectativas dos candidatos e dos membros dos partidos. As autoras afirmam que o recrutamento pode ser realizado a um nível local, regional ou central e que este processo pode ocorrer formal ou informalmente, sendo formal quando ocorre de forma explícita, de acordo com regras e em várias fases padronizadas; e informalmente quando não existem muitas normas nem restrições constitucionais (Norris e Lovenduski 1995, pp.1-5).

Uma das primeiras impressões referidas pelas autoras é a de que comparativamente aos relatos realizados em 1950 e 1960 sobre recrutamento político, não existiram grandes alterações no mesmo processo até à publicação deste estudo, aumentando apenas a formalidade da selecção e existindo uma transferência do poder tanto para os líderes centrais dos partidos, como para as bases destes. Norris e Lovenduski consideraram importante conhecer as motivações, atitudes e valores de quem selecciona, isto para poderem compreender o que estes procuram nos candidatos e de que forma isso vai influenciar na sua selecção dos escolhidos. Uma das conclusões mencionadas pelas autoras é que na maioria dos países, estando o parlamento britânico aqui incluído, as elites parlamentares têm origens sociais privilegiadas em comparação com os seus eleitores, não representando assim um “microcosmos da nação” (Norris e Lovenduski 1995, pp.7-11).

Segundo Teixeira o “processo de recrutamento parlamentar no interior dos partidos políticos portugueses caracteriza-se pela sua natureza centralizada e informal”, isto devido à “escolha dos candidatos à Assembleia da República caber sobretudo aos órgãos nacionais, e os estatutos regulamentarem de um modo bastante vago e nem sempre

explícito as normas que regem o processo de selecção dos candidatos” (Teixeira 2009, p.387).

Norris refere ainda a complexidade deste processo no partido Conservador Britânico, em que existem pelo menos oito etapas na selecção dos candidatos, entre as quais estão entrevistas com oficiais do partido e com membros do partido de vários círculos eleitorais, candidatura aos círculos eleitorais e a reunião final de selecção entre membros do partido. Norris salienta também a importância desta selecção na competição dentro do partido e nos conflitos intrapartidários, pois as várias etapas e momentos do processo de selecção põem candidatos em disputa, especialmente por lugares seguros em que o seu detentor vai se retirar (Norris 2006, pp.92-94).

Norris e Lovenduski propõem um modelo de oferta e procura para entendermos melhor o processo de recrutamento de candidatos. Neste modelo estão contidos os factores que influenciam a oferta de candidatos e os factores que influenciam quem selecciona na sua procura e na tomada de decisão. No lado da procura as autoras referem que o modelo assume que quem selecciona “escolhe os candidatos dependendo das suas percepções dos aspirantes, das suas capacidades, qualificações e experiência”, sendo que os candidatos raramente são bem conhecidos por quem os irá seleccionar e isso leva a que possa existir uma discriminação “directa e imputada” a determinados aspirantes. O termo discriminação é aqui utilizado num sentido “neutro”, podendo existir discriminação contra determinados grupos, como agricultores, sindicalistas, mulheres ou minorias. Os conceitos de discriminação directa e discriminação imputada distinguem-se, pois a discriminação directa refere-se ao “julgamento de uma pessoa com base nas características vistas como comuns no seu grupo”, sendo aqui “reflectidas as atitudes de quem selecciona”, enquanto a discriminação imputada relaciona-se com uma discriminação positiva no início, onde quem selecciona poderá estar interessado em candidatos como mulheres ou minorias, mas não os irão escolher, devido a calcularem que estes não conseguirão conquistar o eleitorado. A discriminação imputada “reflecte o que quem selecciona percebe como sendo as atitudes do eleitorado”. A discriminação representa assim um julgamento a favor ou contra um determinado grupo, não tendo em consideração as capacidades e méritos individuais, sendo feita quando não existem muitas mais informações sobre o candidato, funcionando o estereótipo do grupo como um atalho para quem selecciona tentar perceber se o candidato se adequa ou não. No lado da oferta,

as autoras afirmam que a causa óbvia e a explicação mais comum para o desfavorecimento de certos grupos no acesso ao parlamento prende-se com a discriminação dos membros dos partidos. Vários factores como os recursos financeiros, o tempo e a experiência podem condicionar a oferta, já que legalmente a maioria dos cidadãos pode candidatar-se ao parlamento. Outro aspecto relevante para a oferta de candidatos são as suas percepções relativamente aos membros dos partidos, a quem selecciona os candidatos e à sua discriminação, à dificuldade e complexidade dos procedimentos e a uma antecipação do seu insucesso. Estas suposições são referidas pelas autoras como factores preponderantes no desencorajamento dos potenciais aspirantes a candidatos (Norris e Lovenduski 1995, pp.14-15, 106-108).

Para operacionalizarem este modelo, Norris e Lovenduski conceberam um esquema que ilustra o processo de acesso ao parlamento através de uma “escada de recrutamento” em que estão na sua base os eleitores do partido, seguidos dos membros de base do partido que participaram nas reuniões de selecção, acima destes encontramos os aspirantes (aqueles que não foram seleccionados pelo partido), sendo seguidos pelos candidatos escolhidos e finalmente pelos membros do parlamento. Para ser possível explicar os resultados deste processo é necessário conhecer o total de intervenientes em cada degrau da “escada de recrutamento”, só assim é exequível a comparação de estratos, fundamental aqui para compreender se “o resultado do processo de selecção reflecte a oferta daqueles que estão dispostos a candidatarem-se ao parlamento ou se reflecte a procura dos membros do partido quando adoptam candidatos para os círculos eleitorais” (Norris e Lovenduski 1995, pp.15-18).

Na estrutura do recrutamento político, Norris e Lovenduski fazem referência a três níveis de análise diferentes: os factores que definem o contexto mais geral para o recrutamento em todos os países (o sistema legal, sistema eleitoral e sistema de partidos); os factores que definem o contexto de recrutamento nos demais partidos políticos (a organização do partido, regras e a ideologia) e os factores que influenciam directamente o recrutamento de candidatos no próprio processo de selecção, como “os recursos e motivações dos aspirantes e as atitudes dos *gatekeepers*.” O sistema eleitoral britânico, afirmam as autoras, é frequentemente visto como um sistema que contribui para reforçar os laços entre membros do parlamento e os seus círculos eleitorais, isto devido ao regionalismo do processo de selecção. O sistema eleitoral também pode condicionar os

eleitores, como é o caso do sistema eleitoral português, onde os eleitores apenas podem escolher para aceitarem ou não a lista fechada do partido e os eleitos são determinados pelo número de votos no partido e pela ordem dos seus nomes na lista (Norris e Lovenduski 1995, pp.21-29).

Ainda sobre a oferta e a procura, Norris e Lovenduski mencionam que apesar de a discriminação ser apontada como o principal motivo de desfavorecimento de vários grupos no acesso aos assentos parlamentares (isto devido a ser fácil culpabilizar quem selecciona), esta situação pode ser melhor explicada com recurso à análise do lado da oferta de candidatos. As autoras sustentam que na maioria das vezes quem selecciona está bastante limitado nas suas escolhas, referindo que os membros dos partidos afirmam muitas vezes que gostariam de seleccionar mais mulheres, minorias ou candidatos experientes da classe trabalhadora, mas existem poucos que queiram concorrer. Assim, embora exista uma “difusão” das suspeitas de discriminação, a mesma é difícil de ser comprovada (Norris e Lovenduski 1995, p.123).

Voltando à questão dos vários factores na estrutura do recrutamento político, um dos mais importantes nesta dimensão para o lado da oferta dos candidatos são os recursos. Estes são aqui percebidos como todos os bens que podem ser “empregues para se conseguir uma vantagem na prossecução de uma carreira política” estando aqui incluídos os rendimentos pessoais, o apoio dos sindicatos, a experiência política, as redes de apoio e o tempo. As autoras referem que é necessária uma combinação destes recursos com a motivação para se poder aspirar a um assento parlamentar, pois muitos podem possuir o tempo e dinheiro para se candidatarem, mas sem existir uma motivação não irão usar esses recursos para fins políticos, enquanto que outros que possuam motivação por sua vez podem não reunir vários recursos, como a experiência ou uma rede de apoio. Para o lado da procura, alguns destes recursos são considerados bastante desejáveis para a escolha de um bom candidato, sendo possivelmente a experiência política um dos mais importantes, isto devido a essa experiência conceder ao candidato várias faculdades relevantes, como o conhecimento do sistema de governo, boas capacidades de comunicação e vários contactos sociais, competências essenciais e valorizadas para o acesso ao parlamento (Norris e Lovenduski 1995, pp.143-165).

Ainda na questão dos factores na estrutura do recrutamento político, Norris e Lovenduski referem a importância do sistema eleitoral e a sua influência no recrutamento, apontando aqui três factores fundamentais a considerar: a estrutura do voto (se o voto é apenas num candidato ou numa lista do partido); a magnitude dos distritos (o número de assentos por distrito); e o grau de proporcionalidade (a atribuição e conversão de votos em mandatos). Neste sentido é também de salientar a influência do próprio sistema legal como a Constituição, que rege a divisão territorial e de poderes, a composição do parlamento e o número de assentos, a frequência de eleições e a natureza do parlamento, se este é unicameral ou bicameral. Ambos os sistemas (eleitoral e legal) influenciam a estrutura de oportunidades para os candidatos, mas os factores que definem o contexto de recrutamento nos demais partidos políticos são as principais fontes de condicionalismo para o recrutamento dos candidatos (Norris e Lovenduski 1995, pp.183-198).

O sistema eleitoral constitui assim um dos factores que definem o enquadramento de oportunidades no qual se desenrola o recrutamento parlamentar, pois “integra um conjunto de normas, procedimentos e práticas que estabelecem a definição da oferta eleitoral”, sendo definido como um “conjunto de normas e procedimentos jurídicos que regulam todo o processo eleitoral” (Teixeira 2009, pp.30-31).

Apesar de todas as normas e regras formais e informais de recrutamento político já referidas, pouco se conhece do mesmo processo e das suas dinâmicas na prática, também não sendo completamente conhecido o que varia no processo de recrutamento entre os diversos partidos e de país para país. Neste sentido, Norris menciona que o processo de selecção é “considerado como a variável dependente que serve de prisma para a compreensão da distribuição do poder dentro do próprio partido entre os diferentes órgãos e facções” (Norris 2006, p.92).

2.2.3. Avaliação dos processos e métodos de recrutamento

A tomada de decisão no processo de recrutamento dentro dos partidos varia dependendo do grau de institucionalização e da centralização, resultando esta variação em quatro tipos principais de processos de recrutamento. Nesta classificação de Norris e Lovenduski o primeiro critério considerado é a institucionalização do processo de recrutamento, sendo que em “sistemas formais o processo de candidatura é definido por

regras internas do partido que estão detalhadas, explícitas, padronizadas, implementadas por oficiais do partido, e autorizadas em documentos do partido”. Estes vários passos no processo de tomada de decisão são assim “relativamente transparentes” para quem está de fora, sendo que, segundo as autoras, podem existir conflitos aquando de propostas de mudanças nestes passos, isto devido ao significado de todas as regras para a distribuição interna do poder no partido. Já em sistemas informais o processo de selecção é “relativamente fechado, os passos no processo de candidatura são familiares aos participantes mas raramente explícitos, podendo os procedimentos variarem de uma selecção para outra”. Nestes sistemas as normas de orientação contidas nos documentos dos partidos têm apenas valor na teoria, não tendo na prática. Este é, segundo Norris e Lovenduski, um processo “menos burocrático” e mais aberto às nomeações dos “notáveis do partido”. O segundo critério a ter em atenção aqui é a centralização da tomada de decisão onde, em sistemas centralizados as “autoridades nacionais dentro do partido” são os seus elementos-chave. Por “autoridades nacionais” as autoras procuram incluir executivos e líderes do partido a um nível nacional. Ainda que se fale em centralização, esta não significa que seja e exista apenas a um nível nacional, existindo recrutamento centralizado também em sistemas locais e regionais, sendo os actores chave aqui os membros de base dos partidos e os líderes regionais, respectivamente. Norris e Lovenduski referem que é complicado definir quem são os actores chave, isto devido ao processo de tomada de decisão na selecção poder ser exercido por “vários corpos que interagem”. Este processo de selecção é assim influenciado por quem “define, implementa e decide sobre as regras do jogo”, bem como por quem participa nas diferentes etapas de selecção através da escolha individual de candidatos (Norris e Lovenduski 1995, pp.198-199).

A variação, já referida, no grau de institucionalização e de centralização produz então quatro tipos principais de processos de recrutamento, sendo eles o recrutamento informal centralizado; o recrutamento informal localizado; o recrutamento formal localizado e o recrutamento formal centralizado. O primeiro tipo caracteriza-se por um poder dos líderes do partido na escolha dos candidatos que farão parte da lista do partido, o que pode levar ao favorecimento de certos grupos por parte destes. Através do poder das nomeações, os líderes do partido conseguem definir a posição dos candidatos e equilibrar assim a lista do partido, resultando assim numa “autocracia benevolente”, em que poderão

existir mudanças sendo estas postas em prática rapidamente, mas onde os ganhos são também rapidamente reservados, muito devido à não existência de quaisquer salvaguardas institucionais. As autoras afirmam também que este é um sistema que não promove “estratégias de aumento da diversidade social”, já que não serão implementadas regras nem linhas de orientação. Já no recrutamento informal localizado é quase impossível a liderança central do partido desempenhar um papel no processo de recrutamento, não condicionando assim a estrutura de oportunidades dos candidatos. Neste sistema a decisão final cabe às bases locais do partido, não existindo também regras que regulem o processo de selecção. No recrutamento formal localizado o processo de recrutamento é baseado em regras burocráticas que estão “estabelecidas e são implementadas para padronizar o processo de selecção em toda a organização do partido a um nível nacional ou estadual.” Neste sistema os partidos locais definem o recrutamento para as eleições parlamentares, mas a organização regional do partido tem também influência no processo. Já no recrutamento formal centralizado os líderes nacionais do partido têm autoridade para escolher os candidatos que farão parte das listas através de poderes consagrados em regras. Este sistema é bastante criticado e está em declínio devido a não proporcionar uma democracia dentro dos próprios partidos (Norris e Lovenduski 1995, pp.198-205).

Referindo-se agora a quem selecciona os candidatos no processo de recrutamento, Pippa Norris estabelece três dimensões chave para avaliar a democracia interna dos partidos. O “Grau de Centralização”, sendo considerado aqui se a selecção dos candidatos é feita maioritariamente a um nível central, pelos líderes nacionais do partido, ou se, pelo contrário é feita a um nível local e regional, estando descentralizada; a “Amplitude da Participação”, onde é avaliado se a selecção dos candidatos é feita por poucos ou se por outro lado, estão envolvidas muitas pessoas neste processo; a “Extensão da Tomada de Decisão”, que diz respeito à quantidade de candidatos que competem pela selecção (Norris 2006, p.92).

A autora declara que neste processo de tomada de decisão da selecção dos candidatos a questão chave é determinar se os partidos têm democratizado este mesmo processo de selecção e transferido a tomada de decisão dos seus órgãos locais para os membros de base dos partidos, e, em caso afirmativo, que “consequências este processo poderá ter para a balança de poder dentro do partido.” Norris aponta ainda a existência de vários estudos que demonstram que os partidos políticos têm vindo a democratizar os

processos de selecção dos candidatos, alargando assim a participação entre os membros do partido. São apontadas várias razões para esta tendência de democratização da selecção dos candidatos sendo uma delas a tentativa de atracção de novos membros para o partido e a de retenção dos já membros, proporcionando-lhes envolvimento no processo de selecção dos candidatos. Embora se tenha vindo a confirmar esta tendência de abertura e democratização do processo de selecção dos candidatos, Norris afirma que este processo “envolve uma sequência complexa de passos desde a decisão inicial de se candidatar ao cargo até a uma escolha minuciosa que inclui vetos e que opera nos múltiplos níveis nacional, regional, local até à selecção formal ou à reunião da escolha” (Norris 2006, pp. 92-93).

Norris aponta também que algumas avaliações deste processo de recrutamento são muitas vezes “enquadradas com os padrões de democracia interna dos partidos, bem como com os seus termos processuais de equidade, simplicidade e/ou transparência” (Norris 2006, p.104).

No seu estudo sobre recrutamento, Norris e Lovenduski começam por elaborar sobre algumas funções dos partidos, como a definição das escolhas eleitorais, a definição de uma agenda legislativa para o governo e o recrutamento de candidatos para o parlamento. Referem ainda que este processo de recrutamento é normalmente avaliado com o fim de se averiguar se o mesmo é ou não “democrático” no sentido de incluir membros de base do partido; “justo” no tratamento de todos os aspirantes da mesma forma; “eficiente” enquanto processo de tomada de decisão e “eficaz” gerando bons candidatos. Sendo estes critérios também uma forma de avaliar o funcionamento dos partidos e os seus níveis internos de democracia (Norris e Lovenduski 1995, pp.198-199).

Após a sua descrição dos principais tipos de processos de recrutamento, as autoras propõem vários modelos para avaliar o recrutamento, mencionado o modelo de recrutamento por nomeação; o modelo de recrutamento meritocrático; o modelo de acção afirmativa de recrutamento e o modelo de recrutamento radical. A forma tradicional de recrutamento é realizada pela nomeação, feita através de uma rede de contactos, onde as oportunidades são atribuídas a alguém que faz parte de uma determinada rede de contactos (amigos, conhecimentos sociais, familiares, ou que possui influência financeira). Este modelo de recrutamento por nomeação baseia-se em critérios de “aceitação, sendo que

isto quer dizer que se tentará saber através de julgamentos informais, implícitos e subjectivos se determinado indivíduo estará à altura para se adaptar ao partido”. Isto quer também significar que o que se pretende e se procura segundo estes critérios é averiguar se o aspirante a candidato é ou não “um dos nossos”, pois é aqui mais importante, segundo Norris e Lovenduski, a “lealdade ao partido e o carácter pessoal” do que a “experiência política e as qualificações” do aspirante. No modelo de recrutamento meritocrático as autoras referem que em vez de nomeações feitas através de uma rede de contactos, estas são decididas com base em critérios objectivos para testar a adequação do aspirante ao lugar de candidato, existindo uma série de requisitos conhecidos e padronizados sendo aqui estes equiparados às qualificações necessárias para a obtenção de um qualquer trabalho. Este modelo relaciona-se com a oferta e a procura, já que os candidatos competem livremente entre si, levando quem selecciona a tomar a sua decisão de acordo com quem acha que deve ser o escolhido ideal para o lugar. Norris e Lovenduski consideram que este modelo de recrutamento meritocrático encontra-se tão difundido que todos os outros modelos são “geralmente vistos como injustos”. O modelo de acção afirmativa de recrutamento afirma que o modelo de recrutamento meritocrático pode ser desfavorável para alguns grupos, isto devido aos critérios de selecção usados poderem estar a favorecer maioritariamente um grupo dominante, assim sendo, este modelo sugere que é legítimo renunciar “a critérios de adequação e de aceitabilidade para se conseguir obter os resultados esperados”. As autoras chamam a atenção para a ilegalidade destas estratégias na maioria do Reino Unido, onde se crê que as acções de discriminação positiva são injustas para quem possui as qualificações necessárias para um determinado lugar. No último modelo, apelidado de recrutamento radical, é afirmado que mesmo que o modelo de acção afirmativa de recrutamento fosse considerado aceitável e posto em prática, este não iria trazer uma igualdade de oportunidades pois ia continuar a “dar muito crédito à legitimidade da base sobre a qual são oferecidos os postos”, visto isto a única via para a igualdade seria promover os menos qualificados, o que também poderia deturpar a natureza dos critérios de selecção (Norris e Lovenduski 1995, pp.237-241).

2.2.4. Consequências dos processos e métodos de recrutamento

Pippa Norris esclarece que este processo de selecção é fundamental para a eleição de membros para o parlamento e para os responsabilizar nos seus mandatos, acrescentando também que o tipo de candidato seleccionado pelo partido terá influência na qualidade dos restantes membros da legislatura e na composição do governo. Para exemplificar isto, Norris indica que será “provável que existam consequências para a capacidade legislativa e de escrutínio dos parlamentos se os partidos decidirem seleccionar advogados ou activistas locais, celebridades ou empresários políticos ambiciosos, funcionários temporários do partido ou oportunistas inexperientes” (Norris 2006, pp.93-94).

Regressando à questão das consequências do processo de recrutamento partidário, a autora reflecte agora nas consequências em matéria de poder e de tomada de decisão dentro do partido, na responsabilização em democracias representativas e na maior inclusão dos órgãos legislativos, sustentando que vários estudos sobre o processo de recrutamento e os resultados da selecção dos candidatos são um “conjunto de valores normativos mais amplos sobre como o recrutamento deveria funcionar idealmente numa qualquer democracia representativa” (Norris 2006, p.104).

Teixeira refere que a “democratização dos mecanismos intrapartidários de selecção parlamentar contribuiria para reforçar a possibilidade de responsabilização política e de controlo da actividade parlamentar por parte dos eleitores”. Este processo de democratização iria assim “reflectir-se na própria valorização dos partidos, que se credibilizariam com a apresentação de listas mais transparentes” (Teixeira 2009, pp.358-359).

A existência de um “monopólio” dos partidos na definição da oferta eleitoral pode, segundo Teixeira, “estar na base da transformação das actuais democracias representativas em regimes partidocráticos, onde existe uma crescente falta de identificação entre eleitores e eleitos” (Teixeira 2009, p.687).

Sobre a democratização no processo de selecção dos candidatos, Reuven Hazan e Paul Pennings elaboraram um estudo sobre os vários graus de democratização neste processo e sobre as suas consequências no funcionamento dos partidos políticos. Vários factores como o aumento do nível educacional e a melhoria das condições de vida

são apontados como causa da diminuição da importância dos partidos para os cidadãos, que são cada vez mais independentes destes. Os partidos vêm-se assim confrontados com uma diminuição do número de membros, que influencia a organização ao nível financeiro; e com o aumento da volatilidade eleitoral, sendo ambos factores que os partidos têm dificuldades em controlar e que contribuem para a sua vulnerabilidade. Estas tendências indicam que os partidos já não possuem um eleitorado de base estável e como tal necessitam de se adaptar e procurar assim novas formas de aumentar a sua dimensão e de conquistar mais votos. Ainda assim, uma outra forma utilizada pelos partidos para aumentar a sua popularidade é a que nos interessa aqui neste caso específico, a democratização da selecção de candidatos. Ao envolverem aqui um maior número daqueles que têm uma palavra a dizer neste processo, os partidos estão assim a aumentar o sentido de participação dos seus membros e eleitores, fazendo isto através de vários graus de participação dos membros que vão desde o voto indirecto mediado até uma participação sem restrições (Pennings e Hazan 2001, pp.267-268).

Esta democratização da selecção de candidatos significa assim que o papel de controlo de um *selectorate* exclusivo torna-se mais diminuído, abrindo lugar a um *selectorate* mais inclusivo, onde um maior número decide sobre a selecção dos candidatos. As consequências deste processo de democratização da selecção de candidatos são também variadas, isto porque segundo Pennings e Hazan, *selectorates* diferentes irão produzir candidatos parlamentares diferentes e candidatos a líderes dos partidos diferentes também. Pennings e Hazan referem aqui também que os principais partidos americanos, britânicos e canadianos têm uma maior tendência a ter processos de selecção mais democráticos do que os partidos da Europa Ocidental, nomeando como exemplo as pesadas derrotas eleitorais sofridas por três partidos que se encontravam no governo, o Partido Democrático Americano, o Partido Trabalhista Britânico e o Partido Conservador Progressivo Canadiano, derrotas estas que levaram a uma onda de tensões e conflito que culminaram em pedidos para a renovação dos respectivos partidos, com o objectivo do seu regresso ao poder. Esta necessidade de renovação levou a debate a ideia de uma maior democratização na selecção dos candidatos, com o intuito de abrir o partido a novas ideias, novos grupos e de gerar uma maior participação. Uma ideia a reter neste tópico é a de que “quanto mais os partidos forem afectados pela perda de votos e ou membros, mais

fortes serão os incentivos para estes abrirem os processos de selecção de candidatos” (Pennings e Hazan 2001, pp.268-269).

Os autores mencionam ainda que as eleições primárias nos Estados Unidos são um exemplo de uma tendência que não pode ser aplicada aos casos da Europa Ocidental, isto por nenhum partido abrir o processo a todo o seu eleitorado. As eleições primárias nos Estados Unidos foram introduzidas com o objectivo de oferecer uma escolha aos eleitores e de eliminar a manipulação da presidência pelas elites partidárias, sendo estas eleições realizadas pelos governos de cada estado, não existindo um controlo directo pelos partidos no processo de selecção. Contrariamente ás eleições primárias Americanas, as primárias da Europa Ocidental baseiam-se no princípio da participação unicamente dos membros, sendo o modelo Europeu “mais restrito e mediado” do que o seu homólogo Americano (Pennings e Hazan 2001, pp.269-270).

Pennings e Hazan fazem também uma referência à importância da coesão do partido na qualidade do processo democrático, justificando que quando o declínio de um partido (em termos de membros, eleitores, ou financeiramente) é contraposto por uma abertura no processo de selecção de candidatos, a reacção a essa abertura pode agudizar o problema em vez de o resolver. Nos casos em que existem eleições primárias, as funções do partido e a sua coesão podem ser ameaçadas, isto devido a uma relação directa entre candidatos e eleitores, sendo que esta relação pode tornar os candidatos e as suas preferências e pontos de vista mais importantes do que os conteúdos programáticos do seu próprio partido. Assim, as principais consequências da democratização da selecção de candidatos são a “perda de controlo do partido no comportamento dos seus representantes, a mudança dos padrões de trabalho legislativos e a introdução de mediadores públicos e extrapartidários” como elementos-chave da interacção, em vez do partido (Pennings e Hazan 2001, p.271).

Ainda sobre a democratização do processo de selecção de candidatos, Shlomit Barnea e Gideon Rahat, consideram que este fenómeno pode ser percebido como um reflexo dos demais desenvolvimentos sociais, bem como do “declínio das ideologias e da identificação partidária”, sendo também uma forma de os partidos políticos se adaptarem a um “ambiente político em mudança” (Barnea e Rahat 2007, p.382).

Ainda que, apesar do número de participantes no processo de selecção de candidatos tenha aumentado ligeiramente, ao mesmo tempo “a escolha de candidatos tem sido fortemente condicionada pela adopção de regras com vista a criar legislaturas mais inclusivas.” Norris menciona aqui as acções estratégicas levadas a cabo através da criação de lugares reservados a mulheres e da implementação de quotas de género. Como podem então estas medidas afectar o processo de selecção dos candidatos e os seus resultados? Norris refere que os resultados do processo de selecção dos candidatos são considerados como a variável independente, “que por sua vez pode elucidar-nos sobre quem entra nas elites legislativas” e “sobre que consequências isto pode ter para o sistema político no seu todo” (Norris 2006, pp.93-94).

Michael Gallagher também considera que a selecção de candidatos tem implicações directas para a composição dos parlamentos, dos membros do governo e em último caso para a política de um país. Gallagher refere que os procedimentos de selecção de candidatos têm consequências na formulação e no desenvolvimento da política dos países, mencionando que a fórmula através da qual os partidos escolhem os seus candidatos pode ser vista e usada como um teste à “democracia com que estes conduzem os seus assuntos internos” (Gallagher 1988, p.15).

O processo de selecção dos candidatos dentro dos partidos é também pensado para interagir com o sistema eleitoral, por ser este que em última medida determina o sucesso do candidato, sendo o sistema eleitoral um elemento diferenciador e que molda também este processo de recrutamento realizado pelos partidos. Pippa Norris descreve que em sistemas eleitorais onde existe o voto em candidatos, nos distritos de apenas um membro, é esperado que permaneça uma maior responsabilização perante o partido e os cidadãos locais, isto devido à selecção dos candidatos ser feita a um nível mais local e nas bases do partido. Pelo contrário, em sistemas eleitorais onde o voto é feito num determinado partido com listas fechadas é normal que existam partidos mais coesos e mais disciplinados, onde os seus membros estão preocupados em garantir e cumprir programas de benefícios colectivos. Assim sendo, os processos de selecção mais adequados “dependem da sua interacção com os sistemas eleitorais, e se é considerado mais importante num sistema político dar prioridade a uma responsabilização local ou a partidos parlamentares mais disciplinados e coesos” (Norris 2006, pp.104-106).

Após terem classificado os métodos de selecção de candidatos através dos quatro critérios já anteriormente mencionados, Hazan e Rahat referem que os “diferentes métodos usados ao longo destas dimensões produzem consequências políticas diferentes” e dão o exemplo do aumento da capacidade de resposta dos membros do parlamento face aos seus eleitores, isto no critério da descentralização territorial aplicada a um círculo eleitoral de pequena dimensão. Outro dos exemplos fornecidos é o do controlo dos conflitos intrapartidários, no critério da votação *versus* nomeação, sendo afirmado que os partidos que usam sistemas de voto mais proporcionais ou os partidos que usam o sistema de nomeação, tem uma maior tendência a conseguirem controlar estes conflitos pois conseguem “balancear melhor a representação” do que os partidos que utilizam sistemas de voto maioritários e métodos mais centralizados na selecção dos seus candidatos (Hazan e Rahat 2006, p.114).

Ainda assim, os autores concluem que o *selectorate* é quem determina o maior impacto nas consequências da selecção dos candidatos, sendo esta uma dimensão principal. Assim sendo propõem-se a determinar as consequências da inclusividade do *selectorate* através da sua “avaliação de acordo com quatro aspectos importantes da democracia:” a Participação; Representação; Competição e Capacidade de Resposta. Neste primeiro aspecto os autores consideraram ser pertinente fazer uma distinção entre a quantidade e a qualidade da participação, sendo claro que quanto mais inclusivo for o *selectorate* maior será a participação, opondo-se a isto uma baixa participação derivada da decisão ser tomada por poucos líderes do partido na elaboração da lista de candidatos. Assim, temos um maior nível de democracia se o *selectorate* for mais inclusivo e abrangente. Ainda que, como já vimos, tenha sido uma tendência nas últimas décadas de alargar o *selectorate* como medida para tentar evitar a perda de membros do partido e também para cativar e conquistar novos membros, esta revelou-se um falhanço. Quanto à qualidade da participação, Rahat e Hazan referem variados estudos que demonstram que membros recém-chegados aos partidos muitas vezes não têm a intenção de permanecer nestes muito tempo nem de serem leais com o partido, juntando-se aos partidos para apoiar apenas um candidato e abandonando o mesmo após a eleição (Hazan e Rahat 2006, pp.114-115).

No aspecto da representação os autores começam por mencionar duas concepções distintas que podem ser “utilizadas para ilustrar a influência na selecção de

candidatos”, sendo a primeira a representação de ideias, na qual os representantes expressam as convicções políticas dos seus eleitores; e a segunda sendo uma concepção de representação como presença, que se relaciona com as características dos representantes e se estas se assemelham ou não às dos seus representados. Hazan e Rahat consideram que ambas as concepções de representação são aqui importantes para a selecção dos candidatos, pois os “partidos na tentativa de se dirigirem ao eleitorado e de controlarem os conflitos intra-partidários, tentam equilibrar a sua lista de candidatos segundo estas concepções de representação.” É aqui dado o exemplo dos partidos que restringem as escolhas dos *selectorates* mais inclusivos, isto para ser assegurada a representação como presença, nomeadamente a das mulheres (Hazan e Rahat 2006, p.115).

Já no aspecto da competição, onde vários candidatos competem para serem seleccionados para lugares seguros ou para posições elegíveis nas listas, existem variadas formas de medir e de quantificar este aspecto sendo disto exemplo a contagem da média de candidatos que competem pela selecção (nos casos de nomeação) e a contagem do número de votos entre os diferentes candidatos (nos casos de eleição). Assim, uma maior participação de eleitores nas votações de selecção de candidatos serve como indicador de um maior nível de competição. Hazan e Rahat afirmam ainda que a dimensão e inclusividade do *selectorate* definem a competição, isto através da possibilidade dos candidatos conhecerem e contactarem com quem os irá seleccionar, pois em *selectorates* mais pequenos os candidatos têm uma maior facilidade de chegar a quem os irá escolher, contrariamente a *selectorates* de maiores dimensões e mais inclusivos. Desta forma, a dimensão e inclusividade do *selectorate* afectam a competição entre os candidatos, existindo um maior nível de competição quanto menor e mais exclusivo for o *selectorate*, devido a haver uma maior facilidade de contacto entre os candidatos e quem os selecciona. Todavia, Hazan e Rahat apontam que estes *selectorates* de pequenas dimensões e pouco inclusivos (nos casos onde a escolha dos candidatos é feita através de nomeação) sofrem de uma “falta de legitimidade democrática popular”, de um “défice democrático”, isto muito devido aos seus procedimentos pouco transparentes (Hazan e Rahat 2006, pp.115-116).

No último aspecto, a capacidade de resposta, os autores alegam que os candidatos eleitos (agora membros do parlamento) são condicionados no seu comportamento pelo seu *selectorate*, devido a desejarem ser seleccionados de novo e para

tal terem de “prestar uma especial atenção aos pedidos e queixas” destes. A composição do *selectorate* condiciona e molda assim os comportamentos dos membros do parlamento. Os membros do parlamento que foram seleccionados através de nomeação por *selectorates* de pequena dimensão devem esta posição à liderança do partido, sendo, em regra, membros leais e disciplinados, enquanto que os parlamentares seleccionados por um *selectorate* mais inclusivo podem ser também leais e disciplinados, mas apesar disso terão uma atitude “diferenciada nos seus esforços para promover as exigências e interesses dos grupos dentro do próprio partido que lhes servem de base ao poder” (Hazan e Rahat 2006, pp.116-117).

Em jeito de conclusão Hazan e Rahat referem que as consequências políticas do *selectorate* na selecção dos candidatos demonstram que por existir uma maior democratização num dado parâmetro não significa necessariamente que esta exista também noutra, justificando que partidos que utilizam um *selectorate* de pequena dimensão que nomeia os seus candidatos podem “assegurar a representação, mas são problemáticos no sentido participativo”. Os autores afirmam então que para existir uma maior democracia dentro dos partidos, estes devem optar por métodos de selecção de candidatos que consigam “equilibrar as diferentes dimensões democráticas, como a participação, representação, competição e capacidade de resposta”, pois o método de selecção dos candidatos “afecta” e “reflecte” a política partidária, ajudando-nos também a compreender a e avaliar a actuação do partido, as suas dinâmicas de poder e a natureza dos seus membros (Hazan e Rahat 2006, pp.116-118).

Uma das conclusões do estudo de Fiers e Pilet sobre a selecção de candidatos que pode ser apontada como uma consequência dos processos de recrutamento é a de que o perfil dos membros do parlamento tem vindo a mudar ao longo dos tempos, sendo esta população agora caracterizada por um maior número de mulheres, representantes mais jovens e por um maior nível de circulação entre os membros do parlamento (Fiers e Pilet 2006, pp.12-16).

3. Elite Política Parlamentar Portuguesa de 2005 a 2011: Caracterização e Recrutamento

3.1. O Sistema Eleitoral Português

O sistema eleitoral português merece uma nota prévia, pois este tem um “impacto na estrutura de oportunidades em termos [...] dos padrões de recrutamento” (Freire 2001, p.25). A este propósito, Freire (2001, p.25) considera que sobre este assunto é necessário tomar em atenção qual o “tipo de sistema de governo” existente, o “tipo de governo” (partido único ou de coligação) e o “tipo de descentralização administrativa”. No caso português, o sistema político é frequentemente designado como semipresidencial, isto devido à eleição directa do presidente e dos seus poderes face à Assembleia e ao Governo. Assim sendo, temos o poder executivo centrado no governo mas com algum controle do Presidente da República, estando o poder legislativo dividido entre a Assembleia e o governo (Freire 2001, p.25).

Sobre o tipo de governo, Freire salienta a importância dos acordos pré-eleitorais (coligações) e o seu “impacto centralizador no recrutamento parlamentar”, quer isto aconteça em círculos uninominais ou plurinominais. Este impacto deve-se às direcções partidárias terem de chegar a um acordo quanto ao candidato que vai competir em cada círculo eleitoral (no caso deste ser uninominal), ou pela ordenação destes nas listas de candidatura (nos círculos plurinominais) (Freire 2001, p.28).

Como já foi referido anteriormente, o sistema eleitoral constitui um dos factores no qual se desenrola o recrutamento, isto por conter normas e procedimentos que regulam o processo de acesso dos candidatos ao parlamento. Assim sendo, é aqui importante ressaltar este sistema que tem efeitos sobre o recrutamento parlamentar e que funciona como uma estrutura de “incentivos e de constrangimentos” na definição das listas de candidatura apresentadas pelos partidos. O sistema eleitoral é então um “conjunto de normas e procedimentos jurídicos que regulam todo o processo eleitoral”, desde a marcação de eleições até à conversão de votos em mandatos e à divulgação dos resultados finais de uma eleição. Teixeira refere a existência de vários elementos normativos do sistema eleitoral que influenciam o recrutamento parlamentar, sendo eles: os princípios de

representação política; as fórmulas de conversão de votos em mandatos; o desenho e a magnitude dos círculos eleitorais; os tipos ou modalidades de sufrágio (Teixeira 2009, pp.29-32). Os próprios actos eleitorais também se assumem como um processo de recrutamento político, pois submetem os partidos que visam o poder à apresentação de candidaturas, tendo estes que seleccionar para tal um conjunto de pessoas (Martins 2015, p.150).

Devemos aqui distinguir os princípios de representação política das fórmulas de conversão dos votos em mandatos, os princípios de representação política tratam dos objectivos de “representação política adoptados à escala nacional”, enquanto que as fórmulas de conversão de votos em mandatos referem-se aos processos e métodos de “transformação de votos em mandatos, que determinam quem ganha ou quem perde a eleição em cada círculo eleitoral.” Os princípios de representação política visam também atingir fins distintos, devido à sua natureza, pois podem ser divididos em princípios de representação por maioria e em princípios de representação proporcional, sendo estas duas concepções de representação que se contrapõem. A representação por maioria visa atingir a “formação de maiorias parlamentares”, levando a um executivo liderado por um só partido, levando isto também a uma mais fácil responsabilização do partido que se encontra no poder, sendo este ideal de representação designado como “mandato”. Já a representação proporcional privilegia uma maior autenticidade entre as ideias e opiniões dos deputados e as mesmas que são expressas pela sociedade, estando aqui presente um ideal de representação por amostra (Martins 2015, pp.201-215; Teixeira 2009, pp.32-36).

As fórmulas de conversão de votos em mandatos são aqui consideradas como um meio de atingir “os fins inerentes aos princípios de representação política adoptados”, sendo aqui subdivididas em fórmulas maioritárias e fórmulas proporcionais. As primeiras caracterizam-se por não darem voz ao voto dos eleitores que escolheram o partido ou candidato derrotado, pois quem obteve a maioria dos votos ganha a eleição em determinado círculo eleitoral, não existindo lugar à representação dos vencidos. Nas fórmulas proporcionais o número de mandatos é atribuído consoante a percentagem de votos de cada partido ou candidato em cada círculo eleitoral. Podemos observar a interacção entre os princípios de representação e as fórmulas eleitorais no esquema seguinte (Martins 2015, pp.207-215; Teixeira 2009, pp.33-34).

Tabela 1 - Princípios de Representação e Fórmulas Eleitorais

Princípios de Representação	Fórmulas Eleitorais	Objectivos da Representação	Lógicas da Representação
Representação por maioria	Ganha a maioria	Formação de maiorias no Parlamento	Representação Mandato
Representação proporcional	A percentagem de votos de cada partido define a sua percentagem de mandatos	Representar fielmente o eleitorado	Representação Amostra

Fonte: (Teixeira 2009, p.33)

Embora as fórmulas eleitorais (conversão de votos em mandatos) e os princípios de representação estejam normalmente associados, estas podem funcionar de forma diferente, como no caso em que as fórmulas eleitorais proporcionais se demarcam do seu princípio de representação proporcional, sendo suficiente para tal acontecimento a existência de círculos eleitorais de uma menor magnitude e onde existam cláusulas barreira elevadas. Teixeira denota também que o princípio de representação merece uma maior importância do que as fórmulas eleitorais na classificação dos sistemas eleitorais, isto devido ao primeiro se encontrar habitualmente estipulado na Constituição dos Estados, enquanto que os restantes elementos do sistema eleitoral “tendem a ser apenas objecto de legislação ordinária” (Martins 2015, pp.221-223; Teixeira 2009, p.36).

O princípio de representação política é aqui importante também pois este tem efeitos sobre o recrutamento parlamentar, sendo esses efeitos distintos consoante o princípio de representação adoptado num determinado sistema eleitoral. Assim, um sistema que adopte um princípio de representação por maioria irá produzir efeitos diferentes no recrutamento parlamentar do que um sistema eleitoral em que vigore um princípio de representação proporcional. Teixeira afirma que estes dois tipos de sistemas

eleitorais influenciam directamente a estrutura dos partidos políticos, o que vai assim consequentemente reflectir-se “nos modelos e estratégias de recrutamento parlamentar adoptados.” Assim, temos diferentes efeitos produzidos pelos diferentes princípios de representação aqui mencionados, sendo que o princípio de representação por maioria conduz a uma maior “descentralização” na estrutura da organização dos partidos, bem como a uma maior descentralização no recrutamento, levando a um processo mais aberto e que confere mais voz aos órgãos regionais e locais do partido na escolha dos candidatos. Já o princípio de representação proporcional conduz a uma maior “centralização” da organização dos partidos, contribuindo isto para um recrutamento também mais fechado e centralizado, em que a decisão da selecção dos candidatos cabe aos órgãos superiores dos partidos, e em que os candidatos tendem a ser seleccionados mais pelas suas “credenciais partidárias” do que pelo seu mérito e “qualidades políticas”, causando isto um factor de dependência face aos órgãos superiores dos partidos (Teixeira 2009, pp.37-39).

Outro elemento importante do sistema eleitoral que importa aqui mencionar são os seus círculos eleitorais, pois este é o nível base onde se desenvolve o processo eleitoral, desde a apresentação das candidaturas até ao momento da transformação e conversão dos votos dos eleitores em mandatos. Um dos aspectos de interesse dos círculos eleitorais que deve ser referido neste ponto é a sua delimitação, pois esta pode estar associada a factores “político-administrativos” já existentes, ou originar a produção de “divisões eleitorais específicas”, baseadas em motivos “históricos, geográficos, demográficos ou administrativos.” Teixeira afirma que a produção de divisões eleitorais surge normalmente implicada com a “manipulação” dos círculos eleitorais pelos candidatos ou partidos com o objectivo de conseguirem benefícios próprios; referindo o conceito *gerrymandering* que diz respeito à “delimitação territorial dos círculos e à modificação dos seus limites.” O *gerrymandering* pode ser positivo ou negativo, sendo negativo quando “gera vantagens” para determinados candidatos ou partidos e desvantagens para outros; e sendo positivo quando é utilizado para melhorar a representação de determinados grupos considerados “desfavorecidos” ou “marginalizados.” Quando existe então uma necessidade de redefinir os círculos eleitorais, o designado *redistricting*, devido a razões de ordem populacional, este processo é realizado por entidades independentes, isto para garantir que não ocorre uma manipulação em benefício de um determinado grupo e para assegurar o menor “desvio” possível no que

respeita à “representatividade e à igualdade do voto”. Teixeira aponta a relevância da “delimitação territorial dos círculos eleitorais” e a influência desta na estrutura, na organização dos partidos e na sua distribuição interna do poder, “contribuindo [isto] para uma maior ou menor centralização da sua estrutura organizativa e das suas atribuições funcionais”, o que nos leva a considerar que a delimitação e o desenho dos círculos eleitorais tem também assim uma influência no funcionamento do processo de recrutamento parlamentar (Teixeira 2009, pp.39-41).

A magnitude dos círculos eleitorais, considera Teixeira, é o factor mais importante para podermos perceber e analisar as consequências dos círculos eleitorais no processo de recrutamento parlamentar. A magnitude dos círculos eleitorais diz respeito ao “número de representantes que é eleito em cada círculo eleitoral”, existindo círculos uninominais e plurinominais, isto quanto à sua magnitude. Nos círculos uninominais é eleito apenas um deputado, enquanto nos círculos plurinominais se elegem vários deputados; é esta característica dos círculos eleitorais que tem impacto no recrutamento parlamentar, devido a influenciar as “oportunidades de representação das diferentes forças políticas”. Como é constatado por Martins e Teixeira, os círculos uninominais e os plurinominais de baixa magnitude tendem a favorecer um maior contacto entre representantes e representados principalmente devido à sua dimensão populacional, podendo os eleitores responsabilizar os eleitos e estando estes mais alerta para os desejos dos seus eleitores, sendo assim consequentemente mais dependentes do “voto pessoal” dos eleitores para a sua reeleição. Aqui torna-se importante a capacidade dos candidatos conseguirem conquistar o voto dos seus eleitores, sendo relevantes as suas origens e “notoriedade locais”. Já nos círculos plurinominais de maior magnitude é raro existir uma relação de proximidade entre eleitores e eleitos, estando a reeleição destes mais vinculada à sua “fidelidade” às orientações do seu partido e à sua posição nas listas do partido (assegurando um lugar elegível), não estando assim tão dependente do voto seguro dos eleitores do seu próprio círculo. Neste caso é mais relevante a lealdade ao partido e as “credenciais partidárias” do candidato para tentar assegurar uma vitória. Ora, estes efeitos da magnitude e dimensão dos círculos eleitorais nos eleitos são também eles devidos aos efeitos causados no processo de recrutamento parlamentar dos partidos, pois círculos eleitorais de maior magnitude tendem a ter uma maior influência dos partidos (no processo de recrutamento) e a existirem tendências centralizadoras nas suas estratégias de

recrutamento, enquanto que em círculos de menor magnitude verifica-se uma intervenção mais “limitada” dos partidos na selecção dos seus candidatos (Martins 2015, pp.230-248; Teixeira 2009, pp.41-46).

Voltando às fórmulas eleitorais, é relevante destacar que no caso do sistema eleitoral português é aplicado o princípio da representação proporcional, onde o número de mandatos a atribuir é calculado com base na percentagem de votos de cada partido em cada círculo eleitoral. Para a contagem dos votos, o país encontra-se dividido em 22 círculos eleitorais, correspondendo isto aos 18 distritos do continente, às duas regiões autónomas e aos dois círculos eleitorais destinados aos residentes no estrangeiro (Europa e Fora da Europa). Sendo o sistema eleitoral português um sistema de representação proporcional, este adoptou, como fórmula eleitoral, a fórmula da média mais alta de Hondt, isto porque foi considerado que esta fórmula traduzia a vontade do corpo eleitoral, garantindo a representação das várias forças políticas e assegurando a “formação e a consolidação de partidos consistentes e disciplinados” (Freire 2001; Martins 2008, 2015; Teixeira 2009).

Este estudo procura essencialmente caracterizar a elite parlamentar portuguesa e saber se existiu ou não uma renovação no parlamento português entre 2005 e 2011, tendo como referência comparativa o período de 1990-2003 analisado por Teixeira (2009). Para este efeito elaborámos uma análise dos eleitos, algo fundamental para a compreensão dos “mecanismos de renovação do recrutamento político (nível intrapartidário), como para o estudo dos chamados parlamentos permanentes”. Martins refere que embora existam eleições regulares, isto não significa que exista uma “total renovação dos mandatos”, estando os “parlamentos [...] sujeitos a forças de renovação (novos deputados) e a forças de continuidade (deputados reeleitos)”, contribuindo as últimas “quando assumem alguma expressão e consistência” para a “formação de estruturas de poder permanente” (Martins 2008, p.95). Finalmente, na medida em que o sistema eleitoral português para a Assembleia da República determina a apresentação de listas de candidatura fechadas e ordenadas em exclusivo pelos partidos políticos, estes têm não apenas um elevado controle sobre os candidatos como também influenciam decisivamente a continuidade e renovação da elite parlamentar.

3.2. O Recrutamento e a Elite Política Parlamentar Portuguesa

3.2.1. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: o género

A representação dos candidatos à Assembleia por sexo e por lugar nas listas de candidatura entre 2005 e 2011 está presente na Tabela 2. Em termos globais (total dos candidatos dos partidos e coligações consideradas) ocorreu um crescimento importante das mulheres nas listas de candidatura dos partidos entre 2005 e 2009, verificando-se um crescimento na percentagem de mulheres tanto nos lugares elegíveis como não elegíveis. Entre 2009 e 2011 não se registaram alterações significativas. Além disso, não obstante a evolução descrita, continua a verificar-se uma grande desigualdade de género nas listas de candidatura dos partidos à Assembleia da República, visto que tanto nos lugares elegíveis como nos não elegíveis os homens continuam a dominar de forma significativa. A desigualdade de género, caracterizada por um número muito maior de homens nas listas de candidatura, ainda é mais expressiva se considerarmos apenas os lugares elegíveis (veja-se Tabela 2 e Gráfico 1).

Tabela 2 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República, por partido político e por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Partido	Sexo	2005		2009		2011		Média	
		NE	EL	NE	EL	NE	EL	NE	EL
CDS-PP	M	78	93	57	75	61	89	65	86
	F	22	7	43	25	39	11	35	14
PPD-PSD	M	76	89	62	74	60	73	66	79
	F	24	11	38	26	40	27	34	21
PS	M	63	73	57	69	56	71	59	71
	F	37	27	43	31	44	29	41	29
CDU	M	65	75	57	79	55	80	59	78

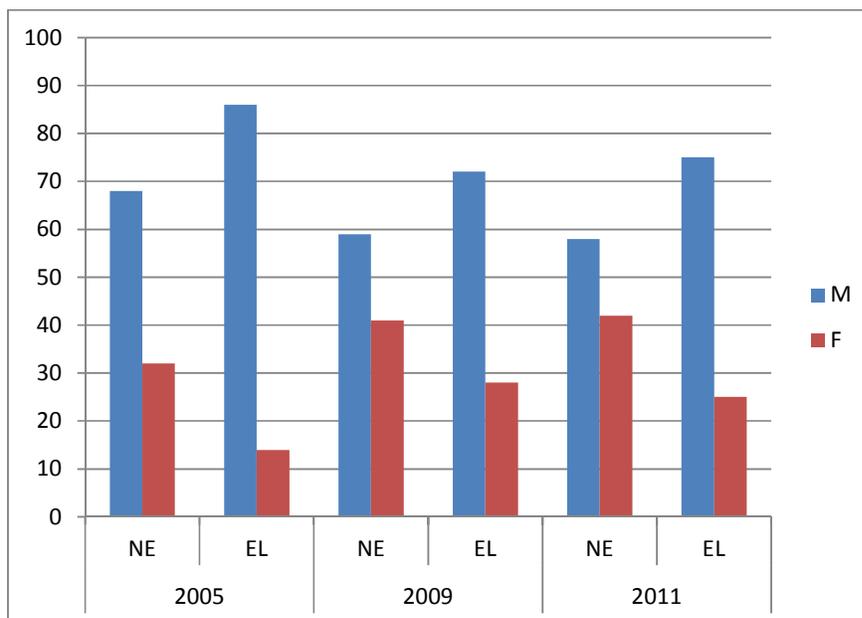
	F	35	25	43	21	45	20	41	22
BE	M	60	100	60	63	59	63	60	75
	F	40	0	40	37	41	37	40	25
Candidatos	M	68	86	59	72	58	75	62	78
	F	32	14	41	28	42	25	38	22
	(N)	(1376)	(230)	(1354)	(230)	(1371)	(230)	(1367)	(230)

Fonte: listas de candidatura do CDS-PP, PPD-PSD, PS, CDU e BE depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Gráfico 1 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



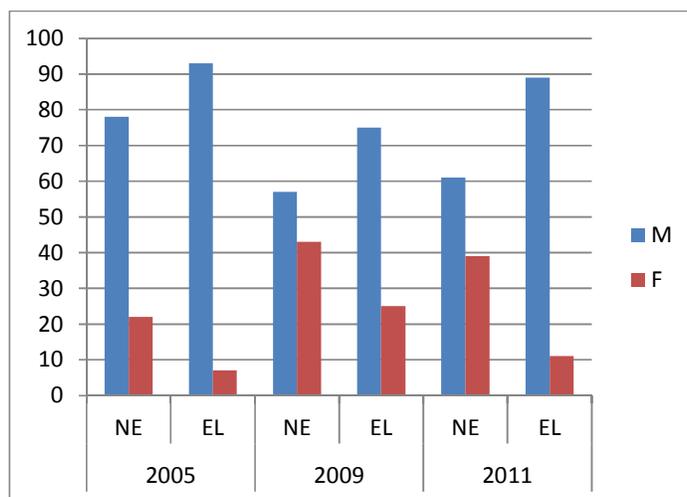
Fonte: listas de candidatura do CDS-PP, PPD-PSD, PS, CDU e BE depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Ainda assim, não obstante o padrão geral anteriormente descrito, verifica-se que apenas no CDS-PP de 2009 para 2011 se verificou um decréscimo acentuado de representação feminina em lugares elegíveis (veja-se Gráfico 2). Neste aspecto em particular, nos restantes partidos não se verificaram alterações significativas entre 2009 e 2011 (Vejam-se gráficos 3, 4, 5 e 6). Adicionalmente, verifica-se que o BE, apesar de confirmar o padrão geral de existirem mais homens que mulheres nas listas de candidatos em lugares elegíveis e não elegíveis, é o partido onde se verifica uma menor desigualdade entre homens e mulheres (veja-se gráfico 6).

Gráfico 2 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do CDS-PP, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

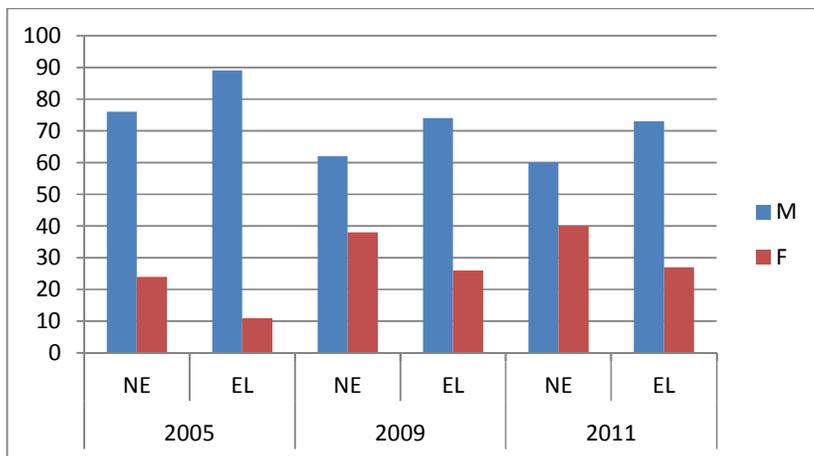


Fonte: listas de candidatura do CDS-PP depositadas na Comissão Nacional de Eleições entre 2005 e 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Gráfico 3 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do PPD-PSD, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

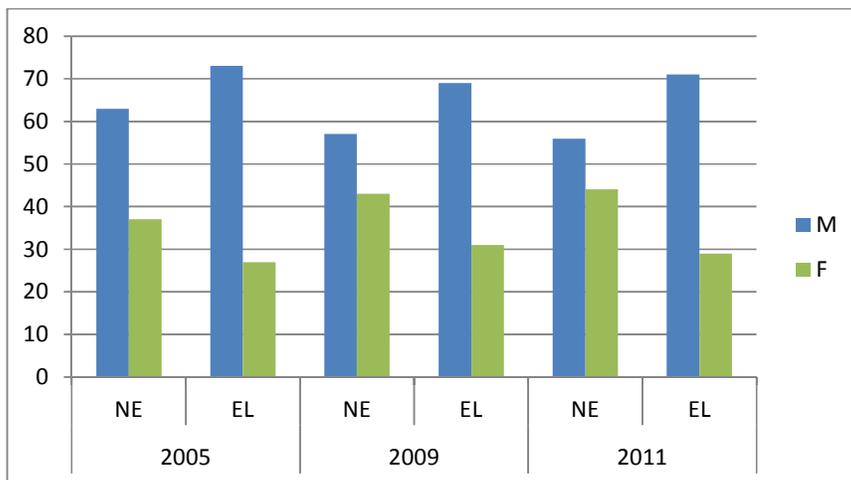


Fonte: listas de candidatura do CDS-PP depositadas na Comissão Nacional de Eleições entre 2005 e 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Gráfico 4 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do PS, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

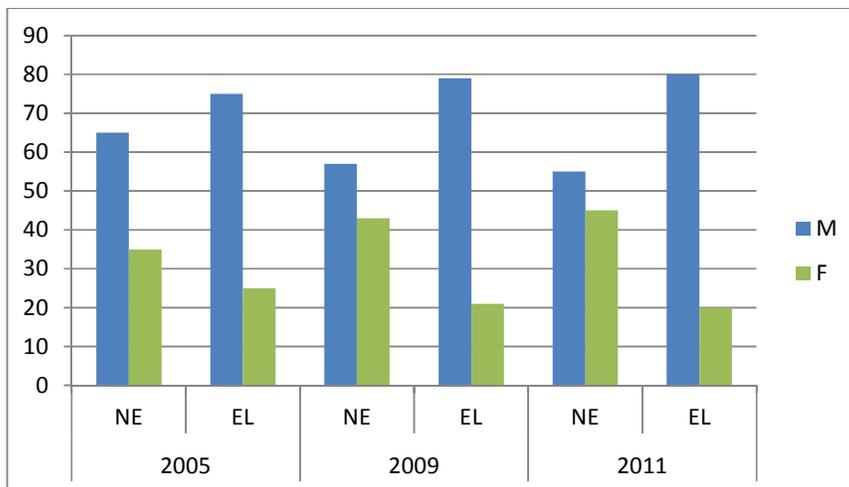


Fonte: listas de candidatura do CDS-PP depositadas na Comissão Nacional de Eleições entre 2005 e 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Gráfico 5 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República da CDU, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

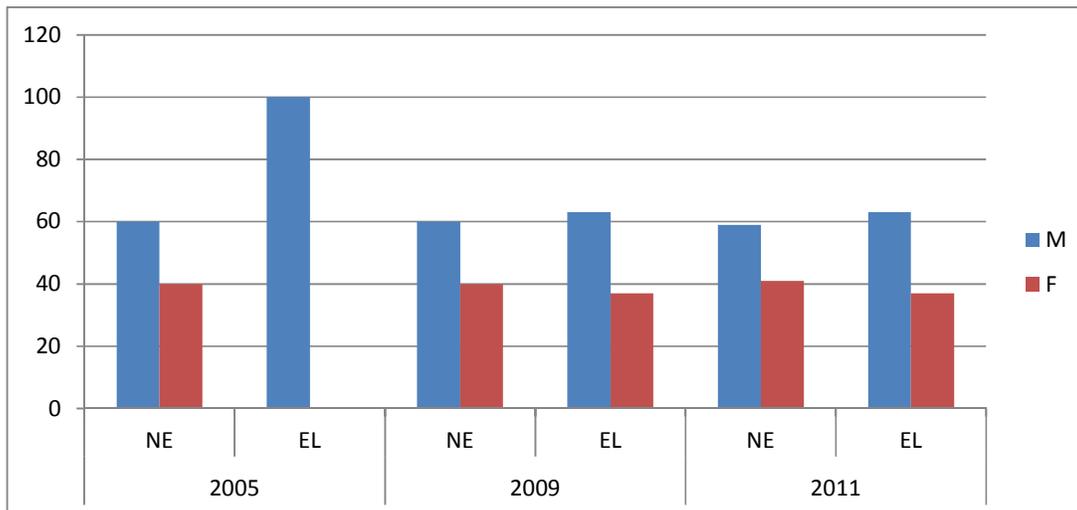


Fonte: listas de candidatura do CDS-PP depositadas na Comissão Nacional de Eleições entre 2005 e 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Gráfico 6 - Sexo dos Candidatos à Assembleia da República do BE, por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: listas de candidatura do CDS-PP depositadas na Comissão Nacional de Eleições entre 2005 e 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

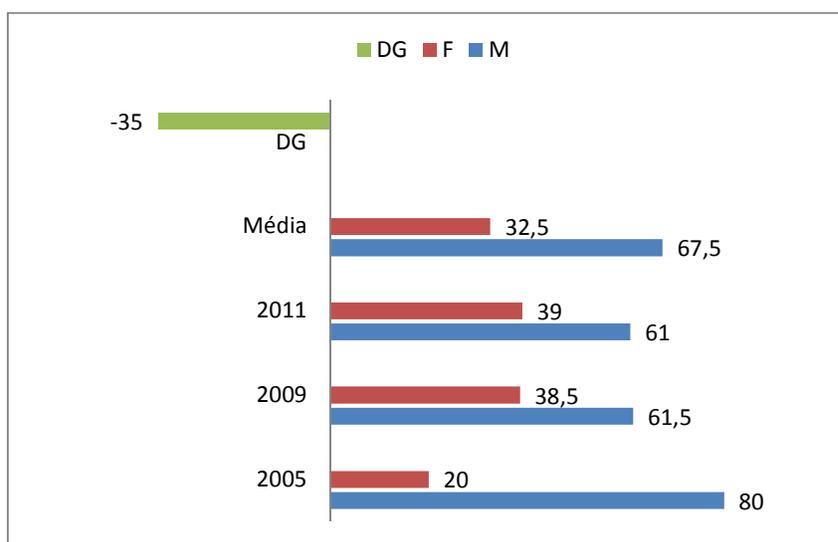
Comparativamente ao período entre 1991 e 2002 analisado por Teixeira (2009), estes dados mostram-nos que a percentagem de mulheres em ambos os lugares cresceu de uma forma evidente, o que pode ser de certa forma justificado pelo debate já existente e pela apresentação da Proposta de Lei n.º 194/VII pelo governo socialista, onde se propunha definir um limite máximo por sexo na elaboração das listas de candidatura, proposta que mais tarde resultou na Lei Orgânica n.º3/2006, a denominada Lei da Paridade (Teixeira 2009, pp.572-573). Outra das conclusões que pode ser facilmente observada com a análise dos dados é a da existência de uma disparidade da percentagem de mulheres em lugares elegíveis e em lugares não elegíveis (mais mulheres em lugares não elegíveis do que em elegíveis). Tal realidade já se verificava no período de 1991 a 2002, (Teixeira 2009, p.571), e continua assim a ser um fenómeno relevante, o qual pode ser interpretado de várias formas, mas como sugere Teixeira “a disponibilidade dos partidos para incluir mulheres nas suas listas de candidatura não se estende ao processo de ordenação das mesmas, o que não pode deixar de limitar o acesso efectivo das mulheres ao Parlamento” (Teixeira 2009, p.573).

Na análise dos dados pelos diferentes partidos verifica-se que o BE é o partido que coloca a maior percentagem de mulheres em lugares elegíveis (37%) nos dois últimos actos eleitorais, sendo seguido pelo PS com 31% em 2009 e 29% em 2011 e pelo PSD com 26% em 2009 e 27% em 2011. O CDS-PP e a CDU estão em último lugar na colocação de mulheres em lugares elegíveis, tendo o primeiro apenas 7% em 2005, 25% em 2009 e 11% em 2011 e o segundo 25% em 2005, 21% em 2009 e 20% em 2011 (veja-se Quadro 2 e Gráficos 1, 2, 3, 4, 5 e 6). Estes números contrastam com os números dos actos eleitorais anteriores, em que a CDU se encontrava à frente dos restantes partidos na taxa de feminização das suas listas de candidatura colocando 33% das mulheres em lugares elegíveis em 1999 e 39% em 2002 (Teixeira 2009, pp.571).

No Gráfico 7 podemos notar que o desfasamento que existia na percentagem de candidatos masculinos e femininos no BE tem vindo a atenuar-se, verificando-se que em 2011 quase 40% de candidatos no partido eram mulheres, enquanto que este número foi de apenas 20% em 2005. Todavia, neste domínio, as eleições de 2005 devem ser consideradas excepcionais visto que foram o único acto eleitoral em que o BE teve uma percentagem de candidatos do sexo feminino abaixo dos 38%, considerando aqui também as eleições de 1999

e 2002¹ (Teixeira 2009, p.571). A desigualdade de género é também a segunda menor em comparação com os restantes partidos, mas tendo vindo a aumentar, visto que passou de -22,4% verificado no período analisado por Teixeira (2009, p.586) para -35% no período aqui estudado. Todavia, e mais uma vez, importa alertar que esta evolução é profundamente influenciada pelo acto eleitoral de 2005 no qual se verificou uma desigualdade excepcional entre homens e mulheres.

Gráfico 7 - Candidatos do BE à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: listas de candidatura do BE depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.

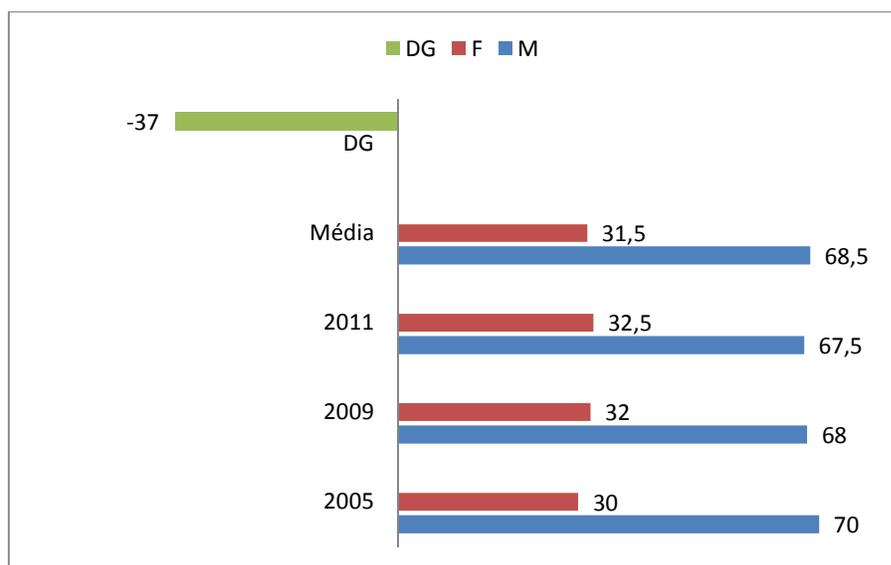
Legenda: DG = Desigualdade de género (percentagem de mulheres – percentagem de homens).

No que toca à CDU, a percentagem de mulheres em lugares elegíveis tem vindo a diminuir desde 2005, estando os valores de 2009 e 2011 abaixo do que os que se registaram em 1991 e 1995, pois em 1991 e 1995 existiam 23% de mulheres em lugares

¹ Note-se que o BE apenas se estreou na disputa das eleições legislativas em 1999.

elegíveis (Teixeira 2009, p.571), enquanto em 2009 e 2011 existiam apenas 21% e 20%, respectivamente. Por outro lado a percentagem de candidatas aumentou, mas apenas nos lugares não elegíveis, sendo de 35% em 2005, 43% em 2009 e 45% em 2011, uma percentagem maior do que aquelas que se haviam verificado em 1991 (19%), 1995 (21%) e 1999 e 2002 (33%) (Teixeira 2009, p.571). No gráfico 8 podemos ver os candidatos da CDU à Assembleia entre 2005 e 2011 e facilmente reparamos que a percentagem de mulheres aumentou ligeiramente, embora a percentagem apresentada em 2009 e 2011 (32% e 32,5% respectivamente) seja inferior à mesma percentagem de mulheres em 1999 (33,5%) e 2002 (33,2%) (Teixeira 2009, p.575). Todavia, a desigualdade de género diminuiu relativamente ao período de 1991-2002, passando de -46,2% para -37%, sendo que esta evolução se fica a dever ao facto de nas eleições de 1991 e 1995 apenas 20% dos candidatos da CDU serem mulheres (Teixeira 2009, p.575).

Gráfico 8 - Candidatos da CDU à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

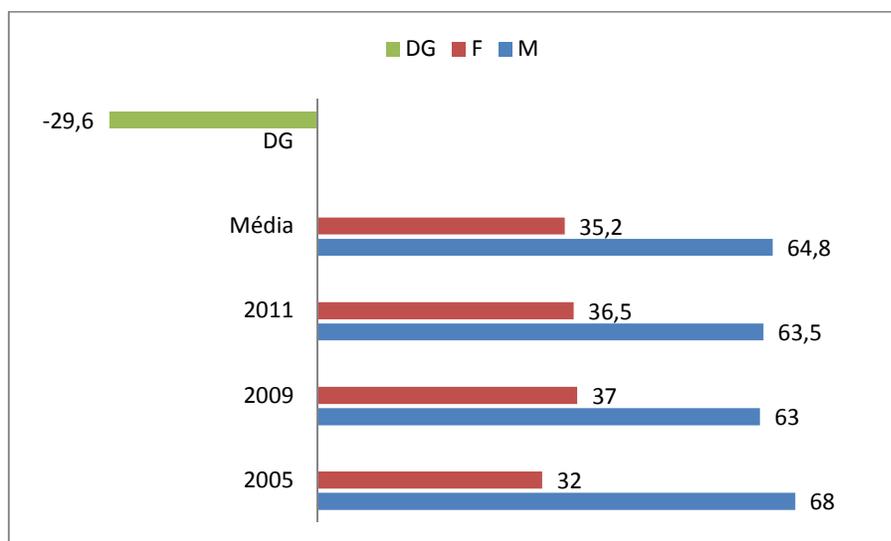


Fonte: listas de candidatura da CDU depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.

Legenda: DG = Desigualdade de género (percentagem de mulheres – percentagem de homens).

Relativamente ao PS, a introdução de mulheres nas suas listas de candidatura tem vindo a aumentar gradualmente, existindo em 2002 27% de mulheres não elegíveis e 24% de mulheres elegíveis (Teixeira 2009, p.571), aumentando estes números para 43% de mulheres não elegíveis e 31% de mulheres elegíveis em 2009 e mantendo-se por volta destes valores em 2011 (44% não elegíveis e 29% elegíveis). Este aumento significativo na percentagem de mulheres em lugares elegíveis e não elegíveis deve-se, segundo Teixeira, ao ter sido o governo socialista o responsável pela introdução da denominada “lei das quotas”, ficando este partido assim “simbólica, ideológica e politicamente implicado” com este compromisso. (Teixeira 2009, p.576). No gráfico 9 podemos salientar a baixa desigualdade de género existente, sendo a menor relativamente aos restantes partidos analisados, e tendo baixado consideravelmente comparativamente com o período de 1991-2002, passando de -60% para -29,6% (Teixeira 2009, p.577). A introdução da “lei das quotas” pelo partido socialista é aqui sugerida como explicação para a evolução da sua percentagem de mulheres candidatas à Assembleia, que como podemos observar encontra-se por volta dos 37% em 2009 e 2011, sendo que era apenas de cerca de 25% em 1999 e 2002 (Teixeira 2009, p.577).

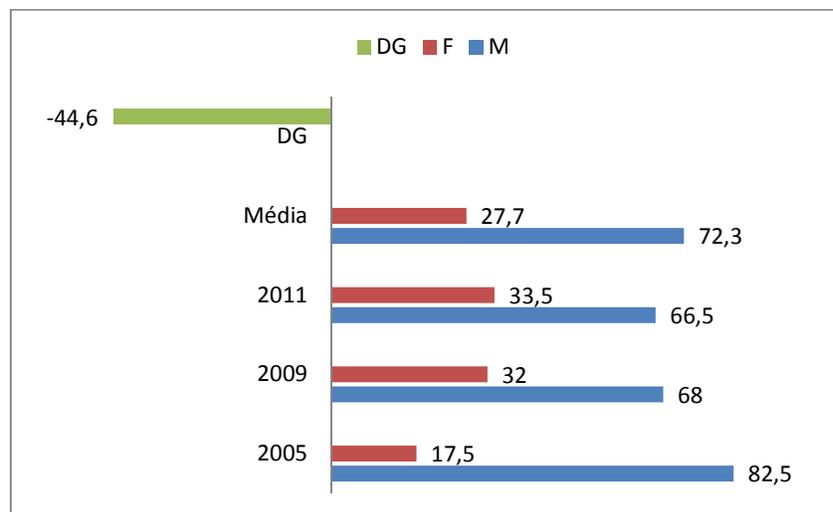
Gráfico 9 - Candidatos do PS à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: listas de candidatura do PS depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.
Legenda: DG = Desigualdade de género (percentagem de mulheres – percentagem de homens).

Já no Partido Social Democrata o aumento da sua percentagem de mulheres nas listas de candidatura é também de relevo, passando a percentagem de mulheres elegíveis para mais do dobro entre 2005, quando era de 11%, e 2011 quando se situou em 27%. A percentagem de mulheres não elegíveis também cresceu, sendo de 24% em 2005 e chegando aos 38% em 2009 e aos 40% em 2011. Estes valores são já de salientar em comparação com os obtidos por (Teixeira 2009, p.571), no período imediatamente anterior, pois a maior percentagem registada de mulheres em lugares não elegíveis havia ocorrido em 1999 e era somente de 18%, enquanto que a maior percentagem de candidatas em lugares elegíveis foi vista em 2002 (17%), sendo que neste acto eleitoral a percentagem de mulheres elegíveis era superior à de não elegíveis (14% não elegíveis e 17% elegíveis). No Gráfico 10 é perceptível que a percentagem de homens candidatos em 2005 e 2009 é mais do dobro da percentagem de candidatas. Ainda assim estes números cresceram relativamente ao período 1991-2002, pois a maior percentagem de mulheres candidatas nas listas do PSD havia sido de cerca 16% em 1999 (Teixeira 2009, p.582). Já a desigualdade de género diminuiu comparativamente a 1991-2002 (Teixeira 2009, p.582), decrescendo de -73,6% para -44,6%.

Gráfico 10 - Candidatos do PSD à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

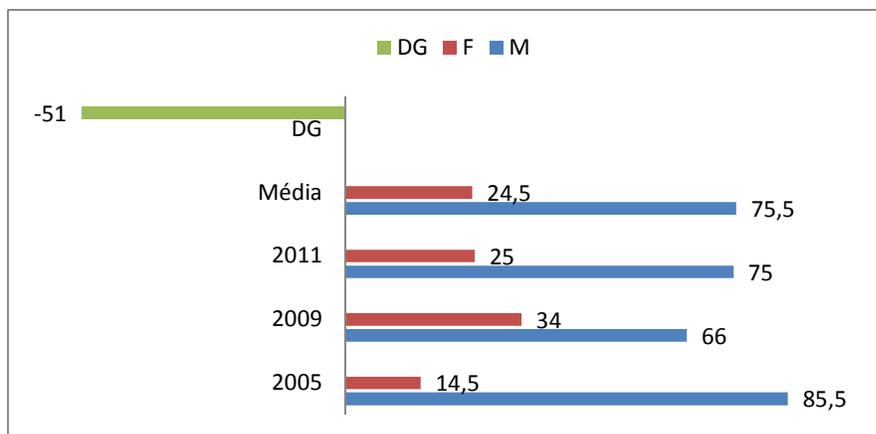


Fonte: listas de candidatura do PSD depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.

Legenda: DG = Desigualdade de género (percentagem de mulheres – percentagem de homens).

O CDS-PP é o partido que continua a apresentar a menor taxa de feminização das suas listas de candidatura quando comparado com os restantes partidos em análise. Todavia, de 2005 para 2009 temos um aumento para praticamente o dobro da percentagem de mulheres em lugares não elegíveis, subindo este número de 22% para 43%, sendo que a percentagem de mulheres em lugares elegíveis sofre também um aumento significativo, crescendo para mais do triplo, sendo que era de apenas 7% em 2005 e subiu para 25% em 2009. Estes valores decresceram em 2011 para 39% de candidatas em lugares não elegíveis e 11% em lugares elegíveis (menos de metade do que na eleição de 2009). Ainda assim, estes valores subiram relativamente ao período aqui em comparação, isto se excluirmos da análise os valores obtidos em 1995, em que o CDS-PP coloca nas suas listas 19% de mulheres não elegíveis e 20% de mulheres elegíveis, valores significativos e onde se observa o único acto eleitoral em que o CDS-PP regista uma percentagem superior de mulheres em lugares elegíveis por comparação com as não elegíveis (Teixeira 2009, p.571). Neste sentido, podemos também notar que a desigualdade de género decresceu, estando em -67,4% no período 1991-2002 (Teixeira 2009, p.584) e baixando para -51% no período aqui em análise (veja-se Gráfico 11). O valor mais alto de candidatas que se havia registado entre 1991 e 2002 havia sido de 20,4% em 1999 (Teixeira 2009, p.584), sendo que em 2009 a percentagem de candidatas era pouco mais de metade da percentagem de homens candidatos (34% e 66% respectivamente).

Gráfico 11 - Candidatos do CDS-PP à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: listas de candidatura do CDS-PP depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.
Legenda: DG = Desigualdade de género (percentagem de mulheres – percentagem de homens).

A sub-representação das mulheres que se verifica em todos os partidos pode ser explicada tanto pelo lado da oferta como pelo lado da procura, sendo o primeiro factor devido às motivações, atitudes e recursos das mulheres relativamente à política, e o segundo relacionado com as razões de “organização interna e lógicas de funcionamento dos partidos políticos (que tendem a ser mais desfavoráveis para as mulheres)” (Martins e Teixeira 2005, p.53). No seu estudo sobre o funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na política, Martins e Teixeira (2005), afirmam que, segundo a sua análise empírica, as mulheres são discriminadas no “acesso ao poder político” sobretudo devido aos “mecanismos e práticas discriminatórias que têm lugar no interior dos partidos” sendo isto mais visível nos seus “processos de recrutamento para cargos públicos electivos” (Martins e Teixeira 2005, p.67).

Devido à informalidade e à falta de procedimentos definidos objectivamente no recrutamento parlamentar português, Martins e Teixeira (2005), optam por dividir os “critérios de selecção dos candidatos parlamentares” portugueses em dois modelos: o “modelo de patrocínio ou clientelar” e o “modelo meritocrático”. Após terem feito esta divisão e terem elencado um conjunto de critérios de selecção de candidatos em cada um dos modelos, os autores inquiriram os cidadãos eleitores sobre as suas percepções sobre os critérios adoptados pelos partidos políticos portugueses no recrutamento parlamentar, recaindo as respostas na sua maioria sobre o “modelo de patrocínio ou clientelar”, fenómeno que é também denotado “por muitos estudiosos e analistas políticos” (Martins e Teixeira 2005, p.69).

Como já foi anteriormente referido, a introdução da “lei das quotas” pelo Partido Socialista é o principal factor explicativo do crescimento gradual da sua percentagem de mulheres nas listas de candidatura, proporcionando isto uma desigualdade de género relativamente baixa ao Partido Socialista (-29,6%). Partindo esta iniciativa do governo socialista, este ficou assim na “obrigatoriedade” de dar o exemplo, assumindo então o compromisso de tornar a sua lista de candidatos à Assembleia mais paritária. Esta proposta apresentada pelo Partido Socialista resultou na Lei Orgânica nº 3/2006, a Lei da

Paridade, onde ficou determinado que as listas de candidatura deveriam “assegurar a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos”, não podendo estas conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados consecutivamente.² Martins e Teixeira (2005) pronunciam-se aqui sobre esta matéria afirmando, no seu inquérito aos cidadãos eleitores, que se verifica que mais de metade destes é favorável à introdução desta medida, sendo a percentagem de respostas afirmativas mais elevada nas mulheres. Esta atitude relativamente à introdução de uma quota mínima por sexo nas listas eleitorais encontra também um maior apoio junto dos eleitores que se posicionam ideologicamente à “esquerda” (Martins e Teixeira 2005, pp.83-84).

Esta medida e os valores aqui apresentados pelo PS contrastam largamente com os valores relativos ao PPD-PSD, partido onde se observou a segunda maior desigualdade de género (-44,6%), algo que pode ser relacionado com a sua visão contrária sobre a “adopção de medidas de tipo intervencionista” com vista a equilibrar o número de homens e mulheres no parlamento. Teixeira (2009, pp.578-579) refere precisamente o argumento do Partido Social Democrata, o qual afirma que este tipo de medidas têm um cariz “artificial” e que a “promoção da igualdade de género no domínio político [...] (deveria) resultar de uma mudança gradual e natural.” Isto significa assim que, segundo a posição demonstrada pelo PPD-PSD, a criação de mecanismos de intervenção para a promoção da igualdade de género não é algo desejável, nem natural, devendo a paridade entre os sexos ser um resultado do interesse, da participação, mobilização e do empenho voluntário das mulheres e não do “estabelecimento, por via legal, de quotas mínimas por sexo nas listas de candidatura” (Teixeira 2009, pp.578-579).

O CDS-PP continua também com uma baixa percentagem de candidatas nas suas listas, o que demonstra que as suas estratégias de recrutamento parlamentar não passam, no período analisado, por equilibrar o número de homens e mulheres nos candidatos ao parlamento, assumindo os homens um lugar de destaque. Esta baixa percentagem de candidatas pode também ser atribuída à não concordância do partido com o estabelecimento de quotas e com a rejeição da proposta de lei correspondente,

² Veja-se aqui a Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de Agosto.

defendendo e argumentando o partido que a introdução de mulheres nas suas listas passa apenas pelas suas características meritórias.³

O Bloco de Esquerda é, como já observámos, o segundo partido com a menor desigualdade de género e aquele que coloca a maior percentagem de mulheres em lugares elegíveis, sendo também estes valores relativamente superiores à média para o total dos partidos, isto em 2009 e 2011. Estes elevados valores na taxa de feminização das suas listas de candidatura, exceptuando em 2005, correspondem com o seu conteúdo “ideológico, político e programático”, sendo o Bloco de Esquerda, além do Partido Socialista, um defensor da introdução das quotas por género, isto devido à desigualdade existente no acesso das mulheres a cargos políticos. Este mesmo tipo de medida encontra-se presente nos estatutos do partido, onde, no artigo 14 n.º4 se afirma que “as listas candidatas à Mesa Nacional ou à Comissão de Direitos podem ser constituídas por número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respectivos órgãos, devendo, porém observar o critério da paridade entre sexos”⁴ (Teixeira 2009, pp.583-585).

No caso da CDU podemos observar que é também uma das forças políticas com uma desigualdade de género relativamente baixa, embora a sua percentagem de mulheres em lugares elegíveis tenha vindo a diminuir ao longo do período em análise em comparação com o período de 1991-2002 (neste período a percentagem de candidatas elegíveis estava a crescer gradualmente). De qualquer forma a CDU continua a ser um exemplo da promoção da igualdade entre os géneros e de igualdade de oportunidades por comparação com o PSD e CDS-PP, mesmo não aceitando a criação e o estabelecimento de quotas por sexo nas listas de candidatura, argumentando que estas são medidas intrusivas na vida interna dos partidos e que criam falsas expectativas, destinando-se “a iludir, pela imposição em lei, os problemas sociais e económicos que estão na origem dos reais obstáculos à participação política das mulheres”, devendo essa participação política passar

³ Sobre isto veja-se aqui a notícia publicada no Diário Digital onde o PCP e o CDS-PP questionam a introdução de quotas nas listas eleitorais, 2006, [online].

⁴ Estatutos do Bloco de Esquerda (2003).

pelo “empenho voluntário dos partidos políticos”⁵ (Martins e Teixeira 2005; Teixeira 2009).

3.2.2. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: a idade

Relativamente ao factor etário, observa-se na tabela 3 e no gráfico 12 a distribuição dos deputados entre os diversos grupos etários presentes, onde podemos verificar que a maioria se encontra no segundo e terceiro grupo etário, que abrange a faixa entre os 36 e os 49 anos e os com 50 ou mais anos. Esta primazia de deputados mais envelhecidos e em meia-idade é um sinal claro da posição e das opções dos partidos políticos nas suas estratégias de recrutamento, preterindo candidatos mais novos aos com uma maior idade e maior experiência política. Como já referimos anteriormente, existem partidos que possuem várias medidas restritivas para se poder chegar a candidato elegível, sendo por exemplo obrigatória a militância no partido durante um determinado período de tempo, algo que vai assegurar a lealdade e o conhecimento das políticas do partido pelo candidato, mas que por outro lado vai levar o seu tempo na “escada” partidária. Outro factor restritivo é a própria idade, onde muitas vezes é desejável pelos partidos que os candidatos tenham uma idade mais elevada, pois com isso virá também um maior nível de experiência e de maturidade (Norris, 2006, pp.89-108). Adicionalmente, este factor é também sinónimo de um “carreirismo partidário” e significa que a chegada ao Parlamento é feita após um longo percurso dentro das estruturas do partido, passando pelos vários níveis da hierarquia partidária (Teixeira 2009, pp.611-612).

A opção por pessoal político de meia-idade é justificada, segundo Teixeira (2009, pp.614-615), pela “necessidade que os partidos sentem de constituir um grupo parlamentar com pessoas que já tenham dado provas suficientes de confiança política e de serviço ao partido” sendo necessário para preencher tais condições um percurso longo dentro do partido, algo que apenas se pode atingir com o tempo e com a idade. Pelo contrário, a menor opção por candidatos mais jovens e a colocação destes em lugares não

⁵ Resolução Política do XVIII Congresso do PCP (2008).

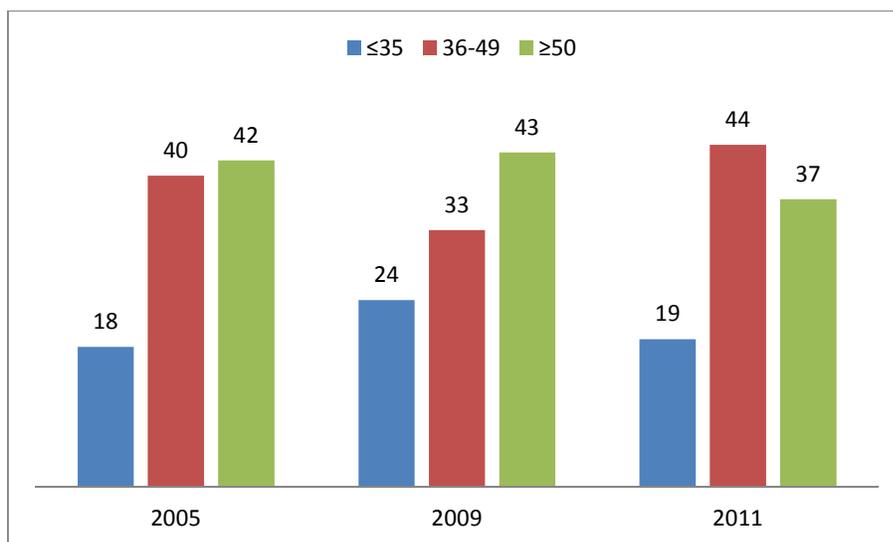
elegíveis serve para satisfazer e “dar resposta às pretensões [...] das juventudes partidárias [...] que reivindicam uma representação mínima nas listas de candidatura” e também para demonstrar a “renovação” das listas de candidatura dos partidos, algo que é feito através deste “rejuvenescimento” e que impossibilita o argumento de que os partidos “não conseguem ou têm sérias dificuldades em recrutar [...] as camadas mais jovens da população”. Ainda assim, é óbvia a posição que ocupam os candidatos mais jovens nas listas de candidatura dos partidos e como isso se traduz na idade dos deputados à Assembleia, sendo o segundo e terceiro grupo etário os predominantes, como podemos observar na tabela 3 (36-49 e ≥ 50).

Tabela 3 - Idade dos Deputados à Assembleia da República, por partido político, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Partido	Idade	2005	2009	2011	Média
CDS-PP	≤ 35	34	29	17	27
	36-49	58	52	58	56
	≥ 50	8	19	25	17
PPD-PSD	≤ 35	12	15	17	15
	36-49	47	39	52	46
	≥ 50	41	46	31	39
PS	≤ 35	4	5	14	8
	36-49	38	36	35	36
	≥ 50	58	59	51	56
CDU	≤ 35	29	40	37	35
	36-49	7	27	38	24
	≥ 50	64	33	25	41
BE	≤ 35	12	31	12	18
	36-49	50	13	38	34
	≥ 50	38	56	50	48
Deputados	≤ 35	18	24	19	20
	36-49	40	33	44	39
	≥ 50	42	43	37	41
	(N)	(230)	(230)	(230)	(230)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

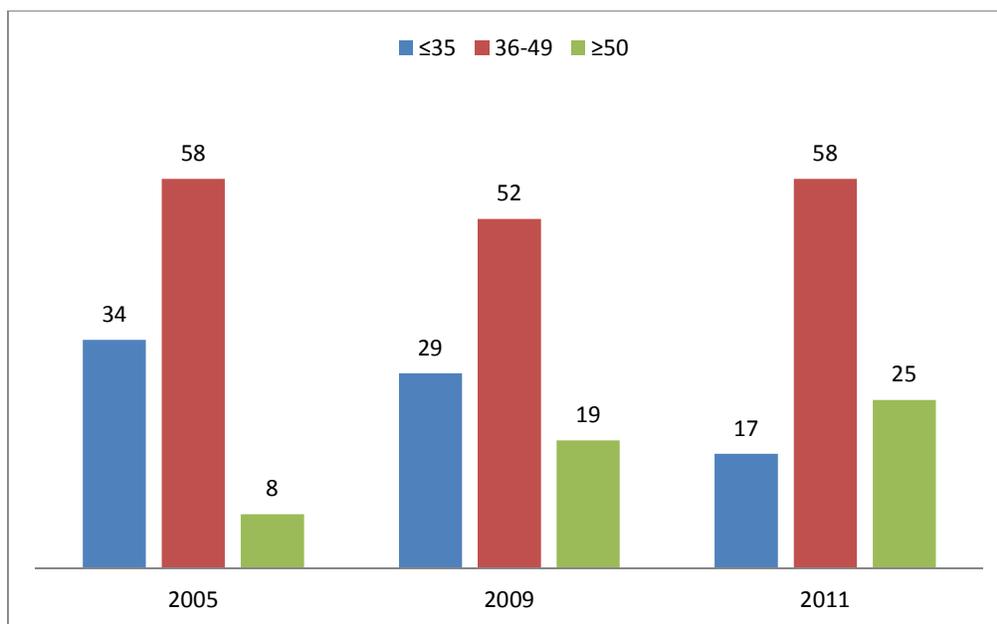
Gráfico 12 - Idade para o conjunto dos Deputados à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Na análise das faixas etárias e da sua distribuição pelos diversos partidos rapidamente percebemos que a grande maioria dos deputados se encontra nos dois últimos grupos etários, ou seja, a meia-idade e os mais envelhecidos. No caso do CDS-PP podemos reparar que este tem sempre mais de metade dos seus deputados na segunda faixa etária considerada, tendo os mais jovens ainda algum destaque em 2005 e 2009, ocupando 34% e 29% respectivamente, dos assentos do grupo parlamentar (veja-se Gráfico 13 e Tabela 3).

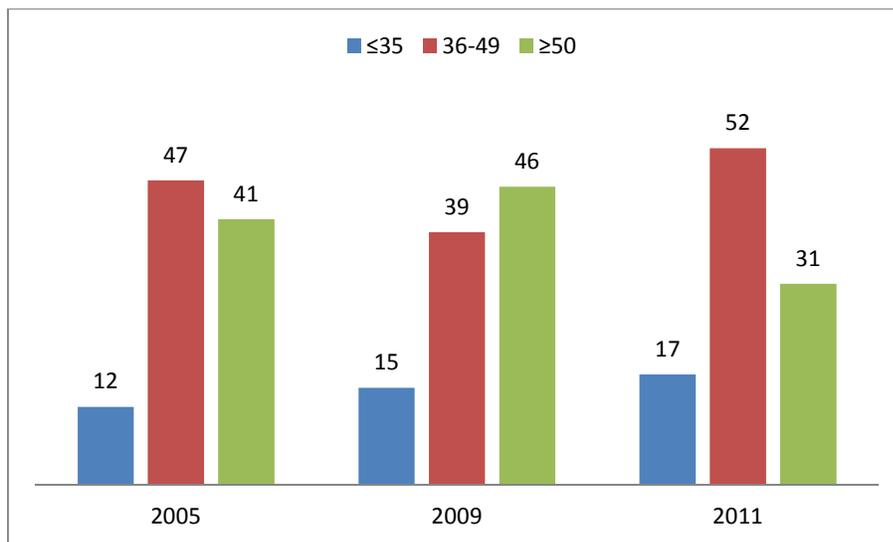
Gráfico 13 - Idade dos Deputados do CDS-PP à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

No caso do PPD-PSD a distribuição dos deputados pelas três faixas etárias consideradas difere nos actos eleitorais aqui em análise, tendo o partido valores aproximados em 2005 para os deputados de meia-idade e envelhecidos (47% e 41% por esta ordem), em 2009 os valores para a segunda e terceira faixa etária estão ainda relativamente próximos (39% e 46% respectivamente), enquanto que em 2011 a maioria dos deputados do partido encontra-se na segunda faixa etária, existindo apenas 17% de deputados jovens (veja-se Gráfico 14 e Tabela 3).

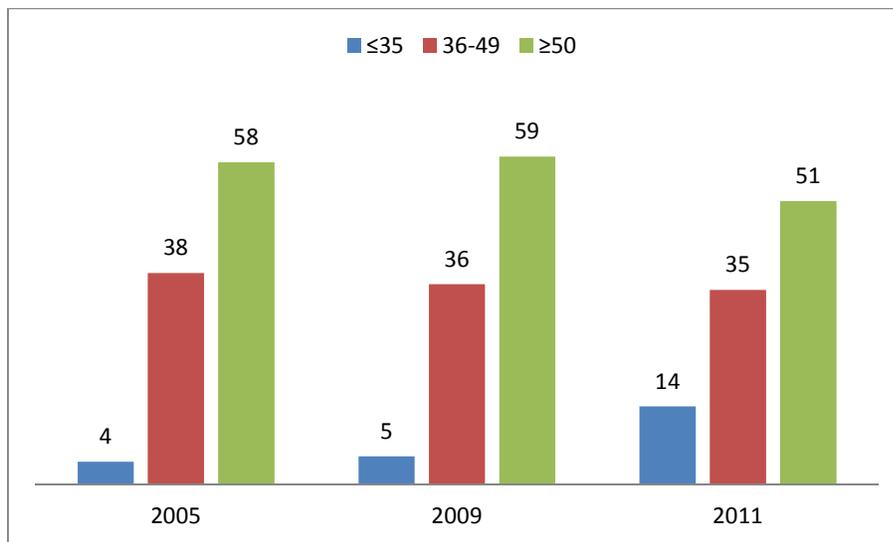
Gráfico 14 - Idade dos Deputados do PPD-PSD à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

O Partido Socialista, por seu lado, é aquele que possui uma menor percentagem de deputados jovens em todos os actos eleitorais aqui presentes, sendo a média desta faixa etária de apenas 8%. O PS é também aquele que tem a maioria dos seus deputados na terceira faixa etária (≥ 50) nas três eleições analisadas, tendo 58% em 2005, 59% em 2009 e 51% em 2011, resultando isto numa média de 56% para o período estudado. Assim, é facilmente perceptível a importância da experiência e maturidade na escolha dos candidatos no Partido Socialista e daqueles que serão colocados em lugares considerados elegíveis (veja-se Gráfico 15 e Tabela 3).

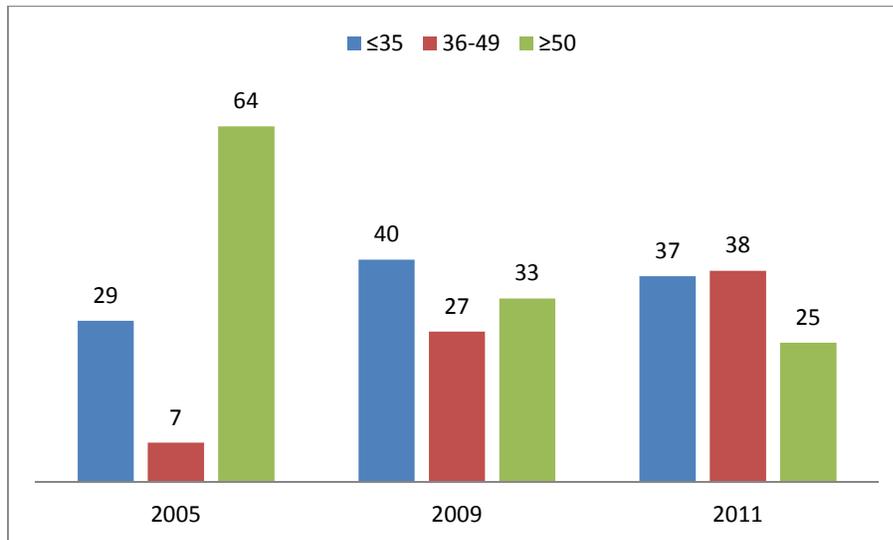
Gráfico 15 - Idade dos Deputados do PS à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Na CDU é visível a dispersão dos deputados pelas faixas etárias consoante a eleição em causa, pois em 2005 temos uma larga maioria (64%) de deputados envelhecidos, ocupando os mais jovens 29% dos assentos do partido. Já em 2009 os deputados mais jovens perfazem 40% do total de deputados da CDU, estando 33% na última faixa etária, enquanto que em 2011 os deputados mais jovens e os de meia-idade ocupam relativamente o mesmo número de assentos, existindo 37% de jovens e 38% de deputados de meia-idade. A CDU ultrapassa sempre a média de deputados jovens para o total dos partidos e é a força política que possui uma maior percentagem de deputados jovens em 2009 e 2011, sendo o CDS-PP o partido mais “jovem” em 2005 (veja-se gráfico 16 e Tabela 3).

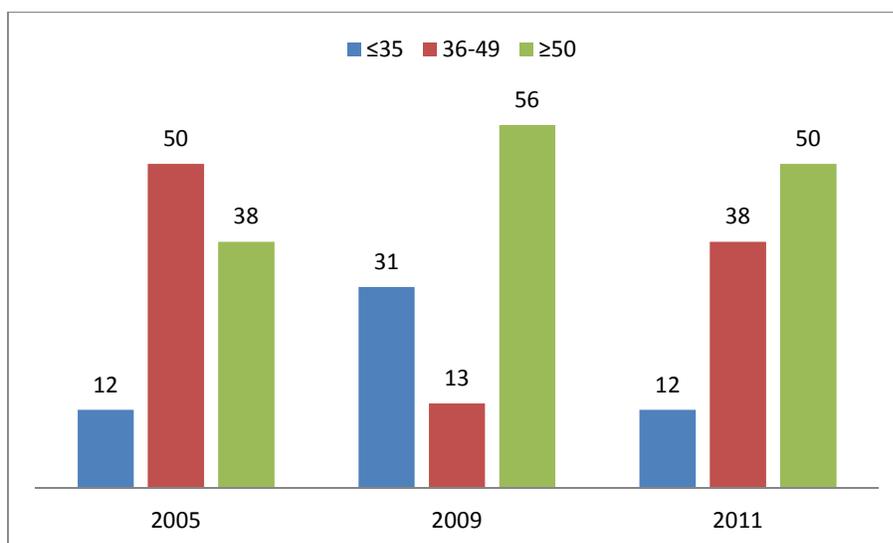
Gráfico 16 - Idade dos Deputados da CDU à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Relativamente ao BE podemos notar que, em 2005, este tem 50% de deputados na meia-idade, sendo que 38% correspondem aos deputados envelhecidos. Em 2009 os deputados mais envelhecidos estão em maioria sendo 56% do total do partido e os mais jovens aparecem em segundo lugar com uma percentagem de 31%. Já em 2011, o BE tem 50% dos seus deputados na última faixa etária e 38% na meia-idade. Estes valores demonstram que também no BE os candidatos mais envelhecidos e de meia-idade ocupam a maioria dos lugares elegíveis, traduzindo-se isso nestes valores relativos aos deputados (veja-se Gráfico 17 e Tabela 3).

Gráfico 17 - Idade dos Deputados do BE à Assembleia da República, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

A menor presença de deputados mais jovens na Assembleia pode ser relacionada com o facto dos mais jovens não demonstrarem uma grande “predisposição para se filiarem e para participarem de forma activa num partido”, estando muitas vezes “mais receptivos face a outras formas de mobilização e intervenção política menos formais e mais flexíveis” (Teixeira 2009, p.615). Ora, estando a primeira faixa etária sub-representada na Assembleia, podemos concluir que os mais jovens estão também sub-representados nas listas de candidatura dos partidos ou são colocados em lugares não elegíveis. A sua inclusão nas listas de candidatura dos partidos é, para além dos motivos já referidos, devida a uma questão de “equilíbrio ao nível da composição” destas mesmas listas, tentando com isto criar uma maior harmonia e proporcionalidade entre o número de candidatos em cada faixa etária (Teixeira 2009, p.615). No sentido inverso, é também relevante mencionar que no caso do CDS-PP a sua percentagem de deputados envelhecidos tem vindo a aumentar ao longo dos actos eleitorais. Nos casos do PPD-PSD,

do PS e do BE esta mesma percentagem de deputados cresceu de 2005 para 2009 mas diminuiu em 2011. Já a CDU tem vindo a rejuvenescer os seus deputados, decrescendo a sua percentagem de deputados mais velhos de 64% em 2005 para 25% em 2011. Considerando-se então os valores médios para o grupo etário mais envelhecido pode observar-se que estes têm vindo a decrescer, sendo de 42% em 2005 e passando para 37% em 2011. Estes valores tiveram uma evolução oposta no período anterior entre 1991 e 2002, passando de 29% em 1991 para 45% em 2002 (Teixeira 2009, p.613), sendo aqui considerado apenas os valores médios para os candidatos elegíveis (isto para ser possível a comparação com os valores dos deputados no período aqui analisado).

Concluindo esta análise podemos afirmar que, de uma forma geral, os deputados de meia-idade e os mais velhos são os predominantes no Parlamento, continuando a ser o Partido Socialista, tal como em 1991-2002 (Teixeira 2009, p.613) o partido que dá um maior destaque aos mais velhos em detrimento dos mais jovens. Já o CDS-PP possuía o maior equilíbrio de valores entre as suas percentagens de candidatos elegíveis mais jovens e os de meia-idade e envelhecidos entre 1991 e 2002, algo que não se verifica na análise das idades dos deputados, estando os de meia-idade em maioria nos três actos eleitorais aqui referidos (Teixeira 2009, p.613). No caso da CDU é visível a existência de um rejuvenescimento dos seus deputados, existindo destaque para os mais jovens a partir de 2005. Verifica-se também que os deputados mais velhos vão diminuindo a sua percentagem, dando lugar ao aumento de deputados de meia-idade, uma faixa etária que, segundo Teixeira (2009, p.616), no período anterior estava em “défice”. O Bloco de Esquerda enquanto partido com uma formação recente não apresenta, tal como em 1991-2002, “uma composição etária que (o) diferencie significativamente dos demais partidos”, estando tanto os seus candidatos elegíveis em 1991-2002, como os deputados no período aqui presente entre a meia-idade e a faixa etária mais envelhecida⁶ (Teixeira 2009, p.617).

Esta tendência relativa ao envelhecimento da classe política parlamentar pode ter duas interpretações diferentes, mas coexistentes, sendo a primeira positiva: a “sobrevivência e [...] titularidade dos candidatos, [...] traduzindo-se numa progressiva

⁶ Apenas são considerados os valores para os candidatos elegíveis entre 1991 e 2002, isto para que possa ser possível a comparação com os valores existentes para os deputados entre 2005 e 2011.

profissionalização dos deputados”; e outra negativa: sendo esta a da não “renovação e circulação dos membros do Parlamento” (Teixeira 2009, p.616).

3.2.3. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: a profissão

Na tabela 4 podemos observar a profissão dos deputados à Assembleia da República, estando estas agrupadas em quinze categorias. Assim, podemos constatar facilmente que os advogados e juristas são maioritários, sendo seguidos pelos empregados do comércio e dos serviços e pelos docentes do ensino básico e secundário, isto para os valores médios. Estes profissionais liberais estão assim “mais predispostos ao exercício de uma actividade política, exercida em regime de exclusividade ou em tempo parcial” isto porque a sua actividade profissional permite-lhes ter as competências e capacidades necessárias para o desempenho da actividade parlamentar, sendo a sua actividade profissional também um factor importante, no que toca à “disponibilidade e flexibilidade” para o exercício de um cargo político a tempo parcial. Teixeira (2009, pp.618-620) reforça também a ideia de que estes profissionais regressam com facilidade à sua área de origem, tendo estes ainda a “mais-valia” de terem ocupado o lugar de deputados, o que pode trazer benefícios à sua área de origem respectiva (Teixeira 2009, pp.618-620).

Tabela 4 - Profissão dos Deputados à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Profissão	2005	2009	2011	Média
Quadros Dirigentes da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Técnicos da Função Pública	5	7	7	6
Quadros Administrativos da Função Pública	0	0	1	0

Empresários	6	7	7	7
Economistas	7	9	9	8
Advogados e Juristas	33	29	30	31
Funcionários Partidários	2	0	2	1
Docentes do Ensino Básico e Secundário	13	14	9	12
Docentes do Ensino Universitário	11	7	9	9
Autores e Jornalistas	2	3	2	2
Engenheiros e Arquitectos	6	6	4	5
Médicos e Veterinários	2	3	4	3
Empregados do Comércio e Serviços	9	13	13	12
Trabalhadores Industriais e Agrícolas	1	1	1	1
Outros	3	1	2	2
(N)	(230)	(230)	(230)	(230)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Os valores obtidos provam que os partidos dão preferência a advogados e juristas, pois estes possuem já experiência e conhecimento importantes nas matérias e “funções da actividade parlamentar, ou seja, elaborar, apresentar, discutir, e votar leis em áreas muito específicas.” Ainda sobre estes profissionais liberais, Teixeira (2009, p.620) considera que a “especialização parlamentar” impõe que os partidos incluam nas suas listas de candidatura, em lugares elegíveis, “candidatos com uma formação específica em determinadas áreas, que possam ter um valor acrescentado para os partidos na composição

das comissões especializadas, sobretudo quando o trabalho parlamentar tende a ser cada vez mais centrado na actividade nas comissões”. Esta liderança dos advogados e juristas neste período encontra também correspondência no período anterior (1991-2002), em que estes já ocupavam uma posição de destaque (Teixeira 2009, p.619). No entanto, no período anterior, as categorias que se seguiam com mais destaque nos candidatos elegíveis eram os engenheiros e arquitectos e os docentes do ensino básico e secundário (Teixeira 2009, p.619). Contudo, se nos actos eleitorais aqui analisados os docentes do ensino básico e secundário continuam em destaque com a segunda maior percentagem de deputados, surgem os empregados do comércio e dos serviços a ocupar a posição que pertencia aos engenheiros e arquitectos no período anterior (Teixeira 2009, p.619). Os engenheiros e arquitectos e os economistas estão ainda assim, também representados no Parlamento, mas caindo as suas percentagens médias relativamente ao período anterior. Assim, podemos afirmar que estes profissionais liberais têm vindo a perder a sua importância nas listas de candidatura e no Parlamento, vindo a diminuir as suas percentagens de um período (1991-2002) para o outro (2005-2011) ⁷(Teixeira 2009, p.619).

Teixeira (2009, p.619) destaca ainda a importância dos docentes do ensino universitário que estavam colocados na sua maioria em lugares elegíveis, tendo aqui esta categoria de profissionais também relevância pois correspondem a 11% de deputados em 2005, 7% em 2009 e 9% em 2011. A importância destes docentes deve-se, segundo Teixeira (2009, p.619), à “fácil compatibilidade entre o exercício da actividade docente a nível superior e o desempenho do mandato parlamentar”. Teixeira (2009, p.619) menciona ainda a percentagem de candidatos não elegíveis com actividade no sector do comércio e dos serviços, relacionando a sua percentagem de candidatos com o “forte crescimento do emprego” neste sector, afirmando ainda que grande parte dos lugares não elegíveis são ocupados por candidatos que não se encontram no mercado de trabalho, sendo estes parte de um “segmento social” que é tido em consideração nas “estratégias eleitoralistas de partidos que visam acima de tudo a conquista do voto, através de um apelo transversal e interclassista”. Outra das categorias profissionais presentes no quadro e que merece

⁷ Apenas são considerados os valores para os candidatos elegíveis entre 1991 e 2002, isto para que possa ser possível a comparação com os valores existentes para os deputados entre 2005 e 2011.

especial atenção é a que respeita aos trabalhadores industriais e agrícolas, isto por oposição à categoria do comércio e dos serviços, pois o declínio do primeiro sector referido encontra correspondência nas suas percentagens, tanto de deputados (aqui presente) como de candidatos (em 1991-2002) (Teixeira 2009, p.619). As baixas percentagens destes trabalhadores no total de candidatos e deputados devem-se ao “fraco apelo eleitoral dos partidos em relação” a este sector, existindo, segundo Teixeira (2009, pp.620-621), uma tendência de “desproletarização do pessoal parlamentar”, acontecendo isto no próprio Partido Comunista, que possui uma “ideologia orientada para o operariado e visa uma representação de classe.”

Outra das categorias que possui percentagens baixas e que merece aqui uma justificação é a dos funcionários partidários, pois tanto o número de candidatos como o de deputados que integram este sector pode ser residual devido a uma explicação simples: estes, quando questionados sobre a sua profissão nem sempre referem o seu cargo actual, mencionando então a sua área de origem, o que pode levar a que esta categoria esteja assim “subestimada”. Ainda assim, é de relevar que os partidos políticos possuem actualmente grandes gastos em “actividades eleitorais”, não sendo o seu “aparelho burocrático” merecedor de tanta disponibilidade financeira, tornando-se quase “insustentáveis” os gastos com o pessoal a este afecto (Teixeira 2009, pp.621-622). No caso dos funcionários públicos e nas suas três categorias consideradas podemos ver que os quadros técnicos têm uma maior preponderância dos que os restantes membros da função pública, contrariamente ao período analisado por Teixeira (2009, p.619), onde os quadros administrativos ocupavam a maioria dos lugares elegíveis.

Seguidamente a esta análise generalista das profissões dos deputados à Assembleia importa proceder a uma análise por partido político sobre esta matéria, o que nos poderá demonstrar as diferenças entre os partidos e as suas preferências relativas aos seus candidatos elegíveis, evidenciando assim as suas tendências de recrutamento parlamentar.

Na tabela 5 vemos a distribuição dos deputados da CDU pelas categorias profissionais, sendo bastante relevantes os advogados e juristas na composição dos seus parlamentares, algo que já se verificava em 1991-2002 (Teixeira 2009, p.629), o que segundo Teixeira (2009, p.619) evidencia um claro “aburguesamento desta força partidária”. No período anterior (Teixeira 2009, p.619), os trabalhadores industriais e

agrícolas estavam bastante presentes, mas sendo colocados em lugares não elegíveis, não tendo assim grandes possibilidades de chegar ao poder, contrariamente ao que se observa aqui, em que esta categoria profissional é a segunda mais representada nas fileiras da coligação, o que confirma uma aposta clara neste grupo nas estratégias de recrutamento do *selectorate*, ora não fosse esta coligação integrada por um partido que visa a ideologia e a representação do operariado. Já os trabalhadores do sector do comércio e dos serviços que não tinham grande expressão entre os candidatos elegíveis dos actos eleitorais de 1991 a 2002, vêm aqui a sua presença ser reforçada nos seus assentos parlamentares, retirando a importância que possuíam anteriormente os candidatos elegíveis que eram funcionários partidários e os que eram profissionais administrativos da função pública (Teixeira 2009, pp.630-631).

Tabela 5 - Profissão dos Deputados da CDU à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Profissão	2005	2009	2011	Média
Quadros Dirigentes da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Técnicos da Função Pública	0	6	6	4
Quadros Administrativos da Função Pública	0	0	0	0
Empresários	0	0	0	0
Economistas	7	0	0	2
Advogados e Juristas	43	40	37	40
Funcionários Partidários	0	0	13	4
Docentes do Ensino Básico e Secundário	14	7	6	9
Docentes do Ensino Universitário	0	0	6	2
Autores e Jornalistas	0	0	0	0

Engenheiros e Arquitectos	7	7	0	5
Médicos e Veterinários	0	0	6	2
Empregados do Comércio e Serviços	7	20	13	13
Trabalhadores Industriais e Agrícolas	22	20	13	19
Outros	0	0	0	0
(N)	(14)	(15)	(16)	(15)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Na tabela 6 vemos que os deputados do Bloco de Esquerda se distanciam dos restantes partidos na ocupação profissional dos seus deputados, não tendo a percentagem de advogados e juristas qualquer expressão, sendo os empregados do comércio e dos serviços e os docentes do ensino universitário a maioria a ocupar os lugares do partido na Assembleia. Estes dados confirmam a importância que o partido já atribuía anteriormente aos professores (Teixeira 2009, p.630), comprovando isto as suas preferências de recrutamento, sendo aqui os docentes do ensino básico e secundário a terceira maior categoria profissional a ocupar os lugares do BE no parlamento. Teixeira (2009, p.631) refere que embora seja este um partido de esquerda, não existe grande destaque dado aos trabalhadores industriais e agrícolas, mesmo nos lugares não elegíveis, isto devido à “base social de apoio dos partidos da chamada Nova Esquerda, os quais não invocam interesses específicos ou a melhoria da posição económica das classes sociais mais desfavorecidas, tendo os seus apoiantes preferenciais nas classes mais jovens, mais educadas, oriundas das novas classes médias, que partilham valores ditos pós-materialistas”.

**Tabela 6 - Profissão dos Deputados do BE à Assembleia da República entre 2005 e 2011
(valores percentuais)**

Profissão	2005	2009	2011	Média
Quadros Dirigentes da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Técnicos da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Administrativos da Função Pública	0	6	13	6
Empresários	0	0	0	0
Economistas	0	13	0	4
Advogados e Juristas	0	0	0	0
Funcionários Partidários	0	0	0	0
Docentes do Ensino Básico e Secundário	12	13	13	13
Docentes do Ensino Universitário	50	25	25	34
Autores e Jornalistas	0	0	0	0
Engenheiros e Arquitectos	0	6	0	2
Médicos e Veterinários	0	6	12	6
Empregados do Comércio e Serviços	38	31	37	35
Trabalhadores Industriais e Agrícolas	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
(N)	(8)	(16)	(8)	(11)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Já no caso do CDS-PP (veja-se Tabela 7) é visível a elevada percentagem de advogados e juristas presentes entre os seus deputados, sendo estes a larga maioria, uma tendência que já se fazia notar no período anterior (Teixeira 2009, p.624). Os segundos mais representados entre os deputados do CDS-PP são os docentes do ensino universitário, estando estes a uma larga distância da percentagem de representação do primeiro grupo já mencionado. Ambas estas ocupações profissionais são, como já foi referido, “favoráveis à prossecução de uma carreira parlamentar” pois ambos não precisam de abdicar da sua profissão enquanto estão no exercício do mandato, sendo até possível rentabilizar a sua ocupação profissional após a conclusão do mandato, isto devido à “mais-valia” derivada da “passagem pelo Parlamento” (Teixeira 2009, pp.620-623). Teixeira (2009, pp.624-625) nota ainda a importância do “empresariado”, tendo estes especial notoriedade nos lugares não elegíveis no período anterior em comparação, verificando-se aqui que estes merecem alguma atenção na sua percentagem de deputados, algo que é justificado pela ideologia do partido estando esta “vinculada à defesa e ao reforço do sector privado da economia” e pela sua “base social de apoio”.

Tabela 7 - Profissão dos Deputados do CDS-PP à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Profissão	2005	2009	2011	Média
Quadros Dirigentes da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Técnicos da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Administrativos da Função Pública	0	0	4	1
Empresários	0	13	4	6
Economistas	8	0	0	3
Advogados e Juristas	75	52	50	59
Funcionários Partidários	9	0	0	3

Docentes do Ensino Básico e Secundário	0	0	0	0
Docentes do Ensino Universitário	8	10	8	9
Autores e Jornalistas	0	5	8	4
Engenheiros e Arquitectos	0	5	0	2
Médicos e Veterinários	0	10	8	6
Empregados do Comércio e Serviços	0	0	14	4
Trabalhadores Industriais e Agrícolas	0	0	0	0
Outros	0	5	4	3
(N)	(12)	(21)	(24)	(19)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Relativamente ao PPD-PSD é também notória a predominância de advogados e juristas entre os seus parlamentares, sendo estes seguidos pelos empregados do comércio e dos serviços e pelos economistas, respectivamente. Este domínio dos advogados e juristas era já existente nos actos eleitorais estudados por Teixeira (2009, p.625), estando estes sempre à frente das demais ocupações profissionais na sua percentagem de candidatos elegíveis. Os economistas também já possuíam uma posição de relevo entre os candidatos elegíveis no período anterior (Teixeira 2009, p.625), vendo-se aqui a importância da sua percentagem de entre o total de deputados social-democratas. Teixeira (2009, p.626) explica esta importância dos economistas devido ao PPD-PSD ser um partido “com vocação de poder”, algo que torna necessário, por parte dos seus canais de recrutamento, o investimento em candidatos elegíveis deste sector, pois estes possuem uma formação específica bastante útil, adequada a vários ministérios, conferindo-lhes assim um valor acrescentado para os próprios partidos. Já relativamente aos funcionários públicos podemos observar na tabela 8 que os quadros técnicos são os preponderantes nesta

categoria profissional, já tendo também alguma expressão no período anterior (Teixeira 2009, p.625), isto embora a maioria dos funcionários públicos estivessem colocados em lugares não elegíveis. Também com destaque no período anterior nos lugares não elegíveis estavam os empregados do comércio e dos serviços, vindo aqui a ganhar representação entre os deputados do partido, podendo estes valores encontrarem fundamentação no alargamento do “espectro do recrutamento, dando uma imagem de um partido com uma implantação profissional mais ampla e heterogénea, [...] (correspondendo) às características [...] de um partido catch-all” (Teixeira 2009, pp.626-627).

Tabela 8 - Profissão dos Deputados do PPD-PSD à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Profissão	2005	2009	2011	Média
Quadros Dirigentes da Função Pública	1	0	0	0
Quadros Técnicos da Função Pública	4	18	6	9
Quadros Administrativos da Função Pública	0	0	0	0
Empresários	9	9	6	8
Economistas	8	11	11	10
Advogados e Juristas	41	28	28	32
Funcionários Partidários	1	0	3	1
Docentes do Ensino Básico e Secundário	7	7	8	7
Docentes do Ensino Universitário	9	10	8	9
Autores e Jornalistas	1	1	2	1
Engenheiros e Arquitectos	8	6	6	7
Médicos e Veterinários	1	0	4	2

Empregados do Comércio e Serviços	9	10	16	12
Trabalhadores Industriais e Agrícolas	0	0	0	0
Outros	1	0	2	1
(N)	(75)	(81)	(108)	(87)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

No que diz respeito ao Partido Socialista podemos também afirmar que, à semelhança de outros partidos anteriormente referidos, os advogados e juristas são os seus parlamentares mais representados, sendo seguidos pelos docentes do ensino básico e secundário e pelos empregados do comércio e dos serviços. Relativamente ao período anterior, os docentes do ensino básico e secundário aumentaram ligeiramente a sua importância nas fileiras do partido, bem como os empregados do comércio e dos serviços, por outro lado, os funcionários partidários e os quadros administrativos da função pública viram reduzido o seu destaque, tendo agora os quadros técnicos uma posição mais relevante entre os deputados do partido (Teixeira 2009, p.627). Ainda sobre o período anterior, Teixeira (2009, p.628) aborda a questão de este ser um partido de centro-esquerda e de existir uma sub-representação dos trabalhadores industriais e agrícolas, tanto nos lugares elegíveis como não elegíveis, sendo aqui visível a inexistência de deputados pertencentes a este grupo profissional. Ainda assim, em 1991-2002, é possível observar a atenção dada a candidatos (na sua maioria não elegíveis) pertencentes à última categoria, onde estão incluídos estudantes, domésticas, desempregados, reformados e pensionistas, garantindo estes, no período aqui sob análise, uma ínfima percentagem entre o conjunto de deputados socialistas (Teixeira 2009, p.627). Ora, isto comprova que o PS possui uma “estratégia de recrutamento [...] abrangente e interclassista, procurando integrar nas suas listas de candidatura categorias profissionais socialmente menos valorizadas mas politicamente mais atractivas em termos de captura de voto” (Teixeira 2009, p.628).

Tabela 9 - Profissão dos Deputados do PS à Assembleia da República entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Profissão	2005	2009	2011	Média
Quadros Dirigentes da Função Pública	0	0	0	0
Quadros Técnicos da Função Pública	7	2	7	5
Quadros Administrativos da Função Pública	0	0	0	0
Empresários	6	6	5	6
Economistas	7	10	11	9
Advogados e Juristas	24	28	30	27
Funcionários Partidários	3	0	1	1
Docentes do Ensino Básico e Secundário	18	24	14	19
Docentes do Ensino Universitário	13	2	11	9
Autores e Jornalistas	2	4	3	3
Engenheiros e Arquitectos	6	5	4	5
Médicos e Veterinários	2	3	3	3
Empregados do Comércio e Serviços	7	15	10	11
Trabalhadores Industriais e Agrícolas	0	0	0	0
Outros	5	1	1	2
(N)	(121)	(97)	(74)	(97)

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Em jeito de conclusão, deve ser aqui mencionado que continuam a existir dois tipos de clivagem, como o já havia sido referido por Teixeira (2009, p.623), “partidos de direita *versus* partidos de esquerda” e “partidos com vocação de poder *versus* partidos de oposição”. Estas clivagens são facilmente identificáveis com a observação dos dados existentes, sendo assim possível ver as preferências dos partidos nas suas estratégias de recrutamento e analisando a importância que estes atribuem à categoria profissional dos seus candidatos e futuros deputados, isto enquanto têm de levar em consideração o seu eleitorado e a ideologia do partido. Finalmente, sobre este assunto, é ainda importante referir também que Norris (2006, p.91) dá o exemplo de pessoas que estão mais propensas a candidatar-se, como os profissionais com formação jurídica, profissionais com experiência em “think-tanks” políticos ou profissionais do jornalismo e da administração local, por considerar que estes possuem competências e experiência importante para cargos políticos, isto devido à sua área de actuação profissional, e que “reflectem a composição típica actual das elites legislativas.”

3.2.4. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: o vínculo partidário

Na tabela 10 podemos observar as percentagens de candidatos elegíveis e não elegíveis e o seu vínculo partidário, no qual após uma análise do mesmo se pode verificar que estes candidatos são na sua larga maioria recrutados entre os filiados de cada partido, estando os candidatos independentes relegados para um plano meramente simbólico. Podemos rapidamente notar que o PPD-PSD, o PS e o CDS-PP têm apenas candidatos independentes num único acto eleitoral (em 2005 nos casos do PPD-PSD e do PS e em 2011 no caso do CDS-PP), sendo estas percentagens iguais no caso do PPD-PSD e do CDS-PP, que têm apenas 1% de candidatos independentes em lugares não elegíveis, contrastando assim com o Partido Socialista no vínculo partidário, colocando este 5% de candidatos elegíveis independentes em 2005 nas suas listas à Assembleia. A CDU e o BE são os partidos com uma maior percentagem de candidatos independentes nas suas listas de candidatura, tendo a CDU praticamente sempre o dobro da percentagem do BE, quer em lugares elegíveis quer em não elegíveis. A tabela 10 permite-nos confirmar que as

percentagens do BE são sempre nulas no que toca a candidatos independentes em lugares elegíveis, tendo o partido colocado 3% dos candidatos independentes não elegíveis em 2005, 6% em 2009 e 5% em 2011. Já a CDU tem candidatos independentes em lugares elegíveis, perfazendo estes um total de 13% em 2005, 8% em 2009 e 7% em 2011. Quanto aos lugares não elegíveis temos uma percentagem de 9% em 2005, 11% em 2009 e 9% em 2011. É aqui também de salientar que a CDU coloca uma percentagem maior de candidatos independentes em lugares elegíveis (13%) do que em lugares não elegíveis (9%), isto no acto eleitoral de 2005. Outro factor de relevo é o de as percentagens de candidatos independentes apresentadas pela CDU ultrapassarem sempre a média para o total dos candidatos de todos os partidos, sendo as percentagens da CDU, na sua maioria, mais do triplo daquelas obtidas na média dos partidos. Ora, estes dados confirmam que temos mais independentes nos partidos à esquerda, especialmente na CDU e no BE, não tendo a percentagem de candidatos independentes qualquer expressão no PPD-PSD e CDS-PP, demonstrando isto a sua posição nos seus processos de recrutamento parlamentar.

Tabela 10 - Vínculos Partidários dos Candidatos à Assembleia da República, por partido e por lugar nas listas, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Partidos		2005		2009		2011		Média	
		NE	EL	NE	EL	NE	EL	NE	EL
CDS-PP	Filiados	100	100	100	100	99	100	100	100
	Independentes	0	0	0	0	1	0	0	0
PS	Filiados	100	95	100	100	100	100	100	98
	Independentes	0	5	0	0	0	0	0	2
CDU	Filiados	91	87	89	92	91	93	90	91
	Independentes	9	13	11	8	9	7	10	9
BE	Filiados	97	100	94	100	95	100	95	100
	Independentes	3	0	6	0	5	0	5	0
	Filiados	99	100	100	100	100	100	100	100

PPD-PSD	Independentes	1	0	0	0	0	0	0	0
Candidatos	Filiados	97	96	97	98	97	99	97	98
	Independentes	3	4	3	2	3	1	3	2
	(N)	(1376)	(230)	(1354)	(230)	(1371)	(230)	(1367)	(230)

Fonte: listas de candidatura do CDS-PP, PPD-PSD, PS, CDU e BE depositadas na Comissão Nacional de Eleições, de 2005 a 2011.

Legenda: NE = candidatos à AR colocados em lugares não elegíveis nas listas do partido. EL = candidatos à AR colocados em lugares elegíveis nas listas do partido.

Notas: A posição dos candidatos nas listas é determinada em função dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos nos diferentes círculos na eleição imediatamente anterior.

Relativamente ao período 1991-2002 (Teixeira 2009, p.656), os valores para os candidatos independentes são semelhantes aos aqui apresentados, sendo o CDS-PP um dos exemplos, pois em ambos os períodos considerados tem apenas 1% de candidatos independentes em lugar não elegível e num único acto eleitoral. No caso do PS pode-se confirmar a disparidade em comparação com o período anterior, onde existiam candidatos independentes em todos os actos eleitorais, sendo a percentagem de candidatos independentes elegíveis sempre superior à dos não elegíveis. O BE é o outro caso onde existe uma discrepância na sua percentagem de candidatos independentes entre o período 1991-2002 e o aqui analisado (Teixeira 2009, p.656), sendo todos os lugares elegíveis deste partido ocupados por candidatos independentes, isto em 1999, alterando-se esta percentagem de 100% no acto eleitoral seguinte (2002) para os candidatos filiados. Desde então, o BE não coloca nenhum candidato independente em lugares elegíveis e a sua maior percentagem de candidatos independentes não elegíveis é de 6% neste período, sendo que era de 13% em 1999. Na CDU as grandes diferenças que podemos observar na comparação dos dois períodos são as suas percentagens nulas de candidatos independentes em lugares elegíveis em 1995 e 1999 (Teixeira 2009, p.656), estando as percentagens dos candidatos independentes não elegíveis relativamente semelhantes, com a excepção de 1991 onde se verificam 20%, sendo este o valor mais alto em ambos os períodos. Não existem dados para o vínculo partidário dos candidatos do PPD-PSD no período 1991-2002, não sendo assim possível a comparação com os dados aqui existentes (Teixeira 2009, p.656).

É assim seguro afirmar que as estratégias de recrutamento parlamentar em ambos os períodos analisados passam fundamentalmente pelos filiados dos respectivos partidos políticos, isto embora exista um “discurso oficial de abertura à sociedade civil e de renovação do pessoal político [...] transversal a todos os partidos, a verdade é que tais propósitos são desmentidos pelos factos”, pois as percentagens de candidatos independentes demonstram que estes ocupam apenas um espaço residual nas listas dos partidos. O recurso a candidatos independentes é explicado principalmente pela tentativa dos partidos se abrirem a “outros espaços sociais, que não os circunscritos à filiação e ao activismo partidário, procurando [...] (atrair) candidatos que se destacam pela sua notoriedade pessoal e pelo seu curriculum socioprofissional, mais do que pela sua fidelidade e serviço partidário” (Teixeira 2009, p.657).

3.2.5. Critérios de recrutamento dos candidatos à Assembleia da República: a reeleição e renovação

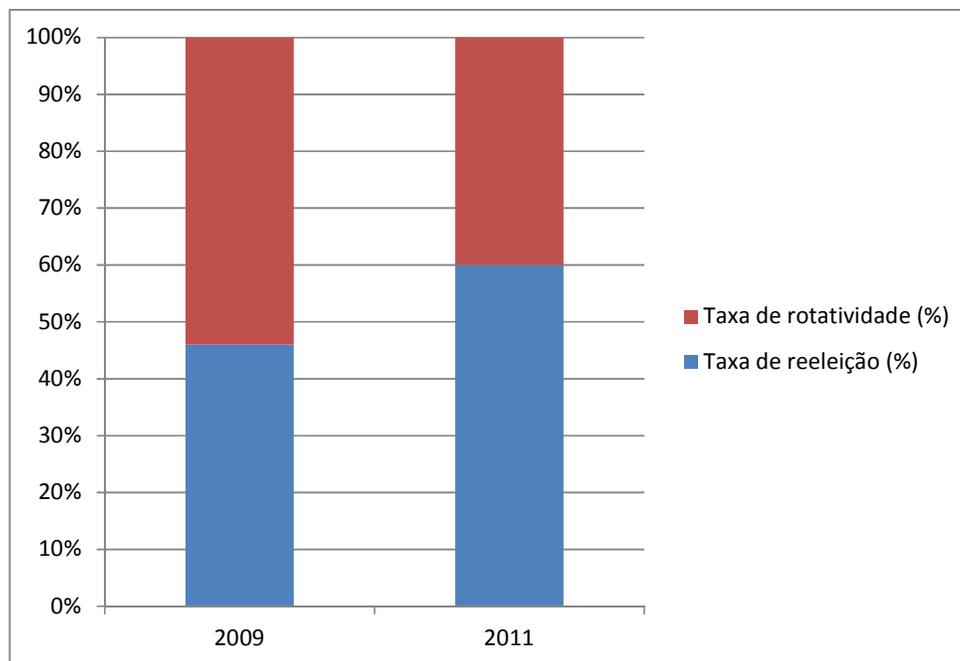
No que se refere às taxas de reeleição e renovação parlamentar, podemos observar na Tabela 11 que a renovação média para o total dos deputados entre 2005 e 2011 é de 47%, sendo que este valor está próximo dos 49% registados no período de 1976 a 2002 (Teixeira 2009, p.650). Importa também notar que a taxa de reeleição aumentou de forma importante em 2011 face a 2009 (veja-se gráfico 18). Estes valores podem ser interpretados através de duas perspectivas diferentes, por um lado revelam que não existe uma grande taxa de reeleição, o que impede assim a “perpetuação dos titulares de um mandato parlamentar” ou seja, a sua “cristalização no poder”, mas por outra perspectiva podem ser vistos como um entrave à “necessária profissionalização dos deputados” (Teixeira 2009, p.649).

Tabela 11 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, para o conjunto dos deputados, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Eleições	2009	2011	Média
N.º de deputados reeleitos	106	138	122
N.º de deputados	230	230	230
Taxa de reeleição (%)	46	60	53
Taxa de rotatividade (%)	54	40	47

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Gráfico 18 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição em 2009 e 2011 (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

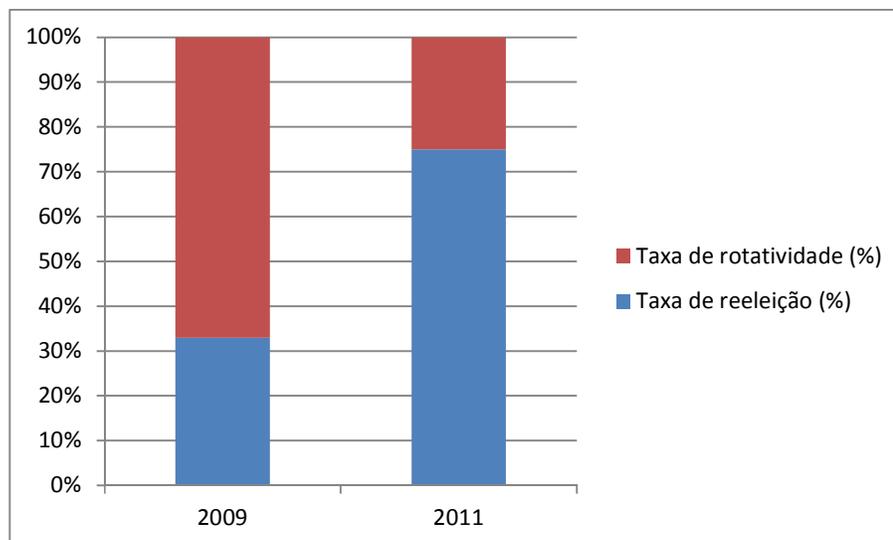
O CDS-PP era o partido que se encontrava na liderança no que diz respeito à renovação dos seus deputados, sendo a sua taxa de rotatividade de 61%, isto entre 1976 e 2002, aumentando este valor para 71% se considerarmos apenas o período compreendido entre 1991 e 2002 (Teixeira 2009, p.651). Este último valor de elevada renovação deve-se à sua mudança de liderança partidária em 1995, tendo existido uma “refundação” do partido e uma renovação quase total dos seus deputados. Já no período em análise (veja-se tabela 12), podemos observar que a taxa de rotatividade é bastante mais contida, sendo muito próxima da média para o total de deputados (Teixeira 2009, p.650).

Tabela 12 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do CDS-PP, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Eleições	2009	2011	Média
N.º de deputados reeleitos	7	18	13
N.º de deputados	21	24	23
Taxa de reeleição (%)	33	75	54
Taxa de rotatividade (%)	67	25	46

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Gráfico 19 - Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no CDS-PP (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

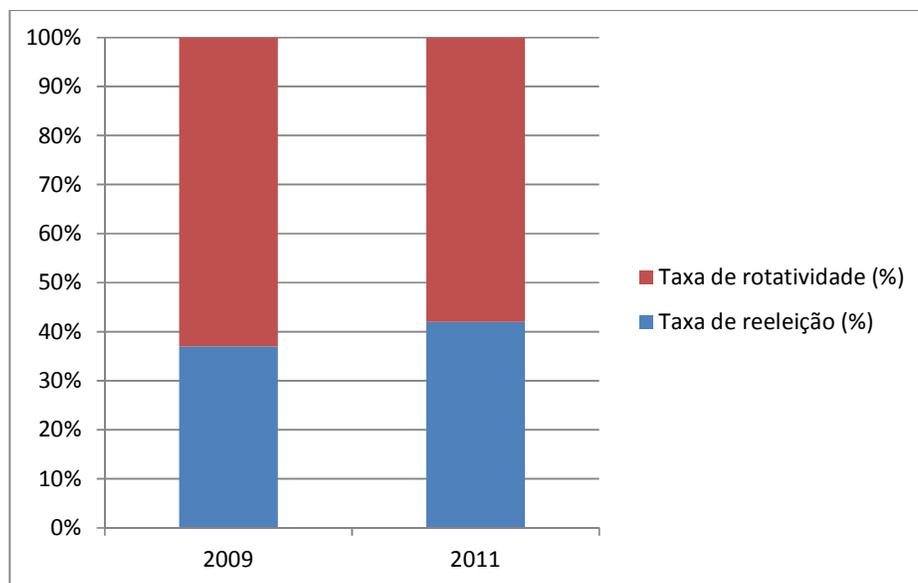
No período aqui considerado observa-se que o Partido Social Democrata tem o valor da taxa de rotatividade mais afastado da média para o total dos deputados, sendo este de 61%, apresentando assim uma menor profissionalização do seu grupo de deputados e a maior renovação dos mesmos relativamente aos restantes partidos (veja-se tabela 13). A análise das taxas de reeleição e renovação no período anterior (1976-2002) demonstram que ambos os valores estavam nos 50%, existindo assim um equilíbrio entre a renovação e a continuidade dos titulares de um mandato (Teixeira 2009, p.651).

Tabela 13 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do PPD-PSD, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Eleições	2009	2011	Média
N.º de deputados reeleitos	30	45	38
N.º de deputados	81	108	95
Taxa de reeleição (%)	37	42	40
Taxa de rotatividade (%)	63	58	61

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Gráfico 20 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no PPD-PSD (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

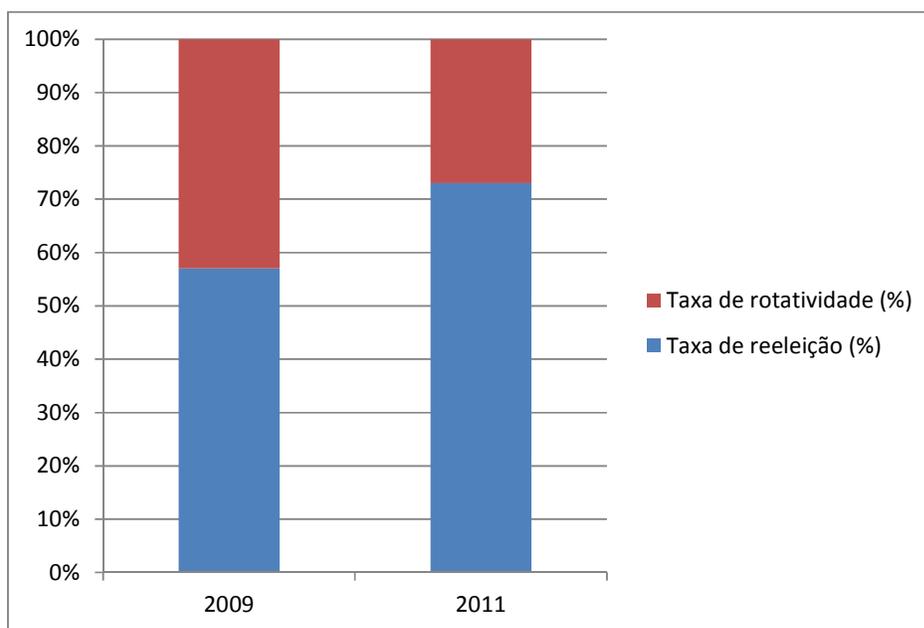
Já o Partido Socialista tem o segundo valor mais baixo na taxa de rotatividade (35%), sendo apenas superado pela CDU com 26% (vejam-se tabelas 14 e 15). Isto comprova que o partido não demonstra grande interesse em renovar os seus candidatos a deputados, preferindo manter os seus deputados e com isso aumentar a sua experiência e profissionalização. Este valor encontra-se abaixo do valor médio observado no período compreendido entre 1976 e 2002, que era de 45%, sendo que de 1991 a 2002 a taxa de rotatividade era de 47% (Teixeira 2009, p.652).

Tabela 14 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do PS, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Eleições	2009	2011	Média
N.º de deputados reeleitos	55	54	55
N.º de deputados	97	74	86
Taxa de reeleição (%)	57	73	65
Taxa de rotatividade (%)	43	27	35

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Gráfico 21 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no PS (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

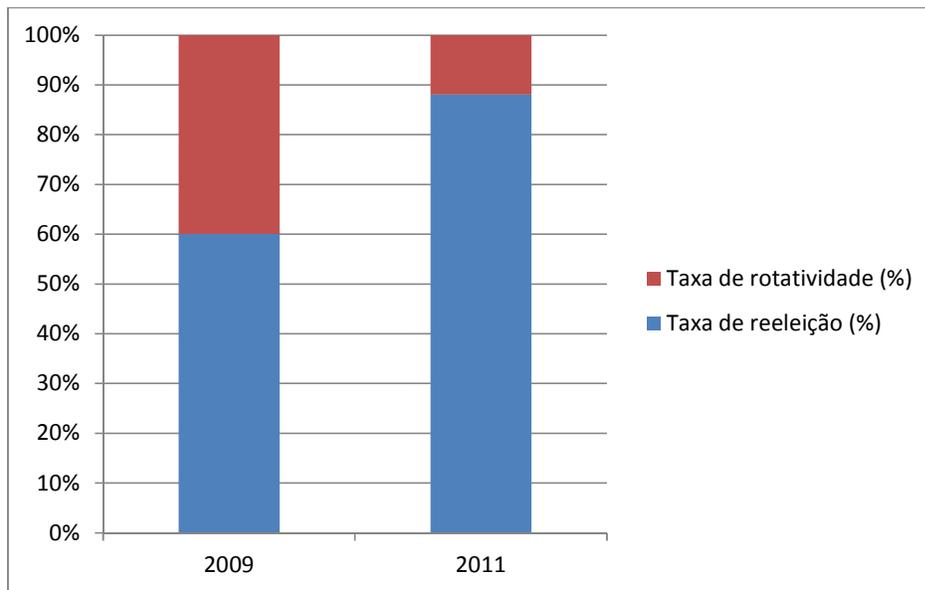
Na CDU é onde registamos a taxa de rotatividade mais baixa (26%), sendo este um indicador, como refere Teixeira (2009, p.652) de que esta força política “se encontra cada vez mais remetida a um núcleo duro e estável de deputados, dado que [...] (tendem) a apostar num conjunto de candidatos com larga experiência parlamentar e com provas dadas no desempenho do respectivo mandato” (veja.se tabela 15). Comparativamente com os períodos 1976-2002 e 1991-2002, a taxa de rotatividade desceu, sendo o seu valor médio para ambos os períodos de 42%.

Tabela 15 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados da CDU, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Eleições	2009	2011	Média
N.º de deputados reeleitos	9	14	12
N.º de deputados	15	16	16
Taxa de reeleição (%)	60	88	74
Taxa de rotatividade (%)	40	12	26

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Gráfico 22 – Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 na CDU (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

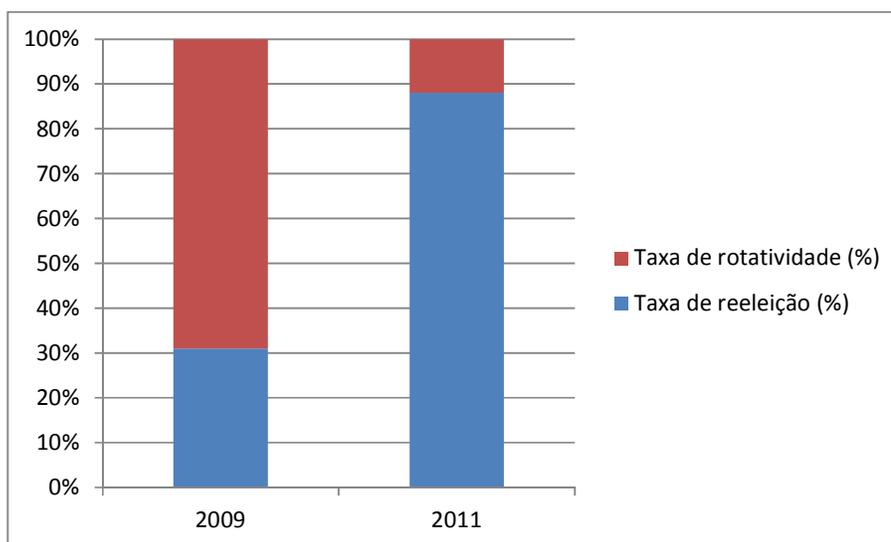
No Bloco de Esquerda é também possível observar que a sobrevivência dos seus deputados de um acto eleitoral para o seguinte é uma característica deste grupo parlamentar, pois 7 dos seus 8 deputados eleitos em 2011 foram deputados reeleitos (veja-se tabela 16). A sua taxa de rotatividade demonstra também que, tal como no Partido Socialista e na CDU, o Bloco de Esquerda privilegia os candidatos com mais experiência parlamentar, ainda que, este seja um partido com uma história recente.

Tabela 16 - Evolução das taxas de reeleição e de renovação parlamentar, nos deputados do BE, entre 2005 e 2011 (valores percentuais)

Eleições	2009	2011	Média
N.º de deputados reeleitos	5	7	6
N.º de deputados	16	8	12
Taxa de reeleição (%)	31	88	60
Taxa de rotatividade (%)	69	12	41

Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Gráfico 23 - Taxa de Rotatividade e de Reeleição entre 2009 e 2011 no BE (valores percentuais)



Fonte: Assembleia da República, 2015, Deputados e Grupos Parlamentares [online]. Lisboa: Assembleia da República. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

4. Discussão dos Resultados

Após a análise dos vários indicadores seleccionados para este estudo (sexo, idade, profissão, vínculo partidário e taxas de reeleição e rotatividade parlamentar) é possível afirmar que a elite parlamentar portuguesa tem vindo a evoluir na sua composição, embora existam aspectos em que esta não sofreu grandes alterações ao longo dos actos eleitorais aqui observados. No primeiro indicador considerado, o género dos candidatos a deputados, a percentagem de mulheres candidatas em lugares elegíveis e não elegíveis tem vindo a aumentar de 2005 a 2009, existindo de 2009 para 2011 uma ligeira estagnação no Bloco de Esquerda e uma pequena redução nos lugares elegíveis tanto no Partido Socialista como na Coligação Democrática Unitária. O CDS-PP é o único partido em que existe uma redução mais acentuada da percentagem das suas candidatas de 2009 para 2011 em lugares elegíveis e não elegíveis, embora de 2005 para 2009 a sua percentagem de mulheres candidatas tenha passado quase para o dobro. Sobre este indicador, Norris e Lovenduski (1995, pp.14-15, 106-108) consideram que a causa óbvia e a explicação mais comum para o desfavorecimento de certos grupos no acesso ao parlamento (neste caso as mulheres) prende-se com a discriminação dos membros dos partidos. Ainda que legalmente a maioria dos cidadãos possa candidatar-se ao parlamento, vários factores como os recursos financeiros, o tempo e a experiência podem condicionar a oferta, sendo aqui também relevante para a oferta de candidatos as suas percepções relativamente aos membros dos partidos, a quem selecciona os candidatos e à sua discriminação, à dificuldade e complexidade dos procedimentos e a uma antecipação do seu insucesso. Estas suposições são referidas pelas autoras como factores preponderantes no desencorajamento dos potenciais aspirantes a candidatos. Norris e Lovenduski (1995, p.123) mencionam ainda que, apesar de a discriminação ser apontada como o principal motivo de desfavorecimento de vários grupos no acesso aos assentos parlamentares (isto devido a ser fácil culpabilizar quem selecciona), esta situação pode ser melhor percebida com recurso à observação do lado da oferta de candidatos. As autoras afirmam que na maioria das vezes quem selecciona os candidatos está bastante limitado nas suas escolhas,

referindo que os membros dos partidos afirmam muitas vezes que gostariam de seleccionar mais mulheres, mas existem poucas que queiram concorrer. Assim, embora exista uma “difusão” das suspeitas de discriminação, a mesma é difícil de ser comprovada.

Na idade dos deputados à Assembleia da República é notória a preferência por deputados com uma maior idade, estando os deputados de meia-idade e os com mais de 50 anos em maioria no Parlamento, continuando, como no período anterior (Teixeira 2009, p.614), a existir uma sub-representação dos deputados mais jovens. A percentagem de deputados mais envelhecidos aumentou de 2005 para 2009 no BE, no PS, no PSD e no CDS-PP, vindo a decrescer em 2011, com a excepção do CDS-PP. Só na CDU é que se verificou uma diminuição da percentagem de deputados da última faixa etária em todos os actos eleitorais. A experiência política e ou parlamentar dos deputados, algo que é apenas adquirido através do tempo, é então um factor de relevância na selecção dos candidatos a deputados e na sua ordenação nas listas de candidatura. Para o lado da procura, estes recursos são considerados bastante desejáveis para a escolha de um bom candidato, sendo possivelmente a experiência política um dos mais importantes, isto devido a essa experiência conceder ao candidato várias faculdades relevantes, como o conhecimento do sistema de governo, boas capacidades de comunicação e vários contactos sociais, competências essenciais e valorizadas para o acesso ao parlamento (Norris e Lovenduski 1995, pp.143-165).

No critério da profissão dos deputados à Assembleia é visível que os profissionais liberais, advogados e juristas, continuam a liderar (tal como no período anterior⁸) nos assentos do parlamento (Teixeira 2009). Estes profissionais estão mais “predispostos” ao exercício de um cargo parlamentar devido ao seu conhecimento nas matérias e “funções da actividade parlamentar” e têm uma maior “disponibilidade e flexibilidade” devido à sua actividade profissional, sendo que a este tipo de actividade profissional está também associado um “estatuto socioeconómico privilegiado” (Teixeira 2009, pp.618-620, 658). Este estatuto privilegiado da elite parlamentar havia já sido referido por Norris e Lovenduski (1995, pp.10-11) que mencionam que esta elite distancia-se do seu eleitorado nas suas características sociodemográficas, não representando este de acordo com uma concepção microcómica da representação.

⁸ Considere-se aqui apenas os valores referentes aos candidatos elegíveis.

Quanto ao vínculo partidário dos candidatos à Assembleia da República, é bastante perceptível que estes continuam, na sua larga maioria, a ser recrutados de entre os filiados dos próprios partidos (Teixeira 2009), sendo a CDU a força política que tem a maior média de candidatos independentes em lugares elegíveis com apenas 9%. Como já foi mencionado por Teixeira (2009, p.657), a maioria dos candidatos recrutados são membros dos demais partidos, ocupando os candidatos independentes apenas um lugar residual nas listas de candidatura dos partidos ao parlamento. Ainda assim, existiu um ligeiro aumento de candidatos independentes na CDU por comparação com o período anterior (Teixeira 2009) e um decréscimo no PS, que apresenta aqui apenas 5% de candidatos elegíveis, isto na eleição de 2005. Estes dados confirmam assim a existência de uma clivagem esquerda-direita, pois temos mais independentes nos partidos à esquerda, especialmente na CDU e no BE, não tendo a percentagem de candidatos independentes qualquer expressão no PPD-PSD e CDS-PP, reforçando isto a sua posição nos seus processos de recrutamento parlamentar. Sobre isto Norris, (2006, p.91) refere que para além dos requisitos legais para a elegibilidade outros a ter em conta são as regras internas e os estatutos dos partidos, onde é comum estar estipulado que a militância no partido por um determinado período de tempo antes da candidatura à eleição é obrigatória, isto para assegurar a lealdade e o conhecimento das políticas do partido, sendo estes factores que condicionam o acesso a candidatos independentes. Referindo-se à etapa da Certificação, Norris (2006, p.91) menciona que os candidatos independentes que reúnem os requisitos para se candidatarem mas que não têm qualquer tipo de apoio partidário raramente conseguem ser eleitos, isto por ser quase impossível ser eleito devido a não ter a assistência financeira, apoio e uma rede organizada de recursos que os partidos proporcionam. Norris (2006, p.91) afirma ainda que os partidos políticos “moldam” a oferta de potenciais candidatos, isto através da promoção de uma rede de contactos, treino político, competências cívicas e experiências organizacionais que são preciosas para a conquista destes cargos electivos.

No último critério observado, a taxa de rotatividade e a taxa de reeleição, foram analisados estes indicadores para conseguirmos quantificar os fenómenos de cristalização e de circulação da elite parlamentar no poder. Sobre esta matéria, importa considerar que, como refere Teixeira (2009, pp.642-644, 658-659), a titularidade dos candidatos (aqueles que exerceram um mandato na legislatura anterior) constitui uma

“espécie de salvo-conduto para o acesso a lugares elegíveis”, devido a estes “serem, em regra, figuras que gozam de um maior prestígio e influência política no interior do partido, bem como de uma maior visibilidade junto do eleitorado”, o que é uma condição importante nas estratégias de recrutamento levadas a cabo pelos partidos. A experiência no Parlamento e a reeleição dos deputados são assim factores que conduzem a uma “profissionalização do pessoal político parlamentar”, sendo o Parlamento um local privilegiado para o recrutamento parlamentar. Na verdade, uma elevada taxa de reeleição revela uma cristalização da elite e também uma maior profissionalização da mesma, enquanto uma elevada taxa de renovação permite o aparecimento de “novas caras” mas uma menor profissionalização.

Através das taxas de rotatividade e de reeleição foi possível perceber que cerca de metade dos deputados do parlamento entre 2005 e 2011 foram “renovados”, continuando este valor bastante próximo do observado no período anterior (Teixeira 2009), sendo o PPD-PSD o partido com a maior taxa média de rotatividade com 61%. Aprofundando a análise, importa especificar que, tal como referido anteriormente, que os dados referentes às eleições de 2009 e 2011 mostram que, para o conjunto total dos deputados, as taxas de reeleição foram de 46% e 60% respectivamente, aumentando assim o número total de deputados reeleitos de 106 verificados em 2009 para 138 verificados em 2011. Todavia, considerando globalmente o período de 2005 a 2011, pode-se considerar a existência de uma “escassa profissionalização parlamentar dos deputados portugueses”, impedindo isto a “perpetuação dos titulares de um mandato parlamentar” ou seja, a sua “cristalização no poder”. Temos então uma elite com uma fraca continuidade e experiência parlamentar, mas que evita assim a sua “cristalização no poder”, bem como impede a “criação de uma elite (parlamentar) fechada ou pouco permeável” (Teixeira 2009, pp.644-649). Sobre a renovação da elite, Mosca (1980, p.66) afirmava que tal como na natureza, em que o ar tem tanto tendência para deslocar-se como para estar imóvel, as sociedades humanas também têm esta tendência, ora produzindo elites “fechadas e cristalizadas”, ora havendo uma renovação mais ou menos rápida dessa elite. Mosca refere também que este fenómeno de “cristalização” ocorre sobretudo nas sociedades envelhecidas, em que as crenças religiosas e o conhecimento científico não têm sofrido grandes alterações ao longo dos tempos, o que leva a um poder que é incontestado, “perpetuado e imóvel” e concentrado em determinadas famílias (Mosca 1980, p.66). Já Michels (1982, p.63) refere

que no seu estudo sobre o Partido Social Democrata Alemão, as autoridades dirigentes superiores gozavam de uma “real imobilidade”, apesar de nos estatutos do partido estar estipulado a renovação anual do seu comité de direcção.

Por fim, importa notar que as eleições de 2011 foram eleições antecipadas em consequência da demissão do Governo do Partido Socialista. Nestas eleições, o CDS-PP, o PS, o PCP (partido mais importante da CDU) e o BE apresentaram-se com as mesmas lideranças políticas que tinham disputado as eleições legislativas de 2009. Pelo contrário, o PSD foi o único partido que, entre o acto eleitoral de 2009 e 2011, mudou de liderança política. Assim, a situação descrita, contribui para explicar a razão pela qual o CDS-PP, o PS, a CDU e o BE ostentam elevadas taxas de reeleição em 2011 (todos acima dos 70% de reeleição) e, em contraste, no caso do PSD verifica-se uma taxa de rotatividade (58%) superior à taxa de reeleição (42%). Assim, verifica-se que a mudança de liderança política verificada em 2010 acabou por ter uma influência importante na renovação do quadro parlamentar do PSD verificado nas eleições de 2011. Além disso, como referido anteriormente, importa considerar que o PSD no período por nós analisado é o Partido que mais se afasta da taxa de rotatividade média para o total dos deputados, afastando-se também de forma importante da taxa de rotatividade verificada no Partido entre 1976 e 2002. Para tal desvio contribuiu certamente as sucessivas mudanças de liderança política verificadas no partido durante o período analisado, já que as eleições de 2005 foram disputadas sobre a liderança de Pedro Santana Lopes, as eleições de 2009 foram disputadas com a liderança de Manuela Ferreira Leite (note-se que entre estas duas lideranças estiveram na presidência do PSD Luís Marques Mendes e Luís Filipe Menezes) e, finalmente, nas eleições de 2011 Pedro Passos Coelho ocupava já a presidência do PSD. A relação entre a mudança de lideranças políticas e as taxas de rotatividade e reeleição dos deputados dever ser objecto no futuro de uma análise mais aprofundada e alargada.

Através da análise das listas de candidatura à Assembleia da República e das características sociodemográficas dos deputados é perceptível que a elite parlamentar portuguesa é caracterizada como uma elite maioritariamente de meia-idade, do sexo masculino, filiada no seu partido e com uma actividade profissional associada a um “estatuto socioeconómico privilegiado” e compatível com o exercício de um cargo político. Este perfil da elite parlamentar distingue-se da larga maioria dos seus eleitores como afirmaram Norris e Lovenduski, (1995, pp.10-11) não representando assim um

“microcosmos da nação”. Devemos ainda salientar o evidente distanciamento entre candidatos elegíveis e não elegíveis, sendo neste estudo observado para tal o critério do género e do vínculo partidário, ainda assim, apesar deste distanciamento, as mulheres têm vindo a aumentar a sua percentagem de “elegibilidade” principalmente de 2005 para 2009, onde esta ocorreu em todos os partidos com a excepção da CDU.

É ainda de referir e de lembrar que, como já foi mencionado anteriormente, o *selectorate*, é o principal responsável pelo recrutamento político e parlamentar, sendo assim quem define o perfil da elite parlamentar através das suas preferências, isto no lado da procura. O recrutamento parlamentar nos partidos portugueses tende a ser feito a um nível nacional e mais informal, sendo as normas que regem o processo bastante “vagas e nem sempre explícitas”, contrariamente ao que Norris e Lovenduski (1995, p.90) observaram nos partidos britânicos. Este processo de selecção de candidatos é então realizado pelo *selectorate* de cada partido tendo apenas a interferência exterior do enquadramento legal, uma das etapas do estágio da Certificação, estando a escolha dos candidatos a partir desse momento entregue às “normas” informais dos partidos (Norris 2006; Teixeira 2009). A observação dos demais indicadores estudados também permitiu concluir que, como já tinha denotado Teixeira (2009, p.659), existe uma “homogeneidade em termos de estratégias de recrutamento parlamentar, sendo as diferenças interpartidárias pouco significativas”. Esta homogeneidade nas estratégias de recrutamento da elite parlamentar portuguesa é consubstanciada pelo próprio perfil homogéneo da elite aqui analisada, que não se distingue significativamente em termos de género, idade, profissão ou vínculo partidário (Teixeira 2009, p.659).

Tendo então em conta a análise dos vários indicadores utilizados, iremos agora tentar responder à nossa pergunta de investigação: Existem alterações significativas em termos de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1990-2003 analisado por Teixeira (2009)? Verifica-se que o que diz respeito ao sexo, existe um reforço da presença das mulheres nos lugares elegíveis e não elegíveis, embora, tal como verificado entre 1991 e 2002, persista uma desigualdade importante favorável aos homens, bem como permanece uma disparidade da percentagem de mulheres em lugares elegíveis e em lugares não elegíveis (mais mulheres em lugares não elegíveis do que em elegíveis). No que diz respeito à profissão, tal como no período 1991-2002, (Teixeira 2009, p.619), os advogados e

juristas continuam a predominar. Relativamente à idade, tal como no período 1991-2002, (Teixeira 2009, pp.611-615), continuam a dominar os candidatos de meia-idade e mais velhos, bem como a reduzida representação de candidatos independentes. Finalmente, no que se refere às taxas de reeleição e renovação parlamentar elas permanecem face ao período 1976 a 2002. Assim, procurando responder à nossa pergunta de partida, consideramos que não existem alterações significativas em termos de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1991-2002. Feitas as considerações anteriores, consideramos como válida a nossa hipótese de investigação.

5. Conclusões

O interesse pelo estudo das elites políticas e pelo seu recrutamento conduziu-nos nesta investigação em que procurámos caracterizar a elite parlamentar portuguesa e sua evolução a longo do período de 2005-2011, bem como a avaliar os fenómenos de circulação e cristalização dessa elite, estabelecendo também comparações com os resultados obtidos com as conclusões obtidas por Teixeira (2009) sobre o período 1990-2003. Na verdade, a presente dissertação tentou dar continuidade ao estudo anteriormente apresentado por Teixeira (2009), que se focou nas eleições legislativas ocorridas entre 1991 a 2002, seguindo, dentro de certas limitações, o seu modelo de análise. Este estudo específico da elite parlamentar portuguesa entre 2005 e 2011 procurou dar respostas aos objectivos de trabalho anteriormente identificados e que orientaram a pesquisa. Esta investigação beneficiou de um estudo das elites políticas e das elites parlamentares em particular, pois só através dele seria possível a análise e compreensão da composição e evolução desta elite, sendo também o estudo do recrutamento político e do recrutamento parlamentar fundamentais para uma melhor percepção da sua influência na própria composição da elite parlamentar portuguesa e na cristalização ou circulação desta.

A análise dos vários indicadores que seleccionámos (género, idade, profissão, vínculo partidário e taxas de reeleição e de rotatividade) foi feita transversalmente a candidatos e deputados, bem como partido a partido, isto para ser possível dar uma resposta aceitável aos nossos objectivos e à pergunta de partida. Foi através destes indicadores que desenvolvemos a investigação, pretendendo com isso encontrar ou não as diferenças nas preferências de recrutamento parlamentar entre os partidos observados, examinando as opções de eleição no lado da procura do recrutamento parlamentar.

Estes indicadores permitiram-nos conhecer a composição e evolução da elite parlamentar portuguesa entre 2005 e 2011, afirmando-se esta como uma elite predominantemente masculina, de meia-idade, com uma profissão liberal, e filiada no seu partido. Estas são características fundamentais da elite parlamentar portuguesa e podem ser consideradas como factores que quase garantem a elegibilidade de um candidato, sendo também a reeleição aqui fundamental, como vimos, pois o próprio Parlamento

funciona como um canal de recrutamento privilegiado. Também o papel dos partidos no recrutamento e na selecção do seu pessoal parlamentar não pode ser aqui descurado, ou não fossem estes os principais actores na composição desta elite, sendo a arquitectura do sistema eleitoral português um factor que favorece o papel de recrutamento dos partidos, isto devido à existência de listas fechadas e bloqueadas, estando assim a ordenação dos candidatos confiada à deliberação do *selectorate*. A selecção dos candidatos que irão integrar as listas do partido e que posteriormente serão submetidos ao sufrágio popular cabe ao *selectorate* do partido, restando aos eleitores a escolha de uma elite dentro de uma elite já previamente apurada (Norris 2006; Teixeira 2009).

As estratégias e os processos de recrutamento parlamentar são, no caso português, feitos a um nível nacional, centralizado e informal, definindo assim o perfil elitista da classe política parlamentar, que neste caso se prende, como já referimos, com um perfil sociodemográfico maioritariamente de género masculino; de meia-idade (a experiência política e ou parlamentar dos deputados é apenas adquirida através do tempo); com uma profissão liberal predominantemente na área jurídica (estes profissionais estão mais “predispostos” ao exercício de um cargo parlamentar devido ao seu conhecimento nas matérias e “funções da actividade parlamentar” e à compatibilidade da ocupação profissional com o cargo parlamentar); filiados no partido (os candidatos a deputados iniciam a sua carreira política nas bases dos partidos e o seu percurso dentro do partido é feito através da ascensão na hierarquia deste). Com a análise dos indicadores pelos vários partidos podemos mesmo afirmar a existência de uma elite parlamentar portuguesa homogénea, uma vez que não conseguimos encontrar características significativas que apontem no sentido de uma diferenciação nas estratégias de recrutamento entre os partidos nem no perfil da elite parlamentar (Teixeira 2009, p.760).

Apesar deste perfil homogéneo, a elite parlamentar portuguesa veio a evoluir em aspectos muito específicos, principalmente de 2005 para 2009, se considerarmos que aumentou a percentagem de candidatas elegíveis e não elegíveis no PS, CDS-PP e no PPD-PSD, estagnando a percentagem de candidatas não elegíveis no BE e diminuindo ligeiramente a percentagem de candidatas elegíveis na CDU. Ainda sobre a evolução da elite parlamentar portuguesa, verificou-se o aumento da percentagem de deputados mais envelhecidos de 2005 para 2009 no BE, PS, PSD e CDS-PP, vindo esta a decrescer em 2011, com a excepção do CDS-PP. Já na CDU a diminuição da percentagem de deputados

envelhecidos foi progressiva de 2005 até 2011. O PPD-PSD e o PS foram os únicos partidos que aumentaram ligeiramente em todos os actos eleitorais as suas percentagem de deputados jovens, passando a percentagem de deputados jovens do PS para quase o triplo de 2009 para 2011. Todavia, não obstante esta evolução em aspectos muito específicos, consideramos que, tal como assinalado anteriormente na discussão dos resultados, não se verificaram alterações significativas em termos de caracterização, cristalização e circulação da elite parlamentar portuguesa ao longo do período 2005-2011 face ao período 1991-2002.

Por fim, cabe referir que, dentro do modelo de análise de Teixeira (2009) e da sua adaptação a este estudo existiram várias limitações, não sendo possível a obtenção dos nomes dos candidatos a deputados para a sua inclusão estatística na investigação, impedindo isto saber se estes se mantêm e “sobrevivem” nas listas do partido ou se, por outro lado, também se renovam e circulam. Este seria um factor importante para estudos futuros, já que a composição sociodemográfica do Parlamento acaba por ser, em certa medida, um espelho das características dos candidatos em lugar elegível, sendo importante verificar, como afirmou Teixeira (2009, p.642), se a renovação/circulação nas listas de candidatura é feita principalmente através dos candidatos em lugares não elegíveis.

6. Bibliografia

Fontes Primárias

Assembleia da República, 2015, *Deputados e Grupos Parlamentares* [online]. Lisboa:

Assembleia da República. Disponível em:

<<http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx/>> [Acedido a 8 de Julho de 2015].

Estatutos do Bloco de Esquerda aprovados na III Convenção (2003).

Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de Agosto (Lei da Paridade)

Listas de Candidatos à Assembleia da República do BE (de 2005 a 2011), Serviços de Documentação e Arquivo da Comissão Nacional de Eleições.

Listas de Candidatos à Assembleia da República do CDS-PP (de 2005 a 2011), Serviços de Documentação e Arquivo da Comissão Nacional de Eleições.

Listas de Candidatos à Assembleia da República Da CDU (de 2005 a 2011), Serviços de Documentação e Arquivo da Comissão Nacional de Eleições.

Listas de Candidatos à Assembleia da República do PPD-PDS (de 2005 a 2011), Serviços de Documentação e Arquivo da Comissão Nacional de Eleições.

Listas de Candidatos à Assembleia da República do PS (de 2005 a 2011), Serviços de Documentação e Arquivo da Comissão Nacional de Eleições.

PCP e CDS-PP questionam introdução de quotas nas listas eleitorais, 2006, [online] in *Diário Digital*. Disponível em: <http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=218330> [Acedido a 20 de Julho de 2015].

Resolução Política XVIII Congresso do PCP, 2015, [online]. Lisboa: Partido Comunista Português. Disponível em:
<http://www.pcp.pt/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=32864&Itemid=762> [Acedido a 20 de Julho de 2015].

Fontes Secundárias

BALÃO, S. (2001). *A fórmula do poder. Elites, partidos, democracia e corrupção política no pensamento de Moisei Ostrogorski*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BARNEA, S. & RAHAT, G. (2007). Reforming candidate selection methods: a three-level approach, in *Party Politics*, 13, (3) pp.375-394.

BESSA, A. M. (1993). *Quem governa? Uma análise histórico-política do tema da elite*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BESSA, A. M. (Coord.) (1997). *Elites e poder*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

COMISSÃO EUROPEIA (2009) *Women in European politics – time for action*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.

DAHL, R. A. (1958). A critique of the ruling elite model, in *The American Political Science Review*, 52, (2), pp.463-469

DOMHOFF, G. W. (2002). *Who rules America: power and politics*. Boston: McGraw-Hill.

FIERS, S. & PILET, J-B. (2006). Candidate selection in Belgium: from intra-party democracy, over oligarchy to “guided democracy”.

- FREIRE, A. (Coord.) (2001). *Recrutamento parlamentar – os deputados portugueses da constituinte à VIII legislatura*. Lisboa: Stape.
- GALLAGHER, M. & MARSH, M. (1988). *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage Publications.
- HIGLEY, J. (2011). Elites. In B. Badie, D. Berg-Schlosser, & L. Morlino (Eds.), *International encyclopedia of political science*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Science, pp.759-764.
- KATZ, R. & CROTTY, W. (2006). *Handbook of party politics*. London: Sage Publications.
- KELLER, S. (1963). *Beyond the ruling class: strategic elites in modern society*. New York: Random House.
- MANHEIM, J. B. & Rich, R. C. (1998). *Análisis político empírico: métodos de investigación en ciencia política*. Madrid: Alianza Universidad Textos.
- MARTINS, M. M. & Teixeira, C. P. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MARTINS, M. M. (2004). *Participação política e democracia: O caso Português (1976 -2000)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- (2008). *Representação política, eleições e sistemas eleitorais: uma Introdução*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- (2015). *Representação política, eleições e sistemas eleitorais: uma Introdução (segunda edição – revista e aumentada)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MATHIOT, P. & GERVAIS, J. (2011). Elitism, in *International Encyclopedia of Political Science*, pp.765-771.

- MICHELS, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- MOSCA, G. (1980). *The ruling class*. Connecticut: Greenwood Press.
- NORRIS, P. (2006). *Recruitment*, in Katz e Crotty (orgs.), *Handbook of party politics*. London: Sage Publications.
- Norris, P. (2006). «Recruitment», in Richard Katz e William Crotty (orgs.), *Handbook of Party Politics*, London: Sage Publications, pp.89-108.
- NORRIS, P. & LOVENDUSKI, J. (1995). *Political recruitment: gender, race and class in the in the british parliament*. New York: Cambridge University Press.
- OSTROGORSKI, M. (1993). *La démocratie et les parties politiques*. Paris: Fayard.
- PAKULSKI, J. (2011). *Elites, Political*. In Kurian, T. *The Encyclopedia of Political Science*. Washington: CQ Press, pp.492-493.
- PARETO, V. (1968). *Traité de sociologie générale*. Genebra: Librairie Droz.
- PENNING, P. & HAZAN, R. (2001). Democratizing candidate selection: causes and consequences, in *Party Politics*, 7, (3) pp.267-275.
- PINTO, A. C. & Freire, A. (2003). *Elites, sociedade e mudança política*. Oeiras: Celta Editora.
- RAHAT, G. & HAZAN, R. (2001). Candidate selection methods. An analytical framework, in *Party Politics*, 7, (3), pp.297-322.
- (2006). *Candidate selection: methods and consequences*, in Katz e Crotty (orgs.), *Handbook of party politics*. London: Sage Publications.
- SANTO, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais – gênese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.

TEIXEIRA, C. P. (2009). *O povo semi soberano: Partidos políticos e recrutamento parlamentar em Portugal (1990-2003)*. Coimbra: Almedina.